

COLEÇÃO  
ANPUH/2023

*JOSÉ M. ALMEIDA NETO (ORG.)*

.....

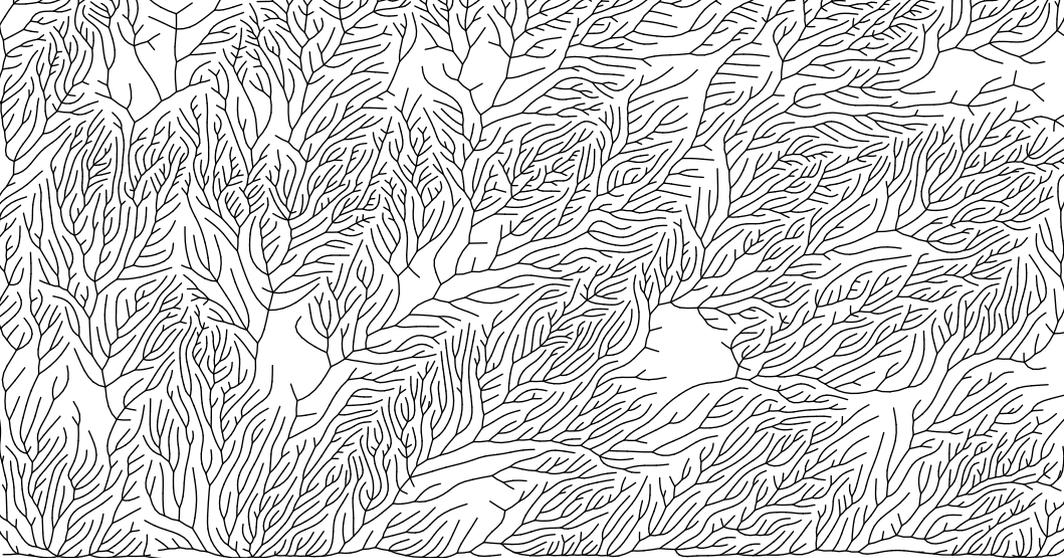
# ESCRITAS DA HISTÓRIA URBANA: VIVER E NARRAR A CIDADE EM SUAS MÚLTIPLAS TEMPORALIDADES



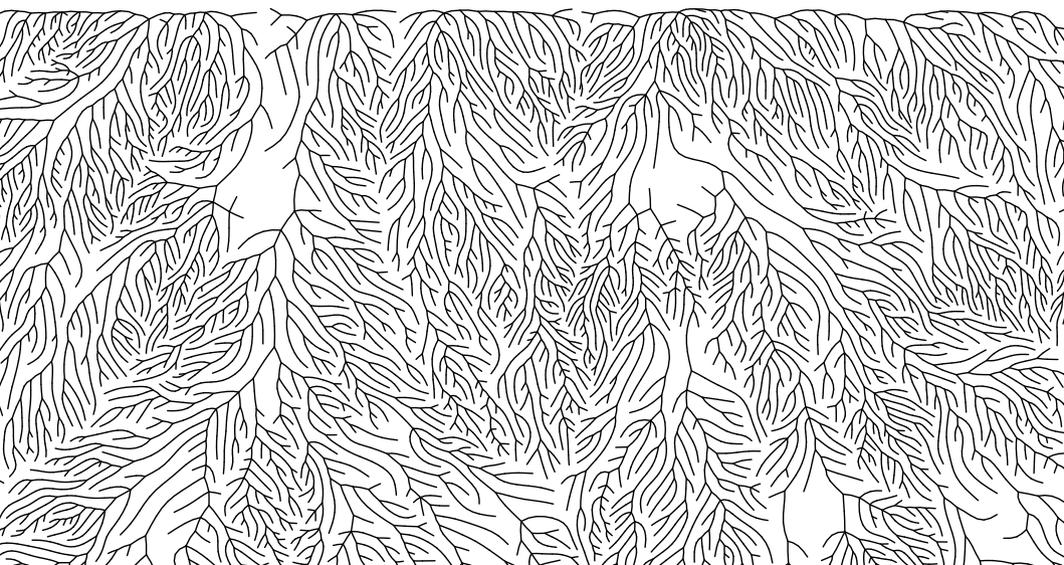


**XIII**

**ENCONTRO  
DE HISTÓRIA  
DA ANPUH - PA**



**ESCRITAS DA HISTÓRIA  
URBANA: VIVER E  
NARRAR A CIDADE EM  
SUAS MÚLTIPLAS  
TEMPORALIDADES**



JOSÉ M. ALMEIDA NETO (ORG.)

COLEÇÃO  
ANPUH/2023

ESCRITAS DA HISTÓRIA  
URBANA: VIVER E  
NARRAR A CIDADE  
EM SUAS MÚLTIPLAS  
TEMPORALIDADES

Editora  
CABANA

ANPUH PA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Copyright © by O organizador  
Copyright © 2023 Editora Cabana  
Copyright do texto © 2023 Os autores  
Todos os direitos desta edição reservados  
© Direitos autorais, 2023, organizador e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva  
responsabilidade dos autores.

**Diagramação, capa e projeto gráfico:** Eder Ferreira Monteiro

**Edição e coordenação editorial:** Ernesto Padovani Netto

**Revisão:** os autores

**Crédito da imagem da capa:** Mapa da Cidade de Belém, 1791. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* de Alexandre Rodrigues Ferreira, 1783-1792. Acervo do Arquivo Nacional do Brasil.

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Escritas da história urbana: viver e narrar a cidade em suas múltiplas temporalidades / José M. Almeida Neto (Organizador). – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

E74

Autores: Adrio Gleison dos Santos Barbosa, Andreia Rodrigues de Andrade, Karine Maria Lima Lopes, Reginaldo Cerqueira Sousa, Ival de Andrade Picanço Neto, Dóris Karoline Rocha da Costa, Luciana Silva Sales, Admarino Gonçalves de Matos Junior, Emiliano Alves Bovolento, Luís Henrique Junqueira de Almeida Rechdan.

142 p.p.: il.

Formato: PDF

Inclui bibliografia

**ISBN 978-65-980422-2-6**

1. História. 2. Espaço urbano. I. Almeida Neto, José M. (Organizador). II. Título.

CDD 901

---

**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

Índice para catálogo sistemático

I. Brasil - História - História Urbana



[2023]  
EDITORA CABANA  
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)  
67130-130 — Ananindeua — PA  
Telefone: (91) 99998-2193  
cabanaeditora@gmail.com  
www.editoracabana.com

# CONSELHO EDITORIAL



Dr. Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)  
Dr. João Antônio Fonseca Lacerda Lima (EA-UFPA)  
Me. Diego Pereira Santos (UEPA)  
Me. Victor Hugo Modesto (UFPA)  
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)  
Ma. Aline Barros dos Reis (SEMED/Marabá)  
Dra. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)  
Ma. Raimunda Conceição Sodré (IFPA)  
Dr. José M. Almeida Neto  
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves  
Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFRN)  
Dra. Eliana Ramos Ferreira (UFPA)  
Dra. Iane Maria da Silva Batista (UFPA)  
Me. David Durval Jesus Vieira (IFPA)  
Dr. Pere Petit (UFPA)  
Dr. Fábio Pessoa (UFPA)

---

---

Me. Anderson Clayton Fonseca Tavares (UFPA)  
Me. Daniel da Silva Miranda (UFPA)  
Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)  
Dr. Angelo Adriano Faria de Assis (Universidade Federal de Viçosa)  
Me. Bruno de Souza Silva (UFPA)  
Me. David Rodrigues Farias (UFPA)  
Me. Bernard Arthur Silva da Silva (UFPE)  
Dr. Wlisses James de Farias Silva (UFAC)  
Ma. Livia Lariça Silva Forte Maia (UFPA)  
Ma. Sara da Silva Suliman (UFPA)  
Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (UFPA)  
Me. Oslan Costa Ribeiro (UFG)  
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa);  
Ma. Maria Raimunda Santana Fonte (SEDUC-PA)  
Dr. Cleodir da Conceição Moraes (EA/UFPA)  
Dr. Thiago Broni de Mesquita (EA/UFPA)  
Dr. Ernesto Padovani Netto (Seduc/PA)  
Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA)  
Dr. Raimundo Nonato de Castro (IFPA)

## APRESENTAÇÃO



### COLEÇÃO ANPUH DE HISTÓRIA DE 2023 **HISTÓRIA E ENSINO NO PARÁ**

---

---

A Associação Nacional de História em sua seção Pará, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o apoio da ANPUH Nacional, promoveu o XIII Encontro de História em 2022 com o tema “História e Historiografia na Amazônia - Independência e Ensino”, que ocorreu entre os dias 28 de novembro e 01 de dezembro de 2022 na cidade de Belém, em formato híbrido, reunindo cerca de 400 pessoas entre alunos, professores e pesquisadores de história e área relacionadas.

Nos dois primeiros dias contamos com três seções dos Diálogos Amazônicos que abordaram as “Políticas de Ações Afirmativas”, o “Programa Forma Pará e a Formação em História”, e “O Pará na O.N.H.B.”. Ainda tivemos na conferência inicial a presença de Valdeci Lopes de Araujo (Presidente da ANPUH-Nacional/UFOP) que focou “A ANPUH Brasil nas comemorações do Bicentenário: desafios da comunicação pública da história”. Enquanto na conferência final a professora Magda Ricci (UFPA) abordou “De tudo o que se viu ao pouco que sabemos: memórias e esquecimentos entorno da independência no antigo Grão-Pará”.

O evento foi um momento de reflexão sobre os desafios da história social e do ensino de história no tempo presente, com interface com os eventos comemorativos da Inde-

pendência do Brasil em contexto amazônico. A perspectiva foi debater a historiografia desenvolvida por historiadores e professores de História sobre a região amazônica a partir da história social em diálogo com o ensino de história, considerando ainda a questão da Independência.

Os dois últimos dias do evento ficaram reservados as atividades remotas, quando os Simpósios Temáticos tiveram vez, foram ofertados 18 Simpósios com temáticas variadas, que contaram com a participação de 32 proponentes, recebendo 270 inscritos para as comunicações.

O XIII Encontro de História da ANPUH-PA, culminou com uma série de ações que foram desenvolvidas pela diretoria no biênio 2021-2022, como a publicação da “Coleção ANPUH de História de 2022”, o Prêmio “Nossa História do Pará” e o desenvolvimento do Site da associação que agora receberá a “Coleção ANPUH de História de 2023”, resultante dos simpósios temáticos que acabaram por originar dezessete e-books, publicados pela Editora Cabana e bancados pela ANPUH-PA.

De tal modo, todos os artigos que foram selecionados e enviados pelos coordenadores/as dos STs foram publicados na coleção e disponibilizados no site <https://www.anpuh-pa.org/> possibilitando o acesso irrestrito aos conteúdos que trazem várias abordagens do campo da história do Pará, da Amazônia e do Brasil. Uma série de ações para a organização e estruturação da ANPUH-PA vem sendo implementadas nas últimas três gestões da associação, o que possibilitou o pleno cumprimento de todas as atividades e proposições oriundas do XIII Encontro de História, assim completamos todas as atividades do evento.

Com a publicação deste novo repertório de e-books, no site da associação, chegamos a quarenta e quatro obras

disponibilizadas gratuitamente que constituem um dos maiores acervos digitais do estado que pode auxiliar no desenvolvimento de um grande leque de pesquisas e atividades sobre a Nossa História do Pará.

**Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)**  
Presidente da ANPUH-PA (2023 – 2024)

# SUMÁRIO



JOSÉ M. ALMEIDA NETO

[Apresentação.....12](#)

**ADRIO GLEISON DOS SANTOS BARBOSA**

[Os locais de sociabilidade do Espaço Urbano  
da cidade de Santarém-Pará – 1900 -1914](#)

[.....17](#)

**ANDREIA RODRIGUES DE ANDRADE**

[O teatro na Teresina oitocentista:  
do Santa Teresa ao 4 de Setembro](#)

[.....30](#)

**KARINE MARIA LIMA LOPES**

[Fotografia, fotógrafos e cidade: a construção das praças  
públicas como espaços de sociabilidades em Natal \(1910-1922\)](#)

[.....40](#)

**REGINALDO CERQUEIRA SOUSA**

[O nanquim amazônico e a imagem como narrativa histórica](#)

[.....57](#)

**IVAL DE ANDRADE PICANÇO NETO**

**DÓRIS KAROLINE ROCHA DA COSTA**

[Vila da Barca: documentário narrativo de Renato Tapajós](#)

[.....73](#)

**LUCIANA SILVA SALES**

Nos caminhos do trem: a Vila do Apeú (PA) em seu contexto  
de abastecimento e alimentação  
.....87

**LUÍS HENRIQUE JUNQUEIRA DE ALMEIDA RECHDAN**

Capitalidades em construção – Brasil, século XIX  
.....99

**ADMARINO GONÇALVES DE MATOS JUNIOR**

A “Cidade-floresta” de Curralinho na Amazônia marajoara:  
história, memória e sociedade  
.....114

**EMILIANO ALVES BOVOLENTO**

A memória dos galpões: a paisagem urbana industrial e a  
memória operária em Ubá/Mg (1980-2020)  
.....126

Sobre os Autores.....139

# APRESENTAÇÃO



A presente obra que o leitor terá a oportunidade agora de apreciar é resultante das atividades propostas como parte da programação do XIII Encontro de História da Anpuh – Pará, realizado entre os dias 28/11 e 01/ 12 do ano de 2022, os textos aqui publicados foram apresentados naquele evento de forma remota, ainda resquícios das limitações impostas pela pandemia de Covid-19 que nos assolou nos últimos anos. Por meio do Simpósio Temático 05 cujo título era: Escrita da História Urbana: viver e narrar a cidade em suas múltiplas temporalidades, tivemos a oportunidade de conhecer as pesquisas e os textos dos autores a seguir.

Buscava-se naquele momento o encontro de pesquisadores em diferentes estágios de pesquisas com o propósito de dialogar e apresentar questões referentes à escrita da história urbana; obtemos com bastante êxito tal intento, ao final de duas sessões de apresentações saíamos com a certeza que o diálogo e a troca de experiência entre pares constituíram uma riquíssima atividade alicerçada no rigor metodológico e no referencial teórico necessário ao trabalho historiográfico.

Pensar a cidade a partir das temporalidades é deparar-se com um feixe de cruzamentos, teias e camadas sobrepostas, não muito bem delimitadas, mas inteiramente conectadas a partir de um vasto leque de fontes como a oralidade, as imagens, o cinema, os documentos escritos oficiais, os álbuns de fotografias e tanto outros que os autores deste livro dialogam. Com trabalhos que concentram objetos temporalmente datados entre o século

XIX e século XX e que emergem problemas de uma historiográfica que se renova marcadamente nas últimas décadas.

O trabalho de Adrio Gleison dos Santos Barbosa, nesse sentido, apresenta os locais de sociabilidade urbana na cidade de Santarém no Pará nas primeiras décadas do século XX percorrendo os cafés e botequins, observando atentamente as transformações urbanas a partir de uma diversidade de fontes bastante necessária, entre elas relatos de viajantes, álbuns de vistas e processos criminais. O autor analisa os conflitos e tensões dentro desses estabelecimentos e busca dialogar com uma escrita da cidade.

Também analisando as sociabilidades urbanas e os espaços destas, o trabalho de Andréia Rodrigues de Andrade problematiza os usos dos teatros da cidade de Teresina, capital do Piauí, no século XIX, perpassando pela criação dos primeiros teatros e a construção de novos espaços, como o Teatro 4 de setembro, não obstante o questionamento da autora parte do problema: quem poderia frequentar esse lugar?

Já o trabalho de Karine Maria Lima Lopes, intitulado “Fotografias, fotógrafos e cidade: a construção das praças públicas como espaço de sociabilidade em Natal (1910 -1922)” percorre a cidade a partir das praças da cidade de Natal no início do século XX e se utiliza da fotografia como principal fonte para compreender o uso e a produção do espaço urbano a partir de centro de sociabilidade como são as praças. A autora traça um interessante paralelo entre a construção das imagens da cidade e o discurso modernizador dos grupos dominantes, apropriando desses espaços como formas de distinção sociais.

Seguindo o fio da imagem como possibilidade de uma construção histórica o trabalho “O Nanquim amazônico e a imagem como narrativa histórica”, de Reginaldo Cerqueira Sousa, aborda a produção Pedro Morbach representando as mudanças ocorridas na cidade Marabá, a partir de uma pers-

pectiva da obra desse artista procura entender como a construção das imagens é, sobretudo, uma elaboração da memória, de tempo e do espaço, enunciando as contradições entre os trabalhadores e as elites locais.

Ival de Andrade e Dóris Karoline contribuem com essa publicação a partir de suas impressões sobre o documentário de autoria de Renato Tapajós sobre a Vila da Barca em 1964. Documentário narrativo caracterizando o cotidiano das áreas “esquecidas” pelo poder público, a partir da contextualização da feitura da produção audiovisual os autores apresentam Renato Tapajós e sua história de vida, principalmente, contra a Ditadura Militar e os anos de prisão durante o governo. Por fim, o objetivo do texto é traçar um paralelo entre o curta e a produção filosófica de Walter Benjamin sobre a cidade, principalmente uma *fisiognomia* da Vila da Barca.

O texto “Nos caminhos do trem: a vila do Apeú (PA) e seu contexto de abastecimento e alimentação” de Luciana Silva Sales, percorre a ferrovia do Apeú para apresentar as nuances entre o patrimônio ferroviário e a história da alimentação na região, interligando a riqueza de fontes e possibilidades de trabalho entre os dois campos e demonstrando através dessa estratégia metodológica a rede de troca entre as localidades e ampliando a interpretação dos usos das ferroviárias nas pequenas e médias cidades da região.

Luis Henrique Junqueira de Almeida apresenta importante contribuição para entendermos as questões envolvendo o âmbito político no século XIX quando se tratava das cidades capitais, “A capitalidade em construção” exposta pelo autor através dos documentos de José Bonifácio nos proporciona uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas cidades-capitais no momento de afirmação dos Estados-nacionais e da expansão dos imperialismos europeus no século XIX. Questão de pri-

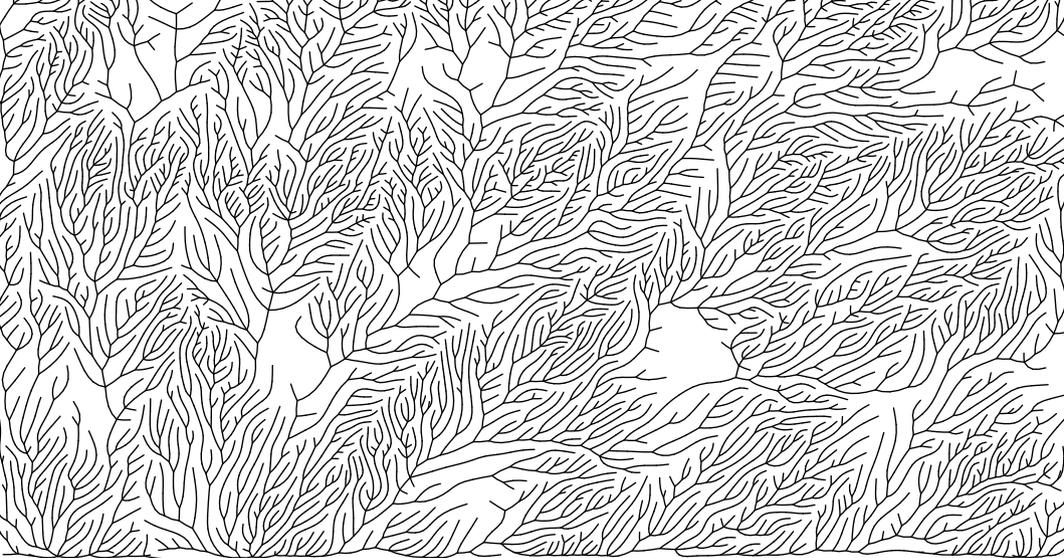
meira ordem para entender as ramificações de poder e decisões que adentraram a construção das cidades no século seguinte.

Admarino Gonçalves de Matos Junior apresenta resultados iniciais de pesquisa sobre o processo de formação histórica da cidade marajoara de São João Batista de Currallinho, localizada no Arquipélago do Marajó, na Amazônia marajoara, Estado do Pará. A partir da movimentação e navegação pela região o autor procura apresentar o conceito de “cidade-floresta” enquanto dialoga com uma vasta gama de fontes primárias elencadas para o trabalho: jornais, relatórios oficiais e álbum de fotografia.

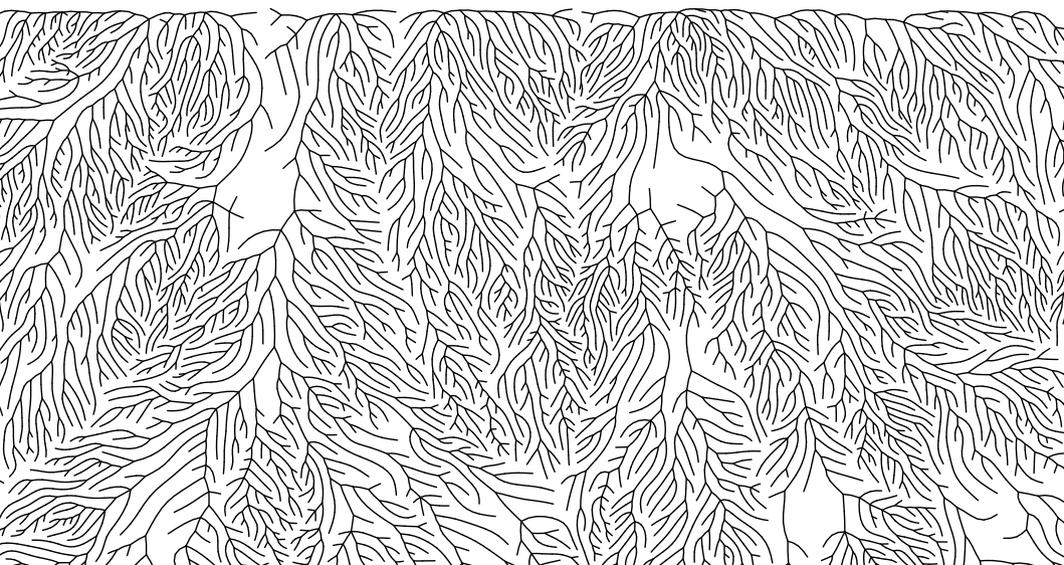
Por fim, porém não menos importante, Emiliano Bollovento finaliza essa obra demonstrando uma pesquisa sobre o patrimônio industrial através do texto “A memória dos galpões: a paisagem urbana industrial e a memória operária em Ubá/MG (1980-2020)”. O autor tem como objetivo reconhecer as diversidades e especificidades presentes nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais de formação das cidades e, conseqüentemente das paisagens culturais constituídas e do patrimônio cultural existente, entende a necessidade de um enfoque interdisciplinar e teórico-metodológico de base empírica capaz de identificar as memórias do passado dos indivíduos que se relacionam com o meio em que se inserem e, mais detidamente com o patrimônio industrial presente na cidade de Ubá.

A todos, todas e todes desejamos uma ótima leitura e que as cidades possam mais uma vez se fazer perder por entre ruas, rios e praças, que as múltiplas temporalidades e seus incontáveis cruzamentos nos convidem como um *flâneur* a olhar atento cada esquina e letreiro que compõem esse espaço. Boa leitura.

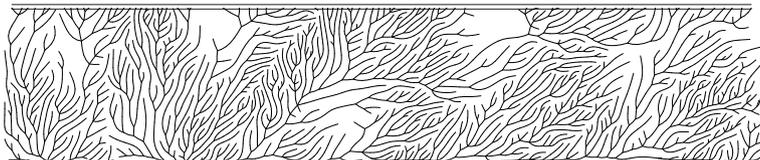
**José M. Almeida Neto**



**ESCRITAS DA HISTÓRIA  
URBANA: VIVER E  
NARRAR A CIDADE EM  
SUAS MÚLTIPLAS  
TEMPORALIDADES**



# OS LOCAIS DE SOCIABILIDADE DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE SANTARÉM-PARÁ – 1900 -1914



*Adrio Gleison dos Santos Barbosa*

---

---

## INTRODUÇÃO

**A**o pensar na cidade de Santarém do início do século XX, situada entre as duas capitais amazônicas que estavam vivenciando grandes transformações urbanas e culturais, ocasionadas pelo excedente do capital da borracha, busca-se neste trabalho analisar os cafés e botequins, espaços de sociabilidade localizados no perímetro urbano da cidade. Durante o levantamento de fontes, foram encontrados os seguintes espaços de sociabilidade em Santarém: o Café Chic, localizado na Rua Lauro Sodré, atualmente chamada Rua Siqueira Campos, esquina com Travessa dos Mártires – esta que nunca teve o seu nome alterado; e os Botequins Itatiaya, Zig Zag e Estrela, que estavam localizados na Rua Dr. Collares, hoje Praça da Bandeira. Nos dias atuais, estas ruas são uma das mais importantes do centro comercial santareno.

Para descrever a cidade estudada nesta pesquisa, recorremos aos trabalhos de Arthur C ezar Ferreira Reis, *Santarém: seu desenvolvimento histórico*; ao *Album Descrittivo dello Pará -1898* e ao *Album descrittivo Amazônico 1899*, ambos de autoria do Arthur Caccavoni. Utilizamos também os álbuns de caráter oficial: *Album do Pará* publicado em 1899, período da gestão de José Paes de Carvalho (1897-1901) e o *Album do Estado do Pará – 1908*, publicado durante o mandato do governador Augusto Montenegro (1901-1909).

O *Album do Estado do Pará de 1908*, encomendado pelo governador do estado Augusto Montenegro (1901-1909), tinha por objetivo vender uma imagem do estado como símbolo de progresso para o exterior, com destaque para sua capital, mas também informando sobre outras cidades do interior. O  lbum produzido em três línguas apresenta informações que permitiram traçar um perfil da cidade de Santarém do início do novecentos. Segundo os dados desta obra, a cidade possuía 28.000 almas e uma economia pautada no comércio da borracha, cacau, castanha, peixe salgado, baunilha, salsaparrilha, cumar , além de fazendas responsáveis pela criação de gado (MONTENEGRO, 1908).

O viajante francês, Paul Walle, descreveu a cidade de Santarém no início do século XX como um lugar bonito, construída no local da aldeia indígena dos Tapajós, na margem direita do rio que recebe o mesmo nome. Para este viajante, a cidade já possuía ares de cidade grande, tendo teatro, belas casas e um mercado bem abastecido. Destaca também que Santarém era o grande centro comercial da região banhada pelo Rio Tapajós, oferecendo castanha do Pará,  leo de copaíba, baunilha, cacau e exportando também a borracha, gado e peixe. (WALLE, 1911. p. 94). Walle escreveu acerca da demografia da cidade: “Santarém, que conta já com cerca

de 20.000 habitantes, está destinada a certo desenvolvimento pela sua localização, pelas terras férteis que a rodeiam e pelo seu bom clima” (WALLE, 1911. p. 94).

Henri Ceudreu, também viajante francês, em seus textos de viagem realizada no estado do Pará a serviço do governo do estado, diverge que a população na cidade de Santarém fosse de 10.000 habitantes como apontavam algumas estimativas do período. Para ele, o número da população em 1895 era bem menor, algo em torno de 3.000 habitantes (COUDREAU, 1987. p. 03-34). Já no ano de 1920, o censo demográfico, apresentado por Reis, da cidade de Santarém apontava para uma população de 41.546 indivíduos.

Nos anos finais do século XIX e início do século XX, algumas cidades passaram por transformações urbanas decorrentes de políticas higienistas. Havia também uma necessidade de desvincular a imagem do trabalho a algo degradante, como ocorria na escravidão, portanto, uma nova ética de trabalho fez-se necessária. Para garantir a mão de obra, os detentores do capital deveriam dar uma nova roupagem para o conceito de trabalho vigente em uma sociedade escravista. A atividade laboral deveria representar uma característica dignificante do homem livre, essa valoração estava em consonância com os conceitos de ordem e progresso.

Para além do advento da República e processo histórico para um novo modelo de mão de obra, tínhamos, na região Amazônica, mais um condicionante para a composição da vida social, política e econômica da região: a economia da borracha. Esta que, com o lucro produzido pela extração do látex, foi responsável pela modernização das cidades de Belém e Manaus, capitais dos estados do Pará e Amazonas, respectivamente.

É neste contexto que a cidade de Santarém está inserida; localizada na região do Baixo Amazonas, e posicionada geogra-

ficamente entre as duas capitais amazônicas, Belém e Manaus, que vivenciaram um período de modernização e grande efervescência social causada pelo excedente do capital da borracha.

## ESPAÇOS E PRÁTICAS

A elite amazônica, que estava aburguesando-se, utilizava os espaços públicos e privados para esbanjar os seus luxos, como forma de prestígio social. E foi com o contato realizado com outros países, devido ao comércio, que a Amazônia importou novas formas e espaços de lazer em seu cotidiano, como por exemplo, o cinema, teatro e cafés. Durante o ciclo da borracha, surgiram na região amazônica novos espaços de sociabilidades que refletiam os interesses de um grupo dominante. Era comum que fosse mandado buscar companhias artísticas da Europa para apresentarem-se nos Teatros da Paz e Amazonas, localizados em Belém e Manaus respectivamente. O cinema também foi um espaço introduzido na região através do grande excedente da borracha, como por exemplo, o Cinema Olímpia um espaço de lazer de uma pequena burguesia como escreve (SARGES, 1910).

Os botequins são os espaços que mais sofreram com a tendência modernizadora que estava sendo imposta pela nascente república. Muitos deles foram fechados ou afastados do centro para zonas periféricas, mas não somente o que tange a localização, os botequins foram estigmatizados como lugares que iriam contra a modernização, ou seja, lugares sujos e promíscuos. Ana Hardman, explana sobre os botequins no Rio de Janeiro:

E a complementar, mais uma vez recorrendo a Menezes (2003) e fazendo a conexão com bares e botequins, como esses eram alguns dos espaços de sociabilidade da arraia miúda da sociedade carioca, eram grandes alvos das re-

clamações por parte do restante da população e passaram a sofrer com a fiscalização imposta pela gestão de Passos. Dentre as reclamações da população, que ia ao encontro da limpeza pública fortemente disseminada naquele momento, os bares e botequins, assim como açougues, eram considerados como lugares fétidos e insalubres (CASTRO, 2013. p. 57).

Os botequins remanescentes em seus logradouros foram obrigados a adequarem-se as políticas higienistas de Pereira Passos. Não somente no Rio de Janeiro, mas em Belém as políticas sanitárias também interferiram no funcionamento dos botequins da capital paraense. Através do Código de Posturas – criado com o objetivo de controlar os hábitos considerados como atraso a política modernizadora – ficava estabelecido que muitos locais deveriam sempre fornecer informações sobre o seu funcionamento, enquadrava-se nessa lista de locais, os botequins. Desse modo, o botequim deveria estar sempre limpo, e a multa aplicada ao descumprimento dessa normativa poderia ser em valores bem altos ou até mesmo o fechamento do estabelecimento (SARGES, 2010). Percebemos que através do anseio por uma cidade “limpa e bonita” nas capitais brasileiras, esses espaços foram obrigados a encaixar-se nos moldes reformadores da sociedade moderna, dando uma nova face para a vida boemia.

Sidney Chalhoub, ao retratar em seu livro sobre os botequins no Rio de Janeiro, classifica esses locais como a principal opção de diversão da classe popular, principalmente dos homens. Dentro desses estabelecimentos os sujeitos do período traçavam dinâmicas próprias de vivência e resistência ao novo modelo imposto pela República. Para o autor, a imposição de uma ordem burguesa não foi linear ou harmônica, mas encontrou barreiras nos hábitos cotidianos dos sujeitos. Os botequins foram estigmatizados, pois havia a necessidade de controlar e transformar os fre-

quentadores, adjetivados de forma negativa como “vadios”, em mão de obra para acumulação de capital dos patrões (CHALHOUB, 2012).

**FIGURA 1 - Propaganda do café chic**



**Fonte:** Indicador Ilustrado do Estado do Pará, 1910, p. 200.

Um dos principais propagadores da imagem do botequim como um local sujo e de frequentadores que tendiam a transgredir a moral burguesa, era a imprensa. O autor apresenta o seguinte trecho relatado pelo Correio da Manhã; “Em um botequim [...] na estação do Engenho de Dentro, verdadeira tasca onde se reúnem, à noite, desordeiros e vagabundos, que perambulam pelos subúrbios, promovendo desordens que sempre acabam em terríveis desacatos, deu-se ontem uma cena de sangue” (1906 Apud CHALHOUB, 2012, p. 256.). A propaganda abaixo nos permite entender a diversidade de serviços oferecidos por esse estabelecimento. Portanto, torna-se possível compreender também algumas práticas realizadas nesse

local, este que funcionava como hospedagem para os viajantes, como botequim e tinha jogos de bilhares para a diversão de seus fregueses. É válido destacar que no trecho da propaganda sobre o estabelecimento ser iluminado a luz elétrica é uma forma de demonstrar uma modernidade do local, ou, um indicativo de um serviço que não se estendia para toda a população santarena.

Essa propaganda nos ajuda a compreender minimamente o funcionamento desse espaço que se tornou cenário de um crime de imprudência em 1910, ocorrido por volta das nove horas da noite. Os envolvidos foram o réu João Nogueira da Silva e a vítima Joaquim Ignacio Ferreira; o crime de ferimento aconteceu com uma arma, que foi dada de presente a Joaquim e acabou disparando acidentalmente (CDHBA, Auto Crime de Imprudência, 1910)<sup>1</sup>. Nesse processo nos atentamos para as declarações dos sujeitos interrogados nos inquéritos de perguntas, para analisarmos o que cada indivíduo fazia nesse espaço. Nas declarações realizadas pelos interrogados, em sua maioria responderam que foram por volta das sete horas da noite, mais ou menos, ao Café Chic em busca de divertir-se com jogos ou bilhar.

No seguinte trecho presente na autuação: “Passava de 8 horas da noite, quando o cidadão João Chagas, que sentara-se a mesa de jogos com o denunciado e outros.” (CDHBA, Auto Crime de Imprudência, 1910), interpretamos que tais jogos eram os de cartas, uma vez que ninguém senta-se a uma mesa para jogar bilhar. Os jogos de cartas não eram bem vistos na sociedade do período do estudado e nesse sentido Lacerda e Sarges dissertam:

De fato, entre os grupos populares de Belém, os jogos de cartas foram uma diversão comum em finais do século XIX, e não raro a imprensa pedia providências à poli-

---

<sup>1</sup> Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, localizado na Universidade Federal do Oeste do Pará.

cia em relação ao que chamava de “botequins de ordem inferior”. Acreditava-se que boa parte da desordem das ruas era produzida nesses espaços, vistos como “núcleos de vagabundagem perigosa”.<sup>47</sup> É nesse submundo que se concentravam as casas de jogos que, muitas vezes, tinham como frequentadores jovens pobres da sociedade que ali se reuniam. Reclamava-se que estes passavam horas da noite em “desenfreada jogatina e libações desregradas (...) em torno da mesa do vício”. Nesses espaços, consentia-se muitas vezes, segundo a imprensa, que “rapazolas de 16 anos desempregados” jogassem desde o “bilhar até as cartas” (LACERDA; SARGES, 2009. p. 179).

Conforme observado no trecho presente na autuação e na citação acima observamos aqui uma contradição entre as práticas de jogos e a denominação de um espaço como “chic”, dado que, mesmo carregando um título que se adequa ao ideal de um grupo dominante, percebemos que no estabelecimento de Benjamin Caetano Corrêa havia os jogos de cartas algo que destoava da ética elitista, tais práticas não eram bem vistas pela sociedade.

Como já vimos anteriormente, os cafés e botequins eram espaços vistos de formas distintas pela sociedade elitista: o primeiro espaço reservado para encontros da alta sociedade e o outro estigmatizado como um local frequentado pela “classe perigosa”. Porém, na cidade de Santarém, esses espaços não pareciam ser distintos ou não ocorria uma limitação clara de um para o outro.

Outra prática delituosa ocorrida no Café Chic nos mostra um pouco mais do funcionamento desses espaços para além das atividades relacionadas a boemia. Em um auto crime de furto, ocorrido em 1910, Manoel da Silva Delgado é acusado pelo proprietário do estabelecimento de roubar uma quantia de aproximadamente trezentos mil réis. Por ser ex-funcionário do estabelecimento, ele conhecia o funcionamento do

espaço e também como esconder-se e realizar o furto, segundo a acusação. O que nos chama atenção é sobre o possível esconderijo de Manoel; uma máquina de fabricar gelo.

Desse modo, assim como realmente consta na propaganda, percebemos ao analisarmos os processos relacionados ao Café Chic uma pluralidade de serviços; neste segundo processo ocorrido no dito Café aqui retratado, vemos que o suposto esconderijo evidenciava a atividade de fábrica de gelo no estabelecimento. Segundo o texto que consta no processo, Manoel adentrou o café pela Travessa dos Mártires – é válido destacar que o estabelecimento ficava de canto com a Rua Lauro Sodré e Travessa dos Mártires – enquanto o proprietário conversava com algumas pessoas na parte que ficava para Rua Lauro Sodré. O acusado teria esperado o café fechar para sair do seu esconderijo e realizar o furto (CDHBA, Auto Crime de Furto, 1910).

Esses espaços também serviam como hospedagem para viajantes. Ao analisarmos um processo crime de ferimentos graves, decorrente de uma briga entre amasios no Botequim Zig-Zag, percebemos essa outra atividade oferecida pelos botequins. Fica evidente na declaração da testemunha José Victor Alves do Nascimento, que consta da seguinte forma no auto de perguntas “que hontem as sete horas da noite, quando achava-se arrumando a mesa para os seus hospedes jantarem, quando alli appareceu Maria Piroca [...] (CDHBA, Auto Crime de Ferimentos Graves, 1913). Nesse mesmo processo, a testemunha José Sant`Anna, foi identificada como hóspede, portanto, assim como o Café Chic, o Botequim Ziz-Zag também oferecia o serviço de hospedagem na cidade.

Já no processo de ferimentos leves de 1913, encontramos o Botequim Estrella, de Satyro Malheiros, o processo referente à uma briga entre Armindo Tapajós e José Pereira

da Silva, a motivação do desentendimento deu-se devido a José Pereira da Silva tentar sair sem pagar pelo café consumido, desse modo, fica evidente a venda de alimentos (CDHBA, Auto Crime de Ferimentos Leves, 1913).

Outro aspecto importante revelado por meio da leitura das fontes é que os crimes em sua maioria ocorreram entre as sete e nove horas da noite. Deste modo, não podemos deixar passar despercebido essa informação, já que com base nela podemos chegar ao um horário próximo em que os boêmios da cidade de Santarém estavam buscando diversão na vida noturna da cidade.

Os espaços de sociabilidades denominados como café, tanto da capital paraense como estabelecimentos santarenos ofereciam mais de um serviço. Porém fica claro uma glamorização e serviços mais refinados nos cafés de Belém, segundo as propagandas apresentadas nos álbuns descritivos. Veja, o Café Chic apresenta-se em sua propaganda como um botequim. E ao analisar um processo crime de ferimentos leves, ocorrido em outro botequim/café, observamos o seguinte: na autuação o local é identificado como botequim, mas ao ler todo o processo observamos que nos autos de perguntas realizados ao envolvidos, eles identificam o local como um café. Quando perguntado sobre o ocorrido, Egydio Antunes da Silva respondeu o seguinte: que hontem pelas nove horas da manhã, digo, da noite saíu da casa onde está hospedado e foi ter com outros companheiros ao café Itatiaya, sita a rua Doutor Collares [...] (CDHBA, Auto Crime de Ferimentos Leves, 1913).

Ao realizar a análise das fontes pesquisadas, foi possível mapear os locais de sociabilidade da cidade de Santarém. Portanto, com base nos dados obtidos da pesquisa nos autos criminais, foi possível identificar o funcionamento e práticas cotidianas realizadas nesses espaços, como por exemplo, os jo-

gos de cartas, bilhares, encontro com os amigos, hospedagem, consumo de bebidas e alimentos. Desse modo, encontramos indícios de um funcionamento muito particular desses espaços na cidade de Santarém.

## REFERÊNCIAS

### REFERÊNCIAS:

CACCAVONI, Arthur. **Album descriptivo amazônico** / Arthur Caccavoni. Genova: F. Armanino, 1889.

CACCAVONI, Arthur. **Album descriptivo annuário dello stato del Pará 1898:** Destinato esclusivamente agli stabilimenti finanziari, industriali, commerciali ed ai Signori viaggiatori/ Di Arthur Caccavoni. Genova: Fratelli Armanino, 1898.)

CDHBA. FTJ. **Auto Crime de Ferimentos**, 1913.

CDHBA. FTJ. **Auto Crime de Ferimentos Leves**, 1913.

CDHBA. FTJ. **Auto Crime de Ferimentos Graves**, 1913.

CDHBA. FTJ. **Auto Crime de Ferimentos Leves B**, 1913.

CDHBA. FTJ. **Auto Crime de Furto**, 1913.

CDHBA. FTJ. **Auto Crime de Imprudência**, 1910.

COUDREAU, Henri. **Voyage au Tapajós. Paris:** A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1897.

COURRIER. BILLITER. **Indicador Ilustrado do Pará**, 1910 (Parte II). Rio de Janeiro.

PARÁ. Governador (1901 - 1909: A. Montenegro) **Álbum do Estado do Pará**. Paris: Chaponet, 1908.

PARÁ. Governador (1897 - 1902 J. P. de Carvalho) **Álbum do Pará em 1899** [s.l/ s.n] [1899].

WALLE, Paul. **Au pays de l'or noir: le caoutchouc du Bresil**. Paris: Librairie Orientale & Americane, 1911.

## BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Antonia Terezinha dos Santos. **Santarém - Uma Síntese Histórica**. 1. ed. Canoas: ULBRA, 2000.

WEINSTEIN, Barbara. A longa decadência. *In*: WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 241-293.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920)**. Belém: Ed. Açáí, 2011.

CASTRO, Ana Monteiro de Barros Hardman de. **Bares e botequins tradicionais: patrimônios culturais para sustentabilidade na cidade do Rio de Janeiro**. 2013. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha(1890-1910): dirigindo os olhares. **Escritos** (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 5, p. 141, 2011.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

DAOU, Ana Maria. **Cidade, teatro e o “Paiz das seringueiras”**: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book`s, 2014.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus: Valer, 2007.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2014.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Ed. Açáí, 2010.

LACERDA, Franciane Gama. "Reclamações do povo". Luta por direitos na cidade, seringais e núcleos coloniais na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). **Projeto História** (PUCSP), v. 33, p. 63-82, 2006.

LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. **Projeto História** (PUCSP), v. 38, p. 165-182, 2009.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Discursos sobre a capoeiragem na época do “Ouro Negro”. *In: A política da capoeiragem: história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 31-83.

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens Urbanas: Fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908)**. UFPA, 2006.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. (4ª.ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

REIS, Arthur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

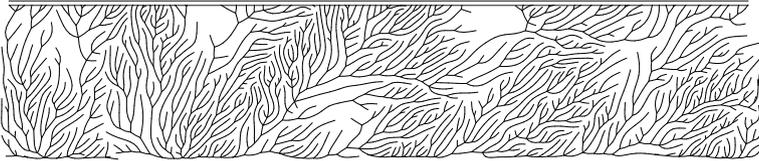
SAMPAIO, Patrícia Melo. **Economia da Borracha na Amazônia**. 1. ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2011.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle époque: 1870-1912**. 3. Ed. Belém: Paka – Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka – Tatu, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama. A cidade e a floresta: urbanização e trabalho no Pará (finais do século XIX-início do século XX). *In: SARGES, Maria de Nazaré & RICCI, Magda Maria de Oliveira (Orgs.)*. **Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura**. Belém: Editora Açai, 2013, p. 211-237.

# O TEATRO NA TERESINA OITOCENTISTA: DO SANTA TERESA AO 4 DE SETEMBRO



*Andreia Rodrigues de Andrade*

---

---

## INTRODUÇÃO

O teatro como um espaço cultural, mas também de diversão na Teresina Oitocentista é a discussão aqui proposta. Durante o século XIX, a nova cidade-capital piauiense teve, ainda que, com condições precárias de funcionamento, espaços próprios para os espetáculos, o Santa Teresa foi o primeiro ensaio dessa arte na nova cidade-capital piauiense. Posteriormente, viria o Concórdia e em fins dos Oitocentos o 4 de Setembro. Houve também grupos amadores de teatro, dentre os quais o 7 de Setembro, o “Teatro 23 de Janeiro”, O Clube Dramático Familiar, o Clube Dramático Teresinense e o Clube Dramático União 4 de Setembro. Assim, a urbe teve várias apresentações teatrais inclusive com artistas de renome internacional, como a atriz portuguesa Helena Balsemão. O teatro contava com a presença maior da camada

mais abastada. Como fontes, investigou-se jornais e relatórios de presidentes de província. Teoricamente, dialoga-se com: CHAVES (2013), FREITAS (1988), SANTIAGO JÚNIOR (2002), QUEIROZ (2008), TITO FILHO (1985). Salienta-se que em distintos momentos Teresina, recebeu artistas de fora, não obstante o comportamento dos teresinenses não mudara, tendo em vista que os maus hábitos da plateia permaneciam – gritos, grosserias, pilhérias e insultos, eram constantes nas apresentações, alguns atreviam-se a entrar no espaço sem pagar pelos ingressos.

### OS TEATROS NA NOVA CIDADE-CAPITAL

Durante o século XIX, a nova cidade-capital piauiense teve, ainda que, com condições precárias de funcionamento, espaços próprios para espetáculos, o Teatro Nacional de Santa Teresa foi o primeiro ensaio de uma proposta teatral na nova cidade-capital piauiense. Posteriormente viria o Concórdia e em fins dos Oitocentos o 4 de Setembro. Houve também grupos amadores de teatro, dentre os quais o 7 de Setembro, o “Teatro 23 de Janeiro”, O Clube Dramático Familiar, o Clube Dramático Teresinense e o Clube Dramático União 4 de Setembro (CHAVES, 2013, p. 50). Assim, a urbe teve várias apresentações teatrais inclusive com artistas de renome internacional, como a atriz portuguesa Helena Balsemão. O cenário teatral, assim como festas religiosas, circos e festividades populares, a exemplo do bumba-meu-boi, foram lazeres constantes nas cenas urbanas teresinenses na segunda metade do século XIX e movimentavam a vida tanto dos residentes na urbe quanto dos que nela desembarcavam para as apresentações.

Seis anos após a criação de Teresina, foi fundado o Santa Teresa. João José de Oliveira Junqueira comprou por procura-

ção, uma casa situada na Praça da Constituição, pertencente ao mestre de obras João Isidoro da França para as apresentações teatrais na capital, o valor foi 2:500\$000 reis. (FREITAS, 1988, p. 148) Na verdade, o objetivo era torná-la um teatro público “[...] o qual, ainda que mal, por falta de preparos indispensáveis, servia para algumas representações teatrais de uma companhia particular” (PIAUI, 1858). João José Oliveira Junqueira ressaltou a importância da aquisição “[...] o teatro é o primeiro e mais útil divertimento dos povos civilizados” (PIAUI, 1858). Mas quem tinha acesso a essa diversão? O teatro contava com a presença maior da camada mais abastada de Teresina, pois para frequentá-lo era necessário ter poder aquisitivo para comprar ingressos e vestimentas apropriadas. Segundo Monsenhor Chaves, as sessões de festas cívico-patrióticas ocorriam no teatro (CHAVES, 2013, p. 47). Ele sinaliza ainda que a população teresinense tinha apreço pela sociabilidade:

Apesar de relativamente alto o preço dos ingressos, as noites do ‘Sta. Teresa’ e, depois, do ‘Concórdia’, eram muito frequentadas. Era de ver a animação que reinava nas adjacências do teatro nas noites de espetáculo: música, muita luz, grupos indo e vindo em palestras animadas pelo leito da rua. Na praça [da Constituição] centenas de tabuleiros de doces e bolos, com a clássica lamparina de alumiar a mercadoria, constituíam um longo e agradável derivativo para os espectadores nos longos intervalos das cenas. Até água se vendia na porta do teatro, e cara. [...] Lucas exige nessas noites 80 réis por copo de água (CHAVES, 2013, p. 48).

As condições do prédio, assim como a maioria dos outros que existiam em Teresina, eram precárias. Em 1859, o então presidente Antônio Corrêa do Couto tratou da precariedade do teatro Santa Teresa, ele mostrava que as representações pouco deixavam além de gastos. A estrutura do prédio

necessitava de novos cômodos, os artistas, de acordo com ele, deveriam receber premiações e os que fossem reconhecidamente pobres, uma ajuda mensal. Quanto à simbologia do Santa Teresa para a nova cidade-capital piauiense, Santiago Júnior destaca que “[...] era sofrível e rudimentar, mas foi lá iniciada a tradição de casas de espetáculos em Teresina que um dia culminaria na construção, ainda no século XIX, do Teatro 4 de setembro” (SANTIAGO JÚNIOR, 2002a, p. 27). No ano de 1864, Franklin Dória também mencionou a dificuldade de funcionamento do teatro, pois para o funcionamento eficaz das atividades teatrais eram essenciais liberdade dos cofres provinciais e proteção do governo:

Eu desejava pudésseis autorizar-me a subvencionar uma companhia que aqui viesse desenvolver o gosto pelos espetáculos dramáticos e inculcar no ânimo popular o deleite e as úteis lições que dele emanam. Conspira, porém, contra meus desejos a preferência que devem merecer-vos necessidades mais urgentes. Entretanto, não perderei de vistas o único teatro que há no Piauí, certo da vigilância que lhe devo como administrador e convencido, como sempre estive, de que o teatro ensina como uma escola e fala como uma tribuna (PROVÍNCIA DO PIAUHY, 1864. p. 21).

Para a pintura do Santa Teresa e consertos foram gastos em 1867, pelo presidente Luna Freire, 540\$000. Em 1870, o presidente Espíndola Júnior apontava que a casa em que funcionava o teatro – sem arquitetura e os cômodos necessários, deveria ser vendida para a compra de outra mais apropriada para recebê-lo. No ano de 1874, no mandato de Adolfo Lamenha Lins<sup>1</sup> a casa foi transformada em duas escolas públicas e uma biblioteca, que seria criada pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, a fim de poupar gastos para os cofres públicos, e foi reconstruído, segundo Lamenha Lins, com recursos privados.

---

<sup>1</sup> Presidiu a província do Piauí de 27 de abril de 1873 a 27 de novembro de 1874.

Clodoaldo Freitas sinaliza que após a extinção do Santa Teresa foi criado um pequeno teatro particular nas meias-águas de uma casa localizada na Praça Uruguaiana. “[...] Depois com o nome de Teatro da Concórdia, foi instalado [em 1879] um outro teatrinho nas meias-águas do quartel de polícia. Houve um outro teatrinho particular na Rua Desembargador Freitas [...] (FREITAS, 1988, p. 149) No prédio em que foi instalado o Teatro da Concórdia não havia conforto, ele não atendia à procura do público teresinense, um pouco maior no momento da criação do teatro. Este era pequeno, mas eram realizadas atividades variadas, como encenações artísticas, manifestações políticas, shows de ilusionismo (SANTIAGO JÚNIOR. 2002b. p. 56).

Na década de 1880, conforme aponta Teresinha Queiroz, houve apresentações em casas particulares e estavam funcionando o Teatro 24 de Janeiro e o Teatro da Concórdia. A sociedade teresinense reclamava a construção de um teatro público, que, possivelmente, foi divulgada na imprensa e incitada pelas visitas da Companhia Dramática em 1887, que tinha a atriz portuguesa Helena Balsemão como atração principal, e em 1889, a visita da Companhia Lírica Afonso Vilela, com a atriz Beatriz Rosália (QUEIROZ, 2008, p. 20). O Jornal A Imprensa anunciava espetáculos realizados nos Teatro da Concórdia:

Continua a companhia “Atheneu dramático” a dar espetáculos no teatro Concórdia da sociedade 24 de janeiro. Quer na noite de 28 do mês próximo findo, aniversário da independência do Maranhão, quer na noite de 31 do mesmo mês, a referida companhia houve-se de tal modo – que os atores foram entusiasticamente aplaudidos. **A companhia tem satisfeito a expectativa pública e, a prova disso está na grande concorrência que tem havido.** No domingo (7) levará ela à cena o importante drama em 5 atos de costumes marítimos pelo grande Alexandre Dumas, intitulado “O Pirata ou a Escrava do Guadalupe” (*A Imprensa*, 1881, p. 4) (Grifo nosso).

A sociedade e as autoridades teresinenses eram atentas aos espetáculos exibidos, no que se refere à sua moralidade das apresentações teatrais. A despeito de sua importância para o lazer em Teresina, a situação era de carência e ainda em organização, bem como outros setores de uma capital que ainda estava se constituindo enquanto tal, o teatro da Concórdia, por dificuldades para funcionar, fechou suas portas, em 1890.

No anoitecer do século XIX, com o Teatro 4 de Setembro, seria criado um “um símbolo identitário da cidade e cria um espaço institucional de cultura” (SANTIAGO JÚNIOR, 2002c. p. 78). Haja vista que após o fim do Teatro da Concórdia, a imprensa teresinense já solicitava uma nova casa teatral na cidade. Contudo, só com a reivindicação de um grupo de senhoras da elite teresinense, em 4 de setembro de 1889, a ideia de um novo teatro realmente vingaria. Essas senhoras saíram às 7 h da noite da casa de dona Lavínia Fonseca ao Palácio do Governo à procura do então presidente da Província, Théophile Santos<sup>2</sup>, para reclamar a construção de uma casa de espetáculos digna de uma capital, segundo Clodoaldo Freitas, os donativos seriam da verba de socorros públicos. Francisco Sousa Martins, em nome do presidente da província, recebeu a comissão.

Foi destinada a quantia de 30:000\$000, o nome do novo teatro seria 4 de Setembro para homenagear esse dia. Naquela noite houve festa e dança até 1h da madrugada. Para agradecer, as senhoras ofereceram um baile a 14 de setembro a Théophile Santos. Foi nomeada a comissão para dirigir as obras do teatro<sup>3</sup>. A 21 de setembro de 1889, foi lançada a pedra fundamental do

<sup>2</sup> Presidiu o Piauí de 23 de julho de 1889 a 10 de julho de 1889.

<sup>3</sup> A primeira comissão foi composta por: João da Cruz e Santos – presidente, recebeu 30:000\$000 réis, Gabriel Luís Ferreira, Cândido Holanda Costa Ferreira, Francisco de Sousa Martins e Collect Fonseca. A segunda comissão foi designada por portaria de 7 de junho de 1890: João da Cruz e Santos (barão de Uruçuí), Simplício de Sousa Mendes, Augusto Colin da Silva Rios, Manuel Raimundo da Paz e Salomão Baumann. Eles deveriam receber os materiais comprados, que estavam sob a responsabilidade do capitão Francisco Ferreira de Carvalho. (TITO FILHO, 1985, p. 41-42)

4 de Setembro e começaram as obras. O local escolhido foi a Praça Aquidabã (atualmente Praça Pedro II). Entretanto, a imprensa teresinense, através do jornal *A Phalange*, posicionou-se contra o local escolhido para receber o teatro, queria que fosse construído no terreno vazio ao lado direito da igreja do Amparo (FREITAS, 1988, p. 149-151). Tal discussão não vingou, pois já havia sido decidido o lugar que receberia o teatro, onde já se encontravam: 1.395 carradas de pedras, 6.200 tijolos de alvenaria, 1.325 quartas de cal, 1 dúzias de tábuas, 275 lajes e 106 linhas de pau-d'arco (TITO FILHO, 1985, p. 42).

O periódico *A Democracia* criticou a planta da obra, elaborada na administração de Gregório Taumaturgo de Azevedo<sup>4</sup> que tinha sido feita por “dois mascates de engenheiros e um pintor”. Uma planta foi feita pelo engenheiro civil Alfredo Modrak, uma doação das senhoras Hermelinda Teixeira de Holanda e Lavina Fonseca ao então presidente Taumaturgo de Azevedo. A arquitetura do 4 de Setembro seguiu o estilo eclético, em alta naquele momento, com traços do neogótico e do neoclássico. A construção do teatro foi lenta e polêmica. Foram gastos 63:968\$570 com a obra, incluindo 2:813\$850 que o administrador das obras Manuel Raimundo da Paz afirmou ter gastado do próprio bolso, de modo que sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1894, na ocasião:

Manuel Raimundo da Paz fez entrega do Teatro ao governador Coriolano de Carvalho e Silva. Muita gente marcou presença. Banda de música. E do meio-dia às 18 horas o Teatro esteve entregue à visitação pública. Foi inaugurado sem cenários, camarins, guarda-roupa, mobília e decoração (TITO FILHO, 1985, p. 45).

Segundo Santiago Júnior, havia casos em que expectadores precisavam levar cadeiras para assistir às apresentações

---

<sup>4</sup> Governou o Piauí de 26 de dezembro de 1889 a 04 de junho de 1890.

teatrais. Somente na reforma de 1897 isso mudaria um pouco, pois houve complementação feita sob o governo de Raimundo Artur de Vasconcelos. (SANTIAGO JÚNIOR, 2002c, p. 78) Aliás, a casa de espetáculos passaria por várias melhorias, após sua inauguração, a exemplo de “ampliações e complementações feitas, ao longo das décadas seguintes”. (SANTIAGO JÚNIOR, 2002c, p. 78)

Para um melhor funcionamento do Teatro 4 de Setembro foi importante a participação da elite teresinense que angariou recursos para equipar o teatro com a estrutura essencial ao seu funcionamento. A decoração, a exemplo das cortinas, foram doadas por pessoas abastadas. A plateia ficou organizada em 4 categorias, discriminadas pelo bilhete: cadeiras centrais, laterais, frisas e camarotes (SANTIAGO JÚNIOR, 2002c, p. 78). Os preços dos ingressos eram: 10\$000 para os camarotes, 2\$000 para as cadeiras de primeira e 1\$000 para as cadeiras de segunda e para a geral (QUEIROZ, 2008, p. 36). As apresentações feitas no Teatro não eram somente as peças, mas também “festas artísticas, declamação de poemas e outras atividades” (CASTELO BRANCO, 1997, p. 95).

Um teatro novo em Teresina, artistas vindos de fora, não obstante o comportamento dos teresinenses não mudara, tendo em vista que os maus hábitos da plateia permaneciam – gritos, grosserias, pilhérias e insultos, eram constantes nas apresentações, alguns atreviam-se a entrar no teatro sem pagar pelos ingressos. Além disso, havia o sereno do teatro, em que a tietagem às graciosas artistas era constante. Os fãs dividiam-se e formavam grupos que se enfrentavam através da imprensa, chegavam a discutir no teatro para ter um segundo de proximidade com as suas eleitas, pois ali estava a possibilidade de demonstrar o carinho às famosas atrizes. Beijos, poemas, palmas, flores, brindes, pedidos de bis, ar-

remessos de chapéus, declarações nos jornais, distribuição de boletins, acompanhamento a casa com banda de música (QUEIROZ, 2008, p. 21).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os teatros compuseram parte importante da vida social teresinense na segunda metade do século XIX, juntamente com outras sociabilidades. Em estruturas simples, apresentavam-se artistas, com encenações diversas e preços variados de ingressos. Uma diversão, que não era acessível à maioria da população. Contudo, o segmento menos abastado também experienciava a arte teatral do lado de fora dos recintos. Salieta-se que em distintos momentos Teresina, recebeu artistas de diversos locais, inclusive estrangeiros, que aqui aportavam e movimentavam a vida cidadina. Não obstante, um aspecto bastante enfatizado era o comportamento de muitos teresinenses, vigiado pela presença policial e descrito como permeado por “maus hábitos” – gritos, grosserias, pilhérias e insultos eram constantes nas apresentações, alguns atreviam-se a entrar no espaço sem pagar pelos ingressos. Fechavam-se as cortinas do Oitocentos e o século XX o 4 de Setembro trouxe as novidades alvissareiras teatrais para Teresina.

## REFERÊNCIAS

### FONTES DOCUMENTAIS

Relatório Presidencial de 1858.

PROVÍNCIA DO PIAUHY. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1º de julho de 1864 pelo presidente da Província Franklin Américo de Menezes Doria.** São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864.

THEATRO. **A Imprensa**. Teresina, ano 18, n. 695, 3 ago. 1881, p. 4.

## **BIBLIOGRAFIA**

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. O teatro. *In*: MENDES, Maria Cecília (org.). **145 anos**: Teresina Cidade Futuro. Teresina: FCMC, 1997. p. 95.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Apontamentos Biográficos e Outros**. 2. ed. Teresina: FCMC. Chaves, 2013.

FREITAS, Clodoaldo. **Histórias de Teresina**. Teresina: FCMC, 1988.

SANTIAGO JÚNIOR. Fundação da Santa Teresa: o primeiro teatro. *In*: SANTOS NETO, Fonseca dos (coord.). **Teresina 150 anos**. Teresina: Júnior, 2002a.

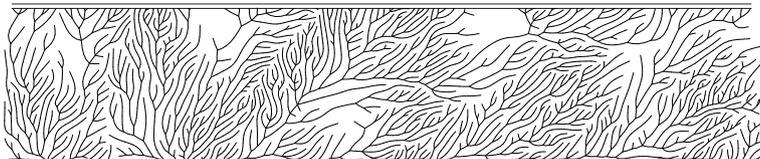
SANTIAGO JÚNIOR. Teatro Concórdia: o (mau) substituto da Santa Teresa. *In*: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). **Teresina 150 anos**. Teresina: Ed. Júnior, 2002b.

SANTIAGO JÚNIOR. O 'Theatro 4 de setembro' e a institucionalização da cultura teresinense. *In*: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). **Teresina 150 anos**. Teresina: Júnior, 2002c.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí**. Imperatriz: Ética, 2008.

TITO FILHO, Arimathéa. **Praça Aquidabá, sem número**. Rio de Janeiro: Artenova, [1985].

# FOTOGRAFIA, FOTÓGRAFOS E CIDADE: A CONSTRUÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS COMO ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES EM NATAL (1910-1922)



*Karine Maria Lima Lopes*

---

---

## INTRODUÇÃO

Entre o último decênio do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, os redatores da imprensa norte-rio-grandense publicaram recorrentemente uma série de anúncios publicitários do estúdio “Photografia Allemã”, situado na rua José Bonifácio pertencente ao bairro da Ribeira da cidade de Natal. Tratava-se da oferta constante, ao público leitor de jornais de circulação efêmera ou permanente, de serviços direcionados à produção e à ampliação de retratos ou molduras, à compra de cartões postais e à contratação do fotógrafo Bruno Bougard para capturar vistas urbanas panorâmicas dos espaços públicos natalenses. Conforme destacou um periódico local, “os seus proprietários garantem perfeição e nitidez nos seus trabalhos, os quaes executam das 10 horas

da manhã até as tres da tarde, seja com tempo bom ou mau nouvoado. Preços comodos” (ANNUNCIOS. *Diario do Natal*, Natal, 1 fev. 1902, p. 4).

Por meio desse fragmento, percebemos que a fotografia incorporava-se ao cotidiano citadino como item de consumo, artefato técnico e serviço profissional oneroso a ser contratado por classes de alto poder aquisitivo. Como demonstrou a ensaísta e cineasta estadunidense Susan Sontag (2004), a imagem omite, constrói e fabrica uma realidade passível de decodificação, visto que apresenta e reproduz discursos e ficções. Sob essa ótica, o presente artigo tem como finalidade analisar o papel das imagens fotográficas na construção das praças públicas de Natal como espaços de sociabilidades, entre os anos de 1910 e 1922. Nesse período, as classes dirigentes norte-rio-grandenses, sobretudo os grupos políticos ligados às famílias Albuquerque Maranhão e Bezerra de Medeiros, tencionaram elevar Natal ao *status* de cidade-capital e superar, por meio de intervenções urbanísticas, “o atraso da estrutura colonial da cidade e a insignificância na rede urbana estadual e regional” (DANTAS, 2003, p. 44).

Para tanto, os referidos grupos angariaram empréstimos internacionais, créditos estaduais e recursos da Intendência Municipal para reformulação e reequipamento estrutural de praças públicas, idealizadas pelos intelectuais e cronistas locais como ambientes de lazer e de assimilação de um determinado modo de se comportar no espaço público. Além disso, observamos que nas imediações das praças foram implementados – pelo governo do estado e empresas particulares – calçamentos, linhas de bonde elétrico, cafés, restaurantes, armazéns, lojas de roupas e estúdios fotográficos. Nessas edificações, aprofundaram-se tensões sociais percebidas pelo modo como os fotógrafos do período representaram, em suas composições, cenas próprias de uma trama polivalente. Nesta,

por conseguinte, prevalece hegemonicamente a perspectiva de agência do estado na redefinição das praças como ambientes de sociabilidades, considerando que os fotógrafos retrataram sobremaneira a ocorrência de solenidades cívicas, préstitos que exaltaram a história pátria, cerimônias alusivas à comemorações religiosas, ações filantrópicas de caridade e exposições cam-pais de produções cinematográficas nesses espaços.

Assim, buscamos perceber essa produção do espaço, orientada pelo discurso de modernização da cidade, por meio do uso da documentação fotográfica. Nesse percurso de pesquisa, privilegiaremos a mensagem fotográfica implícita e explícita nas fotografias, as relações políticas e sociais dos fotógrafos com os grupos que dominavam a burocracia do estado e o cruzamento dessas fontes imagéticas com outros testemunhos históricos escritos, tais como o jornal “A Republica” e a vigésima terceira edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (RIHGRN). Esse conjunto de fontes, relacionado às discussões historiográficas próprias de uma história social do urbano, nos possibilitarão compreender como a instituição de práticas de sociabilidades exclusivas foi estrategicamente idealizada e concretizada em Natal – do modo material e simbólico – e quais as contradições sociais que se revelam nessa espacialidade. Para tanto, aprofundaremos a discussão aqui proposta com base nos referenciais teóricos acerca dos conceitos de espaço e de sociabilidade.

#### **A FEITURA DE IMAGENS DAS PRAÇAS: ENTRE SOCIABILIDADES E CONTRAPOSIÇÕES DE UMA CENA<sup>4</sup>**

Em decorrência do seu caráter polissêmico, a fotografia, influenciada pela perspectiva do fotógrafo e da sociedade na qual foi produzida, se articula à dimensão espacial. Cada cena

enquadrada sob a lente de uma câmera exprime o modo como diferentes agentes mobilizaram convicções de mundo, desejos e intenções para reproduzir formas arquitetônicas e modificar significados de ações coletivas e individuais como realidades sociais totalizantes, inscritas em uma materialidade. No caso da cidade de Natal, as classes dominantes formaram “as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço” (SANTOS, 2004, p. 294), na medida em que tencionaram organizar, educar e controlar a ação dos frequentadores das praças públicas por meio de *imposições supra-objetivas*. Este termo, próprio da sociologia formal proposta por Georg Simmel, a qual se preocupa com os impactos psíquicos, afetivos e ambivalentes da modernidade sobre os tipos de sociabilidades entre os indivíduos, designa o esforço de intendentess municipais e do membros do governo do estado de transformar comportamentos cotidianos dos frequentadores dos ambientes de lazer e de diversão em análise, legitimando-os por meio da fotografia.

Hábitos como criação de animais nas ruas e praças, a prática de acender fogueiras nos festejos juninos e a corriqueira conversa nas calçadas, situadas nas imediações dos logradouros públicos, foram contestados por legisladores municipais, cronistas locais e redatores da imprensa local. Nesse período, “a imagem fotográfica elaborada pelo Estado brasileiro, durante a Primeira República, recuperou a elite política na sua ação, envolvimento e no seu movimento no espaço da cidade, compreendida como palco de exercício de poder” (MAUAD, 1997, p. 281). Em Natal, particularmente, os fotógrafos optaram por enfatizar as praças sob o enfoque das obras públicas efetuadas naquela espacialidade, destacando a ambiência de uma cidade moderna, salubre, higiênica e intercruzada por maneiras polidas de sociabilidade, estimuladas pela organiza-

ção de solenidades públicas oficiais. Mas, questionamos: quais camadas de sentido estão nas entrelinhas da fotografia? É possível considerá-la como testemunha ocular?

Essas indagações partem do pressuposto de que a narrativa iconográfica e iconológica de cada constructo visual necessita ser situada em uma série de contextos culturais, políticos e materiais. Além da percepção desses contextos e das relações sociais que os circundam, tal como demonstrou Peter Burke (2017), é imprescindível o estudo minucioso das convenções artísticas dos produtores dessas imagens, seus financiadores e os interesses em disseminá-las. Tendo em vista que a documentação fotográfica não foi produzida como o propósito central de tornar-se evidência histórica, cabe ao pesquisador lê-las nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos e significativos como pistas para relacioná-las com outras variações tipológicas de fontes hemerográficas, conceitos teóricos e discussões historiográficas. Sob esse ponto de vista, prosseguiremos o desenvolvimento deste trabalho com a análise de três fotografias.

A primeira fotografia (Figura 1) retrata a praça Augusto Severo na década de 1910. Trata-se de um cartão postal cedido por um colecionador particular de imagens de Natal, Valério Cavalcanti, ao acervo documental do arquiteto João Maurício de Miranda. Este, por sua vez, digitalizou microfílm e sequenciou fotografias da cidade que remontavam ao período de 1890 a 2004, retratando ambientes de lazer, edifícios públicos, solenidades cívicas, residências e outras obras públicas. Esses espaços foram documentados, majoritariamente, por Manoel Dantas, o qual exerceu diferentes cargos administrativos entre 1905 e 1925, principalmente como advogado, deputado e secretário de governo. Provavelmente, ele também fotografou a imagem em questão, entretanto exerceu o ato fotográfico de modo complementar à burocracia estatal.

O cenário capturado, instantâneo e diurno, concentra em primeiro plano equipamentos e obras concluídas. Observamos a Estação ferroviária da *Great Western* à esquerda, a Praça Augusto Severo à direita, a passagem do bonde elétrico, fiação, trilhos, postes de iluminação elétrica, calçamentos e a estátua de Augusto Severo. Mas, o que sugerem esses elementos urbanísticos? O que justificaria a ênfase do fotógrafo nos “melhoramentos urbanos”, expressão comumente utilizada pelos governadores estaduais em seus discursos e itinerários políticos?

**FIGURA 1 - Cartão postal da Praça Augusto Severo. 1910.**



Fonte: Acervo de João Maurício.

Conjecturamos que a fotografia foi registrada após o ano de 1913, no qual ocorreram reformas urbanísticas na praça e a ereção da estátua de Augusto Severo, em homenagem ao aviador e deputado estadual, irmão do então governador Alberto Maranhão. Este, por conseguinte, ressaltou, durante a leitura de sua mensagem anual à Assembleia Legislativa, que havia sido encomendada da Europa a “estatueta de Augusto Se-

vero com baixos relevos representando a catastrophe do Pax e a elligie do engenheiro Sachet” (MARANHÃO, 1911, p. 18-19). Além disso, no mesmo ano ocorreu o levantamento de aterro nas alamedas do Jardim da Praça Augusto Severo e o saneamento do respectivo canal artificial, financiados pelo empréstimo de cem mil contos de réis aos bancos franceses. Cabe-nos salientar que a área na qual se localiza a praça constituía-se como um pântano onde o Rio Potengi jogava suas águas durante as marés altas e foi objeto de transformações das administrações locais desde o século XVIII, tais como aterramento, drenagem, elevação de nível, saneamento e ajardinamento.

Segundo a resolução n° 128 da Intendência, a Praça Augusto Severo, assim como outras ruas, praças e avenidas, ficariam sujeitas ao perímetro e nivelamento a ser determinado pela Intendência antes do início da obra (*A Republica*, Natal, 17 mar. 1909). No artigo 2° da referida resolução, determina-se: “as propriedades no perímetro dessas avenidas, praças e ruas serão guarnecidas de passeios construídos de cantaria de alvenaria, tijolos fortes e rejuntados de cimento ou feitos de concreto”. Todavia, identificamos que algumas áreas do calçamento parecem desniveladas, o que nos sugere que a legislação urbana não é capaz de determinar a forma final do espaço, já que se constitui “como molde da cidade ideal ou desejável” (ROLNIK, 1999, p. 81). Apesar disso, observamos que as fotografias de arquitetura foram hegemonicamente vistas pelas administrações públicas, em escala nacional, como “úteis para a comprovação, mais concreta do que relatórios escritos, das fases de evolução das obras e, ainda, serviam como potencial elemento de promoção da ação oficial” (FABRIS, 1998, p. 154).

No entanto, ao olharmos os elementos que estão em segundo plano na fotografia, percebemos que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da

decisão e da execução de uma classe dominante. Às margens desse testemunho fotográfico, encontram-se transeuntes caminhando na praça e na rua, um burro de cargas, homens não identificados entrando no bonde elétrico e duas crianças observando a cena na esquina da praça. Elas estão descalças e seguram objetos não identificados. Provavelmente, são comerciantes pobres ou vendedores ambulantes, mencionados de forma pejorativa pelos cronistas locais ou pelas determinações municipais que obrigavam o pagamento de impostos sobre o exercício de profissões informais no perímetro urbano. Essa ambivalência entre a aparência do moderno e os indícios de provincianismo naquele espaço, revela que “há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inscrito opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro” (SANTOS, 2004, p. 96).

A dialética entre espaço e sociedade também se expressa no modo como os fotógrafos retratavam a figura dos trabalhadores ao capturar vistas da praça. Eles aparecem de modo complementar ao cenário, como ornamentos exteriores à cena ou, em poucas situações, de modo alegórico à atuação da gestão pública na direção do progresso e do ordenamento urbano. No cartão-postal elaborado por Manoel Dantas (Figura 2), identificamos, em segundo plano, trabalhadores braçais, crianças descalças e transeuntes caminhando no chão despedrado da praça Augusto Severo. O fotógrafo, na época Procurador Geral do estado, enfatizou as edificações, principalmente a estação *Great Western* (à direita) e a residência do proprietário de uma fábrica de tecidos, Juvino Barreto (ao fundo). Naquele período, havia começado a construção do jardim Augusto Severo, projetado pelo arquiteto Herculano Ramos, em 1905.

FIGURA 2 - Cartão postal da Praça Augusto Severo. 1909.



Fonte: acervo de João Maurício.

Conforme João Cláudio, pseudônimo do intelectual e secretário do governador Alberto Maranhão entre 1908 e 1912, Henrique Castriciano, a calçada da referida estação ferroviária estava repleta de mendigos e vendedores de gulodices, frutas e jornais. Esse conjunto de indivíduos, denominados pelo poeta como o Zé Povo, “por gosto ou necessidade, costuma, em todo o mundo, esperar os comboios que vêm de outros países ou de outros Estados, trazendo novidades e facilitando transações” (A ESMO. *A Republica*, Natal, 19 fev. 1908). A despeito dessa imagem vívida criada na crônica, valoriza-se a praça, na iconografia, pela sua proximidade com estabelecimentos comerciais de relevo social, pela padronização arquitetônica dos edifícios que a circundam e pela aparência de que cotidiano dos trabalhadores seria harmônico e pacífico. Ao passo que as classes dominantes tencionavam construir as praças como espaços de autoexibição das maneiras normativas de se comportar no convívio público, o mundo do trabalho foi cada vez mais descrito pelo discurso dos governadores

como meios de prevenção da vadiagem, do ócio e da irracionalidade. Afinal, as obras de reaparelhamento do porto, o aterro da praça Augusto Severo, o ajardinamento da praça André de Albuquerque e a abertura de avenidas nas imediações na praça Sete de Setembro foram conduzidas por homens que fugiam do problema das secas que acometeu as mesorregiões oeste e centro do estado, tais como Mossoró, Vale do Açu, Pau dos Ferros e Angicos, entre 1902 e 1904.

No discurso do governador Tavares de Lyra, por exemplo, a mão de obra dos imigrantes atestaria a incorporação disciplinada de trabalhadores ao sistema de mão de obra assalariada (RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 31). Mas o controle sobre a conduta do trabalhador não se limitava à perspectiva de que sua força laboral mudaria a infraestrutura urbana, pois também havia uma preocupação com o modo como eles anunciariam mercadorias nas praças. Engraxates e demais praticistas de agências comerciais que aparecem na fotografia precisavam de autorização da Intendência Municipal para exercerem seus ofícios, consoante a Resolução nº 92/1904, publicada no jornal "A Republica". Os "ganhadores de rua" teriam de se inscrever na secretaria da Intendência e utilizar placas de identificação de suas atividades comerciais, sob pena do pagamento de multa. Com o uso de prescrições coercitivas, na prática social "o direito urbanístico, enquanto discurso e processo, funcionava como mecanismo de criação de um espaço (ainda que imaginário) definidor de limites, domínios e hierarquias, condenando singularidades divergentes" (ROLNIK, 1999, p. 61). Contudo, os desvios à lei, não capturados na fotografia, persistiram e foram silenciados intencionalmente pelos escritores dos jornais.

Na década de 1920, diferentemente dessa busca intermitente pelo progresso, identificamos que as narrativas

literárias e os discursos dos governadores norteavam-se pela noção de crise urbana. Como caracterizou George Dantas, “tal sentimento de retrocesso, de efemeridade, espalhou-se da “crise” dos serviços e equipamentos urbanos para as várias esferas da vida social, elaborando, em várias formulações e por meio de várias vozes, uma situação-limite que interpelava a sua própria condição de cidade” (DANTAS, 2003, p. 46). Não obstante, os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande de Norte, durante o centenário de 1822, agenciaram estratégias de reafirmação da capital como centro político e econômico da unidade federativa, inclusive com anuência majoritária da Assembleia Legislativa na aprovação de leis orçamentárias para viabilizar as comemorações alegóricas à Independência Brasileira. Nesse ínterim, o governador Antônio de Souza adquiriu subsídios de cem contos de réis, devido à vigência da Lei nº490/1920, e constituiu uma comissão executiva de asseio e embelezamento das praças, composta por José Ferreira de Souza, José Lagreca e Francisco Cascudo.

Esses homens, futuros intendentes e associados ao Instituto Histórico, planejaram as obras de saneamento das ruas, reformas do jardim da praça Augusto Severo e reparos nos trechos do calçamento das avenidas Rio Branco e Ulisses Caldas. Entre 1921 e 1922, eles atuavam como diretores ou redatores na imprensa local e exerciam práticas sociais comuns, a exemplo da participação como sócios do Clube Náutico do Potengi, da organização dos desfiles militares na avenida Tavares de Lyra durante a proclamação da República e da frequentação aos bailes do *Natal Club* e do teatro Carlos Gomes. Também integrou essa rede de sociabilidades o comerciante João Galvão, contratado pelo governador Antônio de Souza como fotógrafo profissional do Centenário.

Suas relações com o governo do estado foram duradouras e provavelmente lhe rêndia a aquisição de capitais econômicos e sociais: “em meados dos anos 1930, ele passou a trabalhar como fotógrafo do Gabinete de Identificação do Departamento de Segurança Pública” (CORDEIRO; STAMATTO, 2019, p. 25). Galvão documentou, durante o Centenário de 1922, formas de lazer restritas a um grupo seletivo, solenidades cívicas e a inauguração de edificações, privilegiando a demarcação desses espaços como rituais de classe.

Na fotografia estampada no volume *Scenários norte-rio-grandenses*, publicado por Amphilóquio Câmara, representante do Rio Grande do Norte na exposição internacional alusiva à independência brasileira no Rio de Janeiro, observamos o pronunciamento do discurso do governador na inauguração do monumento comemorativo na praça Sete de Setembro, situada na Cidade Alta (Figura 3). Ao contrário de um cenário rigidamente ordenado, identificamos a presença de mulheres, crianças e alunos de grupos escolares, dispostos em torno do homem do governo que tencionava personificar uma figura de supremacia ao galgar a ampliação de sua rede de relações até aos mais desprovidos de condições de existência. Na tarde do dia 7 de setembro, Antônio de Souza ressaltou o papel das festividades como signos de “inauguração de uma nova era de esforço, de trabalho e de patriotismo” (MELLO E SOUZA, 1922, p. 142), supostamente assimilada uniformemente por outras classes, como os trabalhadores. Por meio dessas práticas de sociabilização exercidas na cena pública, notamos a reorganização do espaço como marcador de distinções sociais, bem como a disseminação de valores compartilhados entre os agentes do estado que frequentaram instituições e clubes recreativos exclusivos.

**FIGURA 3 - Cerimônia de inauguração do monumento alusivo ao Centenário da Independência brasileira em Natal. 1922.**



**Fonte:** CAMARA, Amphilóquio. *Scenários Norte-Riograndenses*.  
Rio de Janeiro: Emp. Ind. Editora “O Norte”, 1923.

Essa questão torna-se mais explícita ao atentarmos para o plano secundário dessa representação visual, capturada pelo fotógrafo João Galvão, na qual reconhecemos a presença de pessoas anônimas que observavam a cerimônia cívica pelas janelas do Palácio do Governo. A fachada do edifício, consoante assinalaram os colaboradores do jornal “A Republica”, apresentava escudos iluminados com inscrições alegóricas de acontecimentos e personalidades políticas, tais como a menção ao líder Frei Miguelinho e a sua participação na Revolução Pernambucana, em 1817. Nessa acepção cumulativa da história, Natal teria como momento de emancipação o fortalecimento do regime republicano, como salientou o presidente do estado: “O dia de hoje é o mais propício para projectarmos com a maior energia do espirito e o maximo de sinceridade do sentimento a norma do futuro” (REVISTA DO IHGRN, 1922, p. 142).

O emprego de verbos no plural, todavia, funcionava como recurso retórico e discursivo, uma vez que a visão de mundo dos grupos dirigentes se impôs nos gestos, posturas e pronunciamentos dos rituais cívicos. Não obstante, o então governador não hesitou em lamentar às autoridades nacionais a falta de interesse dos natalenses na frequência das solenidades cívicas. Os resultados teriam ficado muito aquém do esperado, porém, na praça Sete de Setembro, construída no ano de 1914 pela ação técnica de escultores e engenheiros, financiados pela abertura de crédito estadual, agentes reformadores encenaram uma atitude pedagógica de autoexposição, rememorando o passado republicano e consagrando a ocasião festiva como tributo ao presente e crença na ação implacável do tempo futuro. No livro de História fincado sob um bloco de granito destaca-se as inscrições em latim e a menção aos anos de 1822 e 1922, nos quais classes dominantes almejavam legitimar alegorias, metáforas e apresentações espetaculares da vida social, transfiguradoras da realidade vivida (BALANDIER, 1982, p. 21).

De fato, desde a aprovação de pujantes recursos financeiros para os festejos cívicos, indivíduos anônimos solicitaram providências do Governo Municipal quanto à ausência de calçamento, saneamento e asseio precários na Rua Cabugi, situada no cruzamento entre a praça André de Albuquerque e o Passo da Pátria. Dois anos antes da realização do centenário supracitado, por exemplo, “um morador” – pseudônimo utilizado por um reclamante não identificado – redigiu a seguinte denúncia aberta publicada em um jornal semanal, editado no bairro do Alecrim: “Ladeirosa, sem nenhuma hygiene, pois o matagal ultimamente cortado, não foi, sem sequer, retirado, verificando-se assim, o seu completo apodrecimento” (A CRÍSE. *A Pua*, Natal, 21. nov. 1920, n.1, p. 2). Logo, a despeito

da mensagem fotográfica implícita na Figura 3, os indícios de desigualdades sociais inscritas no chão da urbe, na década de 1920, relacionavam-se à inequidade no acesso das classes proletárias aos bondes, serviços de saneamento e urbanização, enaltecidos reiteradamente pela classe dominante. Destarte, podemos concluir que os usos sociais das praças como espaços de sociabilidades perpassam uma ideologia hegemônica e transcendem os limites territoriais do objeto de investigação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou a potencialidade de compreendermos a fotografia como uma categoria analítica para discutirmos com maior profundidade a questão da produção de espaços urbanos, as praças, como centros de sociabilidades. Percebemos, no caso estudado, como a imagem se relaciona aos ideais de uma modernização anômala para os próprios sujeitos que formavam a sociedade natalense. Os grupos dominantes, assim denominados pela sua heterogeneidade, se apropriavam do espaço público e do próprio ato fotográfico como uma classe homogênea, no intuito de impor normas de comportamento, de edificação e de disciplinarização do cotidiano, porém essa perspectiva de unidade social apenas ocultava as tensões sociais entre a imposição do moderno e a ação não vigiada dos indesejáveis.

Especialmente durante a Primeira República, os registros fotográficos difundem representações de uma cidade moderna, produzidas por sujeitos que se relacionavam, por diferentes comissionamentos, com o governo do estado e desenvolviam outras atividades econômicas no setor comercial. No âmbito da cidade de Natal, percebemos que as cenas representam um recorte desse espaço, com foco nos bairros da

Ribeira e da Cidade Alta. As composições imagéticas trabalhadas enfatizam principalmente os elementos que, na acepção de uma classe dominante, aferiam o estágio de desenvolvimento de Natal como cidade-capital: trilhos de bonde elétricos, sociabilidades educativas e edificações com multipavimentos.

No intuito de conformar essa visualidade, Bruno Bougard, Manoel Dantas, João Galvão e outros fotógrafos não identificados enfatizaram em suas lentes os elementos urbanos como objetos fotográficos. Nas duas primeiras décadas do século XX, a ênfase dos conjuntos de imagens estava nas intervenções materiais e obras públicas iniciadas principalmente durante o domínio do grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, com subsídios de empréstimos e créditos financeiros. Já na década de 1920, outras opções estéticas foram mobilizadas no registro dos referentes, como a ênfase de João Galvão nos edifícios públicos e nas multidões que supostamente teriam participado, com espírito cívico, do centenário de 1922. Dessas escolhas, resultaram fotografias que carregam sentidos peculiares e suscitam a construção de tramas sugestivas: a modernidade desejada por classes dirigentes e intelectuais associados à dinâmica do poder e contraditoriamente permeada por relações sociais excludentes que se inter cruzavam nas praças e, ao mesmo tempo, as produziram espacialmente.

## REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Trad. de Luiz Tupy Caldas de Mora. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UnB), 1982.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Trad. de Vera Maria Xavier dos Santos. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP digital, 2017.

CORDEIRO, Ana Gabriella de Souza; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Fotografias e fotógrafos na Primeira República Potiguar. *In*: COSTA, Bruno Balbino da; FERNANDES, Saul Estevam. **Capítulos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: IFRN, 2019.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Linhas convulsas e tortuosas retificações**: transformações urbanas em Natal nos anos 1920. Dissertação (mestrado) – escola de engenharia da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2003.

FABRIS, Annateresa. **Fotografia**: usos e funções no século XIX. (Org.). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

MAUAD, Ana Maria. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político. *In*: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatay. **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Natal foto-gráfico**: do passado ao presente (1609-2004). Brasília: Senado Federal, 2003/2004.

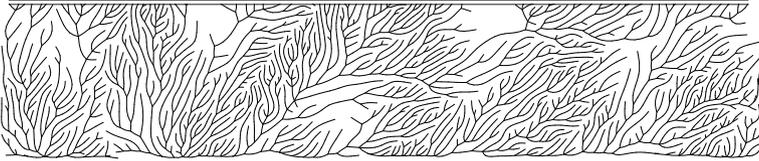
ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**: ensaios. Trad. de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

# O NANQUIM AMAZÔNICO E A IMAGEM COMO NARRATIVA HISTÓRICA



*Reginaldo Cerqueira Sousa*

---

---

## INTRODUÇÃO

**A** historiografia sobre Marabá interpretou a formação da cidade pela lente dos chamados ciclos econômicos. Nela, a migração para a Amazônia — e os impactos causados por esse processo e pelo grande capital às populações originárias — foram os pontos centrais da análise (VELHO, 1972; EMMI, 1987; MATTOS, 1996; IKEDA, 2012). Outras leituras trouxeram a culturalidade e as oralidades. Priorizaram a narrativa de experiências de camponeses, trabalhadores rurais, lideranças sindicais e religiosas como instrumento de análise histórica (SILVA, 2006; PEREIRA, 2013). Nesse contexto, situa-se Pedro Morbach (1935-2012), objeto de análise deste texto, que participou do movimento artístico Nanquim Amazônico. Bico de pena ou nanquim é uma espécie de ferramenta usada para escrever e desenhar. O

formato permite ao artista fazer uso do que é conhecido no universo da arte como efeito fino-grosso dos traços.

A arte de Pedro Morbach representa as mudanças ocorridas em Marabá; seu olhar é o de quem viveu e presenciou as consequências desse processo na vida de seus habitantes. O artista deslocou seu olhar - antes, voltado para o rio, e tendo o pescador e a floresta como referências - para os impactos causados pela abertura de estradas na Amazônia durante a ditadura civil-militar (1964-1985). As suas obras revelam os dissensos e as sensibilidades de quem viveu essa experiência na ocasião da chegada do “estranho” (MARTINS, 1991, p. 15-33).<sup>1</sup>

Esse lugar, cujo ponto de partida é o rio, simboliza o começo e sua transformação, após a migração desordenada para a região pode ter gerado, no artista e nos participantes do movimento Nanquim Amazônico, um sentimento de perda. Pedro Morbach, por meio dos traços do nanquim - e de dentro para fora - expressou, como veremos, as tensões sociais e a violência que o desenvolvimentismo trouxe para a Amazônia.

## MARABÁ

A primeira leva de imigrantes a chegar à Marabá deslocou-se da região hoje conhecida como Tocantinópolis, atual estado do Tocantins, no final do século XIX. Fugindo de disputas políticas entre coronéis, estabeleceu-se à margem esquerda do rio Tocantins, uma colônia para exploração do caucho e criação de gado. Ainda nesse período, o comerciante maranhense, Franciso Coelho da Silva, mudou-se para o burgo agrícola do Itacaiúnas, estabelecendo-se no local entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, no intuito de negociar com os

---

<sup>1</sup> A expressão refere-se à ocupação da Amazônia por parte de agentes ligados ao desenvolvimentismo e à migração daí decorrentes. Pontua a relação, conflituosa e de resistência, de quem já vivia na região contra os que chegaram depois.

extratores de caucho que desciam pelos dois rios com o produto. O local deu origem ao bairro do Cabelo Seco, oficialmente chamado de Francisco Coelho, o homem que, de acordo com as narrativas históricas sobre a fundação de Marabá, foi quem atribuiu o nome à cidade. Em 1913, Marabá emancipou-se politicamente, tornando-se um município de referência no sul e no sudeste paraense.

O trabalho de extração e comercialização da castanha-do-Pará, na década de 1920, e a exploração de diamantes nos pedrais do rio Tocantins, nos anos de 1930, trouxeram outra frente migratória para Marabá, oriunda de Goiás, Maranhão e Baixo Tocantins. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a intenção de ocupar a Amazônia e fomentar a indústria na região, o governo de Getúlio Vargas incentivou a migração de nordestinos no intuito de fornecer mão de obra para a produção de borracha e caucho (VELHO, 1972, p. 81). Porém, foi durante a década de 1960 que cresceu o número de migrantes para a região, o que ocorreu com a inauguração da rodovia Belém-Brasília (primeiramente concebida em 1947) e da PA-150. Para Anthony L. Hall (1991, p. 25), “Belém-Brasília foi, na verdade, a primeira de várias grandes estradas que atualmente cruzam a Bacia Amazônica e que facilitaram a penetração e a ocupação em grande escala da região.”

A propaganda “Integrar para não entregar”, ou seja, integrar essa parte da Amazônia ao resto do País, ao mesmo tempo em que prometia propriedades aos novos habitantes dessas terras e “[...] dias melhores no futuro [...]”, trouxe também a ameaça da destruição ambiental e da desintegração cultural e social (HÉBETTE, 1991, p. 7). A exploração de garimpo e a extração desordenada e ilegal de madeira provocaram a poluição de rios e o desmatamento de grandes áreas de floresta (SILVA, 2006, p. 39). Nesse momento, o olhar da exploração

econômica, que encontrava nos rios os meios de escoamento da produção, desloca-se para as rodovias, configurando uma nova dinâmica de ocupação da região, especialmente da cidade de Marabá.

Em 1964, com o golpe civil-militar e a instauração de uma ditadura no Brasil, tem-se “[...] um divisor de águas na formulação da política para a Amazônia.” (HALL, 1991, p. 26). Os militares eram entusiastas da proposta de integrar a Amazônia na economia nacional e deram início a uma nova estratégia de ocupação, apoiando, a partir de incentivos fiscais, a iniciativa privada para a colonização da região. A partir desse momento, empresários e grandes corporações (Jari, Volkswagen, Bradesco) com linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado, adquiriram enormes extensões de terra destinadas à pecuária.

Nas décadas de 1970 e 1980, com a abertura da rodovia Transamazônica, a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Grande Carajás e o Programa Polonoeste, constituído pelos militares para o desenvolvimento da Região Norte, viu-se o alvorecer de uma nova era (HALL, 1991) na ocupação da Amazônia. A construção de estradas e a preocupação com a exploração de recursos naturais deram o tom dos discursos políticos e práticas sociais no período, sobretudo dos discursos regionalistas e das elites locais (PETIT, 2003). Como apontou José de Souza Martins (1991), todo esse emaranhado desenvolvimentista ocasionou conflitos e tensões sociais, gerando o aniquilamento das populações locais — dentre elas, os camponeses e indígenas — considerados obstáculos para o avanço do capital. Ademais, gerou a exploração de milhares de trabalhadores que foram recrutados para a construção das estradas em péssimas condições de trabalho e recebendo salários inferiores ao previsto na lei à época.

No início da década de 1970, o olhar dos militares para essa região intensificou-se em virtude da Guerrilha do Araguaia. Nesse período, espalhou-se a notícia da colonização ao longo da rodovia Transamazônica, anunciada pelo Governo Federal, que estimulou a chegada de trabalhadores rurais pobres em busca de terra no sul e no sudeste do Pará (PEREIRA, 2013, p. 60-61). O discurso oficial objetivava minar movimentos rurais que se organizavam no Nordeste, ao mesmo tempo em que forneceria, para essa parte da Amazônia, mão de obra para atuar em diversas frentes. A proposta dos militares de impor um modelo de colonização não agradou os colonos que já habitavam a região que se estende de Marabá a São João do Araguaia. Ocorre que, nessa área, os militantes do PC do B — chegados ao Araguaia no final da década de 1960 — articulavam a resistência armada e já haviam estabelecido uma boa relação com os camponeses.

Para desarticular o movimento, os militares, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), impuseram o projeto de colonização para desorganizar os posseiros e aniquilar os guerrilheiros que viviam no meio deles. A ação dos militares acabou recaindo sobre os trabalhadores rurais, que sofreram com a escalada da violência promovida pelo Exército Brasileiro (PEREIRA, 2013, p. 65). Nesse período, Marabá (e região) foi considerada área de segurança nacional, e a presença militar, com a criação de quartéis ao longo da Transamazônica e próximos a Marabá, potencializou o medo e a violência que pairava sobre a população.

A chegada de militares em grande número mudou a rotina e o cotidiano da população de Marabá. Atividades e práticas corriqueiras, como lazer dos jovens na Praça Duque de Caxias, na Velha Marabá, passaram a ser alvo dos órgãos e agentes de vigilância e repressão. A Guerrilha foi aniquilada

em 1974, mas o processo de repressão continuou na medida em que os militares foram se apossando de regiões de garimpo e controlando áreas de mineração. Nos anos de 1980, a descoberta de ouro na Serra Pelada agravou o problema porque atraiu muitas pessoas para a região, aumentando as tensões sociais e a violência. Em 1985, quando os militares deixaram o poder, assumiu o governo um civil. Para resolver a situação dos garimpeiros, o então presidente José Sarney criou uma política de reforma agrária para liberar terras para esses trabalhadores e minimizar o problema nas áreas de garimpo. A proposta não agradou os grandes latifundiários, que haviam usufruído a política de colonização da Amazônia no período militar. O resultado desse processo foi a intensificação da violência do campo, o que ocasionou o assassinato de centenas de trabalhadores.

### **IMAGEM: PARADOXOS E DISSENSOS**

A imagem tem um paradoxo: acompanhamos sua multiplicação no mundo contemporâneo ao mesmo tempo em que procuramos, sobre ela, dizer o que é e o que significa (ALLOA, 2015). Isso porque a imagem tem a pretensão de ser presente na medida em que o seu esforço está, entre outros fatores, em simular o ser. O simulacro, nesse sentido, apresenta-se como sendo a coisa em si. Em outros termos, pretende ser o que nunca foi. Daí o cuidado para não insistir na ideia de que a imagem que aparece é sempre menos do que aquilo que ela torna visível. As imagens foram pensadas a partir de um lugar, e pensá-las a partir desse lugar implica compreender que exigem sempre um lapso de tempo e um lapso no tempo. Ou seja, ao mesmo tempo em que a imagem se apresenta como uma falha ou um corte no tempo, ela também simboliza um

intervalo de tempo. São essas dimensões que a tornam complexa, e é por esse motivo que não podemos pensá-la fora de um lugar e das temporalidades que carrega.

Há uma lógica da imagem uma vez que nos dá a ver alguma coisa e nos coloca alguma coisa “sob os olhos”; sua demonstração procede, portanto, de uma “mostração”. Ela foi pensada, criada e formulada para ser vista, e se mostra para tal propósito. As imagens apelam a uma história extrínseca que as apoiam e lhes justificam a existência. Em outras palavras, as imagens são indícios de fatos, acontecimentos e experiências humanas, porém, não são o todo desses fatos, acontecimentos e experiências humanas. As imagens nos mostram alguma coisa a perceber e, nesse ato, que é relacional, geram um sentido. Esse sentido não é constituído apenas por uma gramática icônica. Ele implica corpos aos quais elas se mostram e pelos quais podem se mostrar (ALLOA, 2015). Isso quer dizer, portanto, que o ato de se mostrar só é possível na relação entre objetos, corpos, sujeitos, indivíduos etc., e é nessa conexão que os significados são construídos.

Outro aspecto que não pode ser ignorado tem a ver com a relação que as imagens estabelecem com a política. O senso comum, que vigorou durante muito tempo, era de que a arte seria política ao mostrar os estigmas da dominação. Para esse modelo pedagógico da eficácia da arte, ela seria uma forma de intervir em uma dada situação e transformá-la como se houvesse *continuum* entre a produção das imagens e uma ação, com gestos e palavras, por parte do espectador. Contra essa visão, Jacques Rancière (2014) propõe o que chamou de “eficácia paradoxal”. Em outras palavras, significa compreender e perceber a descontinuidade entre as formas sensíveis de produção, ou seja, como a imagem se constituiu enquanto obra de arte, e as formas com que os espectadores se apropriam dela.

Para exemplificar como isso funciona, mencionamos o projeto Memórias da Fundação Casa Cultura de Marabá (FCCM), criado, na década de 1990, para estimular a criação de obras artísticas sobre a memória e a história de Marabá. Alguns desses trabalhos estavam sintonizados às leituras tradicionais da história de Marabá, como, por exemplo, os ciclos econômicos (BRAGA, 2021). Um dos trabalhos do artista marabaense, Domingos Nunes, simboliza essa concepção.

**FIGURA 1 - Domingos Nunes, O Castanheiro, 2009, óleo sobre tela.**



**Fonte:** Acervo da Pinacoteca Municipal Pedro Morbach, FCCM.

Essa obra representa os trabalhadores extratores de castanha-do-pará. O artista nos ajuda a entender o que dizíamos

sobre a “eficácia paradoxal” da imagem. Como se observa, o artista insere o castanheiro na cena. Trabalhadores que fizeram parte da leva de migrantes que se deslocaram para essa parte da Amazônia. Em um primeiro plano, é essa leitura do trabalho de coleta que a obra nos propõe. Os traços e a técnica usados pelo artista nos fazem visualizar esse momento da história. E foi isso, em grande medida, o que foi visto e analisado da obra. Entretanto, se observamos onde o artista situa o trabalhador, logo iremos encontrar o que Jacques Rancière (2014) chamou de “a experiência do dissenso” que é o ponto onde a arte toca a política. Para o filósofo francês, a experiência estética toca a política porque define-se também como experiência do dissenso. No caso da imagem (ver Figura 1), isso pode ser visto no modo como o artista situou o “sujeito tema” da obra. Um homem que vive da extração de castanha, mas cujas árvores são escassas. O homem atua, praticamente, no vazio.

Uma primeira leitura pode ser relacionada ao processo depredatório que derrubou, em grande quantidade, as castanheiras que cercavam Marabá, cedendo espaço à criação de gado. O artista desloca o contexto do momento em que produziu a obra para o passado extrativista da região de Marabá. O que percebemos, portanto, é um desvio. Do mesmo modo, não se pode perder de vista que o artista faz escolhas que são de diferentes matizes, que respondem a certos interesses e se insere em uma rede de relações políticas, ideológicas, culturais e, inclusive, econômicas.

### **PEDRO MORBACH E O OLHAR DE QUEM ENXERGOU DE DENTRO PARA FORA**

A técnica bico de pena/nanquim foi trazida ao Norte por Augusto Morbach (1911-1981) na década de 1970. Con-

siderado o criador do nanquim amazônico, Augusto Morbach apresenta, em muitos dos seus trabalhos, os traços da arte indígena, a vida de pessoas simples e a sua relação com o meio onde vivem. Muito influenciado pelo trabalho do pai, Pedro Morbach começou a desenhar ainda criança. O artista não frequentou nenhuma escola de arte, mas procurou expressar, em seu trabalho, aspectos da região e das pessoas que nela vivem (PADILHA, 2016). Pedro Morbach expôs trabalhos em diferentes partes do Brasil. Em 1987, referindo-se a Marabá, com certo tom de saudade e, ao mesmo tempo, de indignação, fez a seguinte declaração:

Quero ver se pelo menos esses registros servirão para marcar um tempo muito bonito que já é saudade. Antigamente e eu e alguns companheiros de minha infância saíamos por aí, como diz Casimiro de Abreu, de camisa aberta ao peito e pés descalços, braços nus, correndo atrás dessa natureza maravilhosa que agora estão destruindo. Para mim, o ingresso de Marabá no ciclo industrial, é o começo da agonia de uma vida que já foi vivida, e que agora vai ser somente retratada nos trabalhos dos artistas da região. Que, pelo menos, esses prevaleçam (CORREIO DO TOCANTINS, 1987).

Essas mudanças podem ter ocasionado, na geração que viveu em Marabá na primeira metade do século XX, um sentimento de perda. Essa perda pode estar relacionada à quebra dos antigos modos de interação social, como aqueles mencionados no início deste texto pelos artistas da cidade cuja referência deixou de ser o rio e passou a ser as estradas que atraíram o olhar dos novos habitantes de Marabá. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) ressalta que um dos discursos que forjaram a ideia de Nordeste foi aquele impulsionado pela saudade. O historiador descreve a saudade como um sentimento pessoal de quem se percebeu perdendo pedaços

queridos do seu ser e dos territórios que construiu para si. A saudade ainda pode ser um sentimento coletivo capaz de afetar uma comunidade inteira que perdeu suas referências espaciais e temporais historicamente construídas, e que, portanto, sente a necessidade de recriar esse espaço.

Podemos pensar Pedro Morbach por essa concepção de perda e de saudade. Suas obras, na medida que lançam um olhar para o rio e, ao mesmo tempo, criticam as consequências do desenrolamento em Marabá, são sinais de que se perdeu toda uma experiência e um modo de vida compreendidos como essenciais para as pessoas que viveram na primeira metade do século XX. Uma primeira perda se deu quando o olhar se deslocou dos rios para as rodovias.

**FIGURA 2 - Pedro Morbach, Barco de carregar castanha, 1986, bico de pena/nanquim, 51x38 cm.**



**Fonte:** Pinacoteca Municipal Pedro Morbach, FCCM.

Parte expressiva dos trabalhos de Pedro Morbach traduzem um modo de vida no qual a relação com a natureza era um modo de orientação da vida social em Marabá. Os ritmos do cotidiano eram configurados de acordo com uma noção de tempo que seguia as variações dos rios. Como se pode observar na Figura 2, o trabalho de extração da castanha foi um dos motores da economia da região. O que é interessante perceber é que o artista pouco aborda aspectos da violência cometida pelas elites locais contra os trabalhadores extratores. Sabemos, portanto, que o desejo de civilizar a região e o mercado criou formas de exploração econômica, configurando dinâmicas de relações de poder a partir de mecanismos de controle e dominação social, marcados pela dependência forçada dos trabalhadores extratores às elites políticas e comerciais locais. Os conflitos, as tensões e as formas de controle social transformaram-se ao longo das décadas a partir da chegada de novos sujeitos sociais e do encontro desses com os sujeitos que já habitavam essa região da Amazônia.

Essa violência fica mais evidente nas obras nas quais o artista representa a violência no campo. Na sua concepção, como observamos na declaração que fez sobre um tempo perdido ao Jornal Correio do Tocantins, a violência na região de Marabá, em grande parte, deu-se em decorrência da exploração da terra. O projeto de ocupação dessa parte da Amazônia viabilizou a ocupação de terra por parte de algumas corporações e grupos. Os trabalhadores que migraram, para a região - particularmente do Nordeste - não tiveram acesso à terra. Agravou a situação o fechamento de garimpos que, à época, ocupavam-se de parte desses trabalhadores. A necessidade de trabalho e sobrevivência os levou a ocupar a terra que lhes foi negada pelo governo militar. Essas terras, onde se encontravam castanheiras, passaram a ser ocupadas pelo gado. Essa

tensão está presente nas obras de Pedro Morbach, em especial no trabalho *Alma da Castanheira*.

**FIGURA 3 - Pedro Morbach. Alma da Castanheira, 1981, pico de pena/nanquim, 63x83cm.**



**Fonte:** Pinacoteca Municipal Pedro Morbach, FCCM.

Alguns elementos gostaríamos de pontuar nessa obra. O primeiro deles é o que aponta para um caráter destrutivo da floresta. Ao mesmo tempo em que essa violência atinge as castanheiras, ela também afeta a vida daqueles que dependem da floresta para sua sobrevivência. Observa-se o trabalhador que, como Cristo, é crucificado ao mesmo tempo em que, em

nome do capitalismo predatório, a natureza é devastada. Nesse sentido, há uma simbiose entre a vida da floresta e a vida das pessoas. Foi, no entanto, isso que se perdeu com os projetos de ocupação desenfreada e desenvolvimento da Amazônia.

Nesse sentido, podemos pensar como Etienne Samain (2012, p. 22), para quem “toda imagem nos oferece algo para pensar. Ora um pedaço do real para roer, ora uma faísca do imaginário para sonhar”. Sendo assim, a imagem é uma memória de memórias e, como memória, elas têm algo a nos dizer sobre o passado. Ao representarem em imagens a memória de Marabá, propõe-se uma relação com o seu passado, por vezes idealizado, mas também se faz uma crítica aos desarranjos sociais efetivados pela exploração capitalista predatória.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marabá, cidade do estado do Pará, surgiu no ponto de encontro entre os rios Itacaiúnas e Tocantins na virada do século XIX para o XX. Antes, a vida tinha o rio como a artéria a impulsionar as atividades do cotidiano, o caminho do escoamento da produção econômica por onde se podia entrar e sair da cidade. Contudo, perdeu seu compasso lento quando a floresta amazônica foi rasgada para a construção de estradas, ainda na década de 1960. Essa foi uma das estratégias utilizadas pelo discurso do governo brasileiro para desenvolver a região e ocupar essa parte da Amazônia. O que vimos, nesse processo, foi a produção de um novo tecido espacial, à medida em que a intensificação da imigração de pessoas oriundas dos vários cantos do País para o sul e sudeste paraenses esgarçaram a antiga espacialidade marabaense.

Como mencionamos, o trabalho de Pedro Morbach fez um deslocamento do olhar, antes focado no rio, no pesca-

dor - aqui compreendido como lugar da origem e, portanto, da saudade - para a cerca, ou seja, para o latifúndio e a violência que ele gerou no campo. Esse lugar, a nosso ver, representa, na perspectiva desses artistas, um local da perda e da morte causados pelo capital voraz. Essa voracidade destrutiva está representada nas obras que abordam o desmatamento e o assassinato de trabalhadores. Aqui, o que chama a atenção não são os ciclos econômicos, mas os sujeitos e as próprias sensibilidades que os artistas marcaram no traçado do nanquim. São esses os dissensos de que trata Jacques Rancière (2014). Aqui, interessam-nos os deslocamentos e os paradoxos que essa arte deixa transparecer.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo. Cortez, 2009.

ALLOA, Emmanuel (Org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BRAGA, Neicares Medeiros. **Representações da história de Marabá nas obras de Domingos Nunes**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2021.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFH/NAE/UFPA, 1987.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HÉBBETE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1991.

IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. **Do caucheiro ao garimpeiro: ideologia e cultura capitalista na obra de Pedro Morbach**. 2012. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar) – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2012.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. *In*: HÉBBETE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando**: impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1991.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996.

MENDONÇA, Otávio. **Morbach**: pinta como quem faz versos. Revista PZZ. Marabá, edição 25, junho de 2016.

Morbach relembra sua infância em Marabá. **Correio do Tocantins**. Marabá, ano V, n. 136, p. 8, 19 a 25 jun. 1987.

MOURÃO, Yane Kássia Costa. **Belo Amazônico**: a trajetória de um artista marabaense. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2018.

MULLER, Gileno. Augusto Morbach. **Revista PZZ**. Marabá, edição 25, junho de 2016.

PADITLHA, Patrícia. **Revista PZZ**. Marabá, edição 25, junho de 2016.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

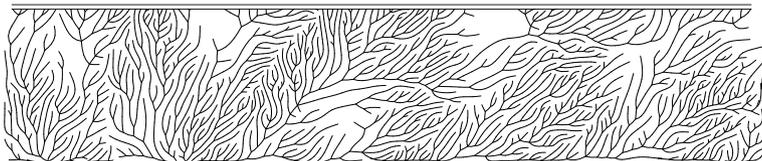
SAMAIN, Etienne (Org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Unicamp, 2012.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no sudeste do Pará**: Marabá (1968-1988). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo dos processos de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1972.

WIRICH, Cátia. Bico de pena em Marabá. **Revista PZZ**. Marabá, edição 25, junho de 2016.

# VILA DA BARCA: DOCUMENTÁRIO NARRATIVO DE RENATO TAPAJÓS



*Ival de Andrade Picanço Neto*  
*Dóris Karoline Rocha da Costa*

---

---

## INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho objetiva refletir sobre as narrativas de cidade, urbanização e exclusão presentes no documentário/curta metragem *Vila da Barca* (1964). O curta é do cineasta e escritor paraense Renato Tapajós, reconhecido e referenciado principalmente pelos documentários militantes que dirigiu a respeito das greves do ABC durante a Ditadura Militar. *Vila da Barca* é o documentário de estreia de Tapajós, que já nesta primeira empreitada é ganhador do prêmio de melhor documentário no *Festival Internacional do Filme de Curta Metragem de Leipzig* (1968).

Apesar de sua relevância, o filme possui pouquíssima fortuna crítica, deste modo visamos contribuir para a reflexão acerca de *Vila da Barca* e a forma com que Renato Tapajós

lidou com a denúncia de uma comunidade abandonada. O filme contextualiza a Vila da barca, bairro de palafitas localizado às margens da Baía do Guajará, em Belém. O bairro se constitui a partir da crise da borracha, que resulta em um fluxo migracional de seringueiros e ribeirinhos do interior para o centro urbano, o qual não os acomoda adequadamente com infraestrutura básica. No curta ocorre a alternância de duas vozes: uma representa a vivência subjetiva de um morador, que relata o cotidiano da comunidade e seus enfrentamentos; e a outra, que se distânciava e fala de fora, em um tom sociológico – caro ao documentário brasileiro da época.

A montagem de perspectivas mostra de forma escancarada o descaso do governo e as más condições de vida dos quatro mil e quinhentos moradores do bairro, que não tem acesso a saneamento básico, escolas, saúde pública etc. Observamos um retrato da comunidade na época de sua produção – infelizmente ainda muito atual – e nos aponta: para os bairros periféricos não existe urbanização, “pobre não tem direito nenhum”. Além disso, ele nos ajuda a compor uma *fisiognomia* da cidade, no sentido Benjaminiano (2022), um rosto da multidão, uma imagem que abarca uma multiplicidade de casos e as contradições do processo de urbanização de Belém, de modo que, apresenta um retrato da cidade muito singular, uma face que não condiz com os ideais da época sobre a modernização e o desenvolvimentismo. O documentário retrata uma realidade a qual muitos moradores de Belém – incluindo os do presente – podem se identificar: as palafitas sobre água, as pontes de madeira, as crianças nadando nos rios que se tornaram esgotos ou com o próprio descaso das autoridades, que nega acesso a direitos básicos.

Deste modo este artigo se divide em quatro partes, a primeira se dedica a contextualizar o autor do documentário e a

segunda contextualiza o histórico de surgimento da comunidade da vila da barca. Em seguida, no terceiro tópico faremos uma análise estética do curta, descrevendo suas principais características, para, na seção final, realizar uma análise filosófica.

### SOBRE O AUTOR

Renato Tapajós é um celebrado cineasta no gênero documental, escritor e jornalista. Nasceu em Belém – Pará, e aos dezanove anos se mudou para São Paulo, onde é radicado. A mudança ocorre para que Tapajós estude engenharia na Universidade de São Paulo (USP). Na cidade, entra em contato com grupos de cinema independente, passa pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), pela escola politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e pela Escola de Arte dramática, o que o leva a optar, afinal, pela graduação em Ciências Sociais, na qual afirma ter se encontrado.

Durante a Ditadura Militar, Tapajós participou da resistência e da guerrilha urbana, por isso foi detido em duas ocasiões. Primeiro no *Presídio Tiradentes* no período de 1969 até 1974. Tal experiência na guerrilha dá origem ao romance *Em câmera lenta* (1977), que foi escrito clandestinamente dentro da prisão e retirado em pequenas partes de lá, quando seus pais lhe visitavam. O livro foi publicado três anos após sua saída do *Presídio Tiradentes* e fez enorme sucesso, caindo nas mãos dos censores do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). *Em câmera lenta* se tornou um dos poucos casos de prisão por motivo de publicação de livro e só volta a ser publicado na redemocratização. Tapajós retorna ao cárcere por cerca de um mês, respondendo em liberdade ao processo. Posteriormente, na literatura foi autor de alguns livros infanto juvenis, como *Queda livre* (1998) e *Cara pintada* (2013).

Apesar de seu impacto na literatura, é no campo do cinema documental que Tapajós fez sua carreira. Sua relevância neste cenário se concretiza principalmente pela cobertura da greve do ABC no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Na ocasião foi contratado pelo *Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*, para realizar as filmagens que resultaram no documentário *Linha de montagem* (1982). Mais recentemente, produziu *A esquerda em transe* (2018), sobre o golpe de 2016, que pôs fim ao governo de Dilma Rousseff.

Sua trajetória é marcada por engajamento político junto aos movimentos sociais de esquerda. Desde sua infância, em uma casa onde apenas ele era criança, teve contato com os clássicos da literatura presentes na biblioteca da família, inferimos que isto provocou um pensamento crítico precoce em Tapajós. Da mesma forma, seu contato com os movimentos de esquerda começa desde muito cedo, devido ao seu pai e sua tia serem filiados ao *Partido Comunista* (PCB). Na fase adulta tudo isto se reflete na preocupação social do cineasta, que logo torna-se filiado à dissidência Maoísta<sup>1</sup> do partido comunista (PCdoB).

Dito isto, torna-se compreensível o interesse de Tapajós pela comunidade da Vila da Barca, uma vez que tratava-se de um bairro inteiro de pessoas que viviam sobre a água. Essas pessoas, compunham a camada mais marginalizada da sociedade, por isso não havia espaço para elas no plano de urbanização da “Paris nas américas”. Lhes era negado construir suas casas sobre a *terra*, e por consequência, lhes eram negados direitos básicos, como saneamento, saúde pública, educação, segurança etc.

---

<sup>1</sup> Ramo do comunismo que considera o campesinato e a luta pela terra indispensáveis para a revolução dos meios de produção.

## URBANIZAÇÃO DE BELÉM E A VILA DA BARCA

A comunidade da Vila da Barca é um exemplo emblemático dos efeitos do processo de urbanístico da cidade de Belém. Este processo se intensifica no final do século XIX como uma das consequências da economia gomífera na região amazônica.

O Ciclo da borracha consolidou na Amazônia o poder da burguesia, que detinha o controle da economia gomífera. Esta classe se concentrava essencialmente em Belém e Manaus, o que afetou a urbanização de ambas as cidades, pois o poder econômico burguês gerava, conseqüentemente, um poder de influência política no próprio Estado e suas formas de organização e controle urbano. O que ocorreu foi uma modernização aparente das cidades para beneficiar as elites burguesas e o comércio da borracha, ainda que isto tenha causado prejuízos coletivos (SOUZA, 2011). Em Belém:

As transformações que ocorreram nesse período foram impulsionadas pelo governo do Intendente Municipal Antônio José de Lemos (1897-1910)<sup>105</sup>, que elitizou o espaço urbano de Belém através da aplicação de recursos em obras direcionadas para áreas privilegiadas, além de estabelecer normas, leis e regras de disciplina impostas aos habitantes da cidade em uma tentativa de controle do espaço público (VALENTE, 2000; TRINDADE JR., 1997). (SOUZA, 2011, p. 96)

A intenção era construir uma cidade modernizada (europeizada) aos moldes da consagrada Paris, importando os valores estéticos e, também, os costumes. As ações de embelezamento e higienização excluíram parte da população, afinal, receberam do Estado melhorias como saneamento e transporte público, aqueles lugares onde moravam as famílias tradicionais da elite. Aos imigrantes pobres – os quais representavam

a força de trabalho que mantinha a economia funcionando – restou ocupar as áreas vazias e completamente ignoradas pelo poder estatal. Neste cenário, o processo urbanístico optou por contornar as áreas de alagamento e priorizar as regiões mais altas. Uma vez que os terrenos mais altos da cidade foram urbanizados e valorizados economicamente, regiões baixas e alagadas, de várzea, não receberam urbanização e acabaram sendo ocupadas pelas camadas mais pobres da sociedade, que não possuíam condições de se manterem nos lugares com infraestrutura adequada.

É neste contexto, já na década de 1920 que a Vila da barca surge. Sem a possibilidade de ocupar os lugares que receberam a devida estrutura, trabalhadores de uma fábrica de beneficiamento de castanha<sup>2</sup>, famílias de ribeirinhos e agricultores que migraram do interior do Pará, começaram a construir palafitas neste trecho da Baía do Guajará. Vila da barca teve suas primeiras casas feitas a partir da madeira de uma embarcação abandonada na orla. As pessoas que moravam na comunidade inicialmente vieram para capital após o declínio do ciclo da borracha em busca de formas de sobreviver. Na década de 1940 a ocupação da área se intensificou e as casas avançaram tanto em direção a margem do rio, quanto na direção oposta, consolidando o bairro.

Em 1960, os moradores da Vila da barca passam a ser pressionados a deixar a área, pois a Baía do Guajará passava por um intenso processo de privatização. Especialmente no trecho correspondente a comunidade, uma vez que, por estar próxima ao Ver-o-Peso e da estação de trem que passava pela Avenida Pedro Álvares Cabral, correspondia a um local estratégico para o comércio. A organização e mobilização popular fez frente a tal pressão e conseguiu impedir a remoção das

---

<sup>2</sup> Localizada no bairro do Reduto, próximo à Vila da barca.

famílias, “tornando a Vila da Barca símbolo de resistência do embate popular contra a privatização da orla” (SOUZA, 2011, p. 133).

Conforme Alessandra Souza (2011), o processo de urbanização da cidade de Belém, em diversas ocasiões, se fez *removendo* pessoas e discorre sobre Vila da barca como um exemplo em que o Estado e as empresas privadas não foram capazes de concretizar seus interesses em detrimento da população carente. Historicamente, quando a melhoria chega até as áreas relegadas ao esquecimento, a população que ocupa o lugar não consegue nem mesmo usufruir das melhorias, pois é removida e empurrada cada vez mais para longe do centro comercial, ocupando, novamente, um lugar onde o poder público não consegue chegar ou chega de forma menos significativa do que no centro.

Os moradores do bairro não tinham acesso – ou acesso muito restrito – à água potável, saneamento básico, escolas públicas, saúde, segurança, transporte etc. A situação insalubre da Vila da barca durou décadas e décadas, o primeiro senso da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) no bairro foi realizado apenas em 2003. Um importante registro da situação de vulnerabilidade dos moradores é, justamente, o documentário de Renato Tapajós de 1964; nele já percebemos, por exemplo, a pressão sofrida pelos moradores para deixar a área. Na próxima seção detalharemos o documentário.

## SOBRE O DOCUMENTÁRIO

Em 1964, um pouco antes do golpe militar, Tapajós desembarca em Belém para passar as férias. Com equipamentos emprestados de Abílio Couceiro e o apoio de um fotógrafo amigo, ele registra cenas do cotidiano de um dos bairros mais

negligenciados da capital: Vila da Barca (TAPAJÓS, 2022). Tais registros resultaram no primeiro documentário da carreira de Tapajós, o premiado curta intitulado com o nome da comunidade em foco, *Vila da barca*.

*Vila da barca* é um documentário de aproximadamente 10 minutos de duração. As imagens foram realizadas a partir de uma câmera de 16mm, todas em preto e branco. O material foi feito por Tapajós e seu amigo fotógrafo – possivelmente Fernando Melo, que aparece creditado em “imagem” – e foi editado em São Paulo, por uma equipe de pós-produção. É interessante ressaltar que após essa experiência com a filmagem, Tapajós conta que não esteve novamente na posição de cinegrafista, sendo *Vila da barca* o único filme seu em que exerce tal função, para além da direção.

O conteúdo imagético de um curta-metragem não segue um fluxo narrativo linear, as cenas se sucedem como flashes, entretanto, em sincronia com o áudio, ilustram a narração. Por exemplo, quando um dos narradores menciona a esposa, aparece uma mulher fazendo tarefas domésticas, ou quando se refere as crianças doentes de brincar na água suja, aparecem crianças brincando nas águas do rio. O compilado de imagens mostra moradores, principalmente crianças e mulheres, e a estrutura: as casas vistas do rio e de dentro do bairro.

Além disso, pelas imagens é possível perceber o vínculo das pessoas e das construções com o rio, que ao mesmo tempo é lazer para as crianças e fonte do alimento complementar das famílias. Percebemos isso pelas imagens das crianças nadando e extraíndo camarão da lama.

Uma das características mais interessantes é os dois narradores, que têm suas vozes intercaladas na montagem. Identificamos a diferença pelo modo de falar e pelas informações que a narração nos traz. O narrador que inicia o documentário,

representa a fala de um morador, como se estivesse num diálogo com alguém e conta como é a vida na Vila da barca, as mazelas que a população está submetida, de forma subjetiva e coloquial. O segundo narrador tem um tom sociológico e usa de uma linguagem formal para apresentar dados estatísticos sobre a comunidade, de forma objetiva e distanciada.

O ponto de início do curta é o take de um morador entrando em casa com uma criança pequena, cerca de dois anos. Tanto o homem quanto a criança, aparentam ter a pele parda e cabelos escuros ondulados, entretanto, como o filme é em P&B, não podemos afirmar com precisão. A frase que ouvimos é: “vim *pra* cá, pelo menos junto do rio eu fico! A patroa trabalha na castanha, quando tem safra, mas ela abortou e não pode mais esse ano. Nem pagaram nada os *homi*... direito tinha. E aí pergunto, pobre tem direito algum?” (sic). Ao decorrer no filme, o relato do narrador junto com uma bucólica música de fundo, sensibiliza o espectador para uma realidade nua e crua de abandono total do Estado.

Em contraste, uma voz empostada de um narrador objetivo, focado em informar a situação de calamidade da comunidade em um formato jornalístico. Ele começa, sem nenhum acompanhamento musical: “Vila da barca é um bairro da cidade de Belém do Pará, existindo há mais de 30 anos desde a época de decadência do Ciclo da borracha. Permanece até hoje praticamente sem se modificar”. Essa fala tem relação direta ao final do curta, em que o segundo narrador diz: “Marginalizada, Vila da barca tende a permanecer nesse estado até que seja encontrada a necessária solução”. Logo em seguida entra o narrador/morador e relata que há planos de derrubarem a Vila da barca, removendo a população para construção de um porto para a Marinha. A sequência nos leva a entender que a necessária solução encontrada pelo governo

foi a completa remoção das pessoas que ali vivem, enfatizando ainda mais o descaso e desumanização à qual estão sujeitas essas pessoas, conforme verificamos na seção anterior.

Os seguintes enfrentamentos são apontados no documentário: falta de acesso a saúde pública, saneamento básico, educação escolar, falta de segurança pública, insegurança alimentar etc todos os problemas que comumente afetavam as pessoas pobres que moravam nas áreas de “baixada”. Com seu documentário, Tapajós nos traz um olhar sensível sobre uma comunidade abandonada pelo poder do Estado, que na verdade reflete um processo de urbanização caracterizado pela remoção de pessoas, como se essas pessoas fossem coisas ou até menos que isso.

#### **A POSSIBILIDADE DE LEITURA DO DOCUMENTÁRIO SOB UMA VISÃO BENJAMINIANA**

Um olhar filosófico para o documentário de Tapajós, nos permite resgatar alguns conceitos benjaminianos, uma vez que apresenta como eixo central a *narrativa* de um morador e, por isso, nos propicia vislumbrar a história de Belém do ponto de vista *dos vencidos*. Podemos pensar então, em um primeiro momento, sob o viés de três relevantes ensaios de Walter Benjamin: *O narrador* (1987), *Sobre alguns temas em Baudelaire* (1989) e o texto *O retorno do Flâneur* (1979). O modo como o documentário está construído consegue transmitir, pela vivência do narrador/morador, a dureza da experiência dos marginalizados na “metrópole da Amazônia” e a descrença no poder público, que fica patente quando ele indaga “pobre tem direito algum?”. Pergunta que ao final do documentário é respondida “pobre já não tem direito nenhum”.

O narrador/morador pode ser visto pelo prisma de Benjamin (1987) aproximando a um dos arquétipos essenciais

de contador de histórias: o camponês, aquele que é preso à terra ou a um determinado lugar e, tendo vivido ali por muito tempo, o conhece muito bem em todas as suas particularidades. Já o segundo narrador, o que fala em tom jornalístico, tem o efeito oposto ao do primeiro, formando, no cerne do documentário *Vila da Barca*, uma tensão interna e fundamental: a narrativa versus o seu duplo, a informação jornalística. Enquanto a informação jornalística puramente *objetiva* destitui e atrofia a experiência – o que de um ponto de vista benjaminiano nem mesmo se encaixa como narração – a narrativa do morador, diferentemente, tem a pretensão de transmitir a experiência: ela integra-se a vida do narrador e passa aos ouvintes como relato vivo, “nela ficam impressas as marcas do narrador como vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila” (BENJAMIN, 1989, p.107).

Ao contar e narrar a própria “cidade” ou localidade onde vive, o narrador nos convida a passear por ela, essa é devidamente a experiência que Tapajós consegue evocar ao unir o relato do morador às imagens. É um processo da memória, que conta o lugar em que se vive, amplificado pelas imagens da comunidade, para construir uma narrativa coesa e com forte poder político.

O contar da própria cidade, para Benjamin, está intimamente ligado à produção artística, especificamente à produção literária<sup>3</sup>. Para o pensador, neste tipo de produção seria possível vislumbrar uma fisionomia da cidade. Esta, por sua vez, seria exprimida, por excelência, em um texto literário, narrativo e imagético em que o autor narra e rememora a própria cidade.

Apesar do processo artístico aqui ser um de outra natureza, a sua característica narrativa guarda um gesto similar:

---

<sup>3</sup> Há dois exemplos desse exercício na obra literária de Benjamin *Rua de mão única e Infância berlinense em torno de 1900*. Benjamin também aborda o contar da própria cidade em um ensaio *o retorno do Flâneur* sobre o guia de Berlim escrito por Franz Hessel.

no documentário de Tapajós o resultado do processo de filmagem e montagem audiovisual é a criação de uma narrativa imagética por excelência, aproximando-se, assim, do conceito de *fisiognomia* que “é a arte de escrever a história através de imagens” (BOLLE, 2022, p. 48) e dar rosto às datas.

Além disso, podemos aproximar esse passeio pela localidade à experiência do *Flâneur*: uma vez que na era do capitalismo o último refúgio do *Flâneur* estaria na possibilidade de contar, narrar a própria cidade, o descompasso da memória é o descompasso dele próprio. Neste caso, não é o *Flâneur* despreocupado, mas sim um vagante politicamente engajado, que sonda a localidade e conserva o olhar afiado, como um detetive, para os pequenos detalhes, marca desse célebre personagem benjaminiano.

A sinergia resultante da combinação dessas poderosas categorias, a saber, a narrativa repleta de experiência viva, com o relato jornalístico e as imagens da localidade, resulta em uma força política e potencialmente engajadora, que toca nas entranhas do espectador. Não por acaso o documentário foi vencedor do prêmio de Melhor Filme no Festival Internacional do Filme de Leipzig, na Alemanha oriental.

Uma última, mas não menos importante reflexão, é a possível relação do conceito de *fisiognomia* com o cinema documental: fisionomia é escrever a história por imagens, dar rosto às datas. Não é o cinema, essencialmente imagem em movimento? E o cinema documental, especialmente nesse caso, o faz exatamente: conta a história através de imagens. O que abre a possibilidade de narrar a cidade e de ver o espaço urbano através de sua periferia. Quando Benjamin fala sobre Paris ele diz que “nenhum rosto é tão surrealista quanto o verdadeiro rosto de uma cidade” (BENJAMIN, 1987, p.26) o que Benjamin quer dizer é que o verdadeiro rosto de uma ci-

dade, se pudesse ser visto, seria uma montagem, uma imagem dialética que tensiona todas essas contradições; não apenas a estética parisiense forçadamente implementada por Antônio Lemos, mas o outro lado da moeda: as áreas alagadas e esquecidas, onde moravam àqueles que moviam, e movem, de fato, a economia e os centros urbanos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Vila da barca* nos ajuda a compor uma fisionomia da cidade, no sentido Benjaminiano (2022), um rosto da multidão, uma imagem que abarca uma multiplicidade de casos e as contradições do processo de urbanização de Belém, de modo que, apresenta um retrato da cidade muito singular, uma face que não condiz com os ideais da época sobre a modernização e o desenvolvimentismo. O documentário retrata uma realidade a qual muitos moradores de Belém – incluindo os do presente – podem se identificar: as palafitas sobre água, as pontes de madeira, as crianças nadando nos rios que se tornaram esgotos ou com o próprio descaso das autoridades, que nega acesso a direitos básicos.

É interessante perceber uma contraposição do modo urbano ao modo rural de relação com os rios. Enquanto na capital o processo de urbanização é marcado por um movimento de se afastar das áreas alagadas e de baixada, o narrador/morador que provavelmente é oriundo do interior do estado, tem uma fala muito significativa, ele ressalta que foi para a Vila da barca porque ali pelo menos fica perto do rio. Existe uma relação de afetividade da população com o espaço que habita, o que deixa ainda mais evidente que o problema do lugar não é sua geografia, mas sim o total esquecimento ao qual aquela comunidade é relegada.

## REFERÊNCIA

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. 1ª ed. Ed. Carambaia, São Paulo, 2022.

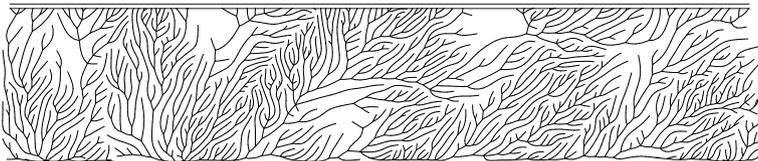
BOLLE, Willi. **A Fisiognomia da metrópole moderna**. 3ª ed. Ed. Editora da universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BENJAMIN, Walter. "Sobre alguns temas em Baudelaire". *In: Obras escolhidas (Vol. III)*. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Tradução de J.Carlos Barbosa e Hemerson Baptista. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas (Vol. I)**. Magia e técnica, Arte e política. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

SOUZA, Alessandra Kelma. **Vila da barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará. Belém, 203 p. 2011.

# NOS CAMINHOS DO TREM: A VILA DO APEÚ (PA) EM SEU CONTEXTO DE ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO



*Luciana Silva Sales*

---

---

## INTRODUÇÃO

O texto é um escopo da pesquisa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (PPGDS/MPEG). Inicialmente, o artigo tem como análise a Estrada de Ferro Belém-Bragança, um legado histórico que interligou a capital com o nordeste paraense, entre fins do século XIX para meados do século XX. Tendo como análise de campo a vila do Apeú (PA), e, atualmente, sendo de suma importância por se tratar de uma comunidade por onde percorria a ferrovia. E, é a partir desse contexto da trajetória do trem e sua relação socioeconômica, que a pesquisa se faz presente pelo âmbito do abastecimento e alimentação.

Por ser um assunto voltado para a memória histórica sobre a ferrovia e sua relação com o transporte alimentar, primeiramente, início uma breve retomada da *Belle-Époque* e sua

configuração espacial e urbanística de dentro e fora da capital paraense, e logo após, ênfase sua contribuição para a história da alimentação que tanto está imbricada com a sociedade em geral.

A *Belle-Époque* foi um período áureo da borracha em fins do século XIX para meados do século XX. Um período inovador para a sociedade paraense devido às transformações urbanas que favoreceram melhorias e progressos para a cidade de Belém. Não é à toa que – a cidade das mangueiras –, como é referida na atualidade pelos paraenses, se preparava para ser considerada uma “Capital das Especiarias” (SARQUIS; FERREIRA, 2017, p. 22). Cidade, na qual, possuía um certo desenvolvimento econômico adquirido pela riqueza do látex, mas, também, pela produção que se fazia presente nas importações, como: “canela, óleos vegetais e raízes aromáticas” (SARQUIS; FERREIRA, 2017, p. 22). Com o aumento da economia, a busca e procura de mercadorias, favoreceram para que novos projetos do Governo do Estado viessem ocorrer em determinadas etapas e épocas, além do intenso fluxo de imigrantes europeus, devido à falta de mão de obra na região, no que tange a agricultura e construções de prédios, ruas e abertura de ferrovias. Explorando o dilema da modernidade, a via que sustentou esse paradigma foi a Estrada de Ferro de Bragança.

A Estrada de Ferro de Bragança foi uma ferrovia importante para a zona bragantina em meados do século XX. Podendo ser considerada uma das obras abissais do estado, por ter ligado a capital com o interior em uma época que não se tinha noção da grandiosidade da floresta amazônica. Segundo o relato do Governador Lauro Sodré:

“(…) à construção da Estrada de Ferro de Bragança, (...) atuava diretamente no incentivo à colonização do Pará, principalmente da Zona Bragantina. Foram atraídos, assim, imigrantes portugueses, chineses, franceses, japone-

ses, espanhóis, dentre outros, com o fim de desenvolver a agricultura nas terras dessa região, onde foi implantado a ferrovia que unia as cidades de Belém e Bragança num importante movimento de alteração dos padrões de transporte da região” (SARQUIS; FERREIRA, 2017, p. 23).

Nota-se que a construção ferroviária Belém e Bragança foi marcada ao longo dos anos por um importante destaque para a colonização de famílias europeias que se destacavam com suas técnicas agrícolas para a manutenção do incentivo a agricultura. Como foi exposto por Lauro Sodré. Entretanto, tais famílias vinham para essa região sem ao menos terem noção da natureza que lhe rodeavam, expondo obstáculos ao modo de vida e da alimentação.

Pensando por esse viés da emancipação territorial de um espaço, a Vila do Apeú (PA) é fruto dessa ação governamental, surgindo como uma pequena comunidade interligada com a construção da Estrada de ferro Belém-Bragança. Agenciando para a capital paraense como mais um ponto da parada da locomotiva. Sendo assim, uma vila que garantiu desde o povoamento de nordestinos quanto a implementação da agricultura e comércio, promovendo garantias de uma comunidade voltada para o cultivo de roça, de animais – para a caça e pesca –, além do abastecimento para a capital belenense.

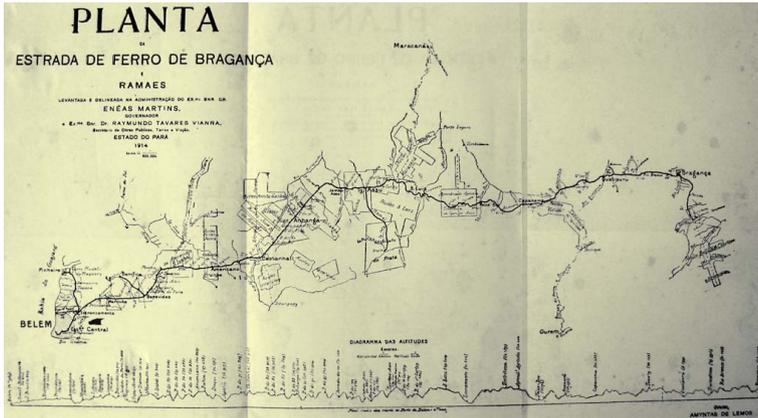
A ferrovia foi um portal de esperanças para o estado, em geral. Ela desempenhou um papel primordial para engrandecer o estado do Pará em meados do século XX, além de denotar atualmente, sua forte marca como estudo do patrimônio ferroviário<sup>1</sup> e um legado de documentos para estudiosos e para o entendimento econômico-alimentar.

---

<sup>1</sup> Para poder entender o diálogo que a ferrovia possuiu em vertente com a economia, principalmente, com a temática da alimentação. Tive que adentrar em contexto da memória histórica da ferrovia. Ver mais: OLIVEIRA, Eduardo Romero de. (org.). Memória ferroviária e cultura do trabalho: balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

## A VILA DO APEÚ (PA): HISTÓRIA

FIGURA 1 - Mapa da Estrada de Ferro de Bragança, de 1914.



Fonte: <<http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2011/08/estrada-de-ferro-de-braganca-estacoes.html>>

Mais conhecida como Vila centenária do Apeú, localiza-se como distrito da cidade de Castanhal (PA), tem como contexto histórico local a partir da construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança, onde fundou-se nos anos de 1885, quando os trilhos chegaram ao povoado e foi composta por núcleos familiares de cearenses. Com a expansão da ferrovia, há 9km de distância da vila, surgiu o núcleo de Castanhal, também parada da Maria Fumaça<sup>2</sup>. Em finais do século XIX, o espaço que corresponde hoje à cidade de Castanhal foi importante para a constituição de atividades de produção agrícola e de serviços às margens dessa ferrovia. Mesmo com problemas advindos em toda a região com a epidemia da febre amarela e a falta de verbas para a complementação da estrada de ferro que ligaria Belém a Bragança, foi com o desenvolvimento e cres-

<sup>2</sup> Para se referir ao trem, é exposto um termo popular da vila do Apeú, como: maria fumaça. Eventualmente, na região do nordeste paraense, o termo maria fumaça era bastante utilizado pelos indivíduos e se manteve em narrativas orais.

cimento do núcleo de Castanhal que, tanto o comércio como sua agricultura, diante de toda a crise, ainda assim obtinham resultados positivos para a região em relação a produção. E cada vez mais aumentavam os números de famílias que se fixavam próximo aos trilhos. Até porque as “(...) estradas de ferro representaram um meio para o desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo, um elo para a ocupação de terras, para o crescimento do comércio” (LACERDA, 2018, p. 234).

**FIGURA 2 - Estação de Castanhal**

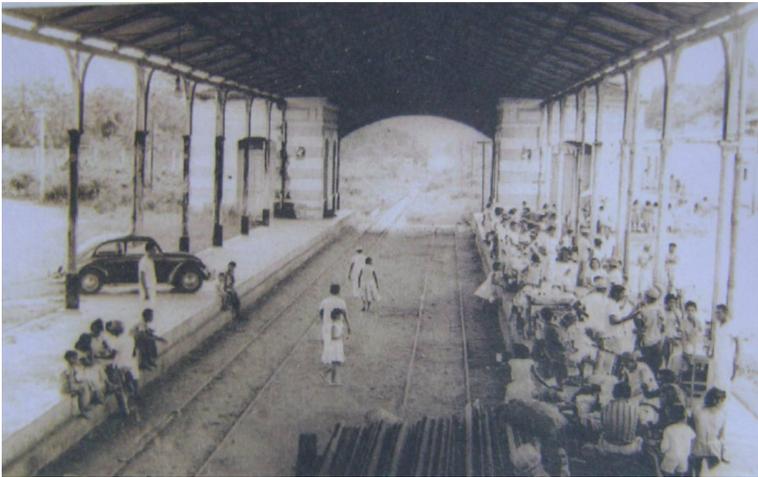


Fonte: <<http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/04/memorias-da-estrada-de-ferro-de.html>>

Foram nos anos de 1893 que os trilhos começaram a chegar na localidade da estação de Castanhal, reforçando seu núcleo colonial. Contudo, a estação de Castanhal ocorreu somente em 1904, sendo inaugurada em alguns anos depois em 1909. “A vila desenvolvia-se lançando as bases para sua autonomia municipal; mas, em 1905, foi incorporada ao patrimônio municipal de Belém (...)” (SARQUIS; FERREIRA, 2017,

p. 37). E, “(...) somente em 1932, Castanhal finalmente se emanciparia como município autônomo” (SARQUIS; FERREIRA, 2017, p. 37). Essa autonomia era uma resposta ao crescimento populacional que a cidade vinha recebendo gradativamente. E, tal crescimento está vinculado com a mão de obra e com o fortalecimento de melhores condições de vida, além da troca de cultura material, todos vinculados ao mundo do trabalho. Estabelecendo na história local a passagem da industrialização com a ferrovia.

**FIGURA 3 - Interior da estação de Castanhal**



Fonte: <<http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/04/memorias-da-estrada-de-ferro-de.html>>

Na história, a Revolução Industrial foi um precedente cujas conexões entre campo e cidade resultaram na configuração dos principais aglomerados urbanos na virada do século XX. Redefinindo-os e produzindo um grande espaço organizado e articulado com as exigências do mercado internacional. Por isso, falar-se da estrada de ferro, das ferrovias, é determinar que naquela época, as construções de trilhos eram caracterís-

ticas de uma simbologia da própria modernidade. Com isso, representam a noção de progresso dentro da sociedade paraense de fins do século XIX para meados do século XX. Portanto, o reconhecimento da ferrovia Belém-Bragança é detentor desse simbolismo nacional, sendo decisivos para a configuração territorial. Ainda mais levando em consideração a distância da capital para o interior, apenas ressalta, de fato, a locomotiva como mais novo epicentro do meio de transporte de meados do século XX antes do surgimento das aberturas de estradas para rodovias.

Assim, o distrito do Apeú se tornou não somente um marco referencial das estações ferroviárias, mas, também, elemento indissociável do dia a dia das populações de cidades por onde o trem passava. Nesse sentido, “levantar as percepções com relação à preservação do que ainda existe do espólio ferroviário em face das possibilidades de seu aproveitamento na contemporaneidade” (SARQUIS, 2017, p. 54), é retomar não somente contextos históricos da localidade, mas, até mesmo, salvaguardar o patrimônio ferroviário e seu simbolismo nacional que é tão esquecido na atualidade pela historiografia. E, ainda mais deslembado sobre sua função e papel como locomotiva. Então, remeter-se a trajetória da maria fumaça Belém-Bragança à Vila do Apeú, é poder explanar sua condição ferroviária para além de estação, e sim, sua característica memorial e de abastecimento da região nordeste paraense, que foi de suma importância socioeconômica para o estado.

### **PELO OLHAR DA ALIMENTAÇÃO: TRAJETÓRIA DE MERCADORIAS ATÉ A VILA DO APEÚ E VICE-VERSA**

A historiadora Sidiana Macêdo no seu livro “Do que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 1850 – 1900” menciona o assunto do abastecimento

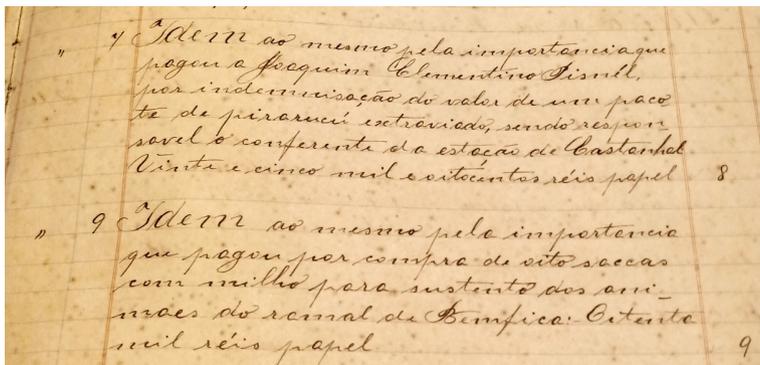
da cidade de Belém em relação ao interior, da produção de alimentos e seu comércio, expondo o campo da história da alimentação do Pará. “Torna-se igualmente importante se levado em conta a construção pela historiografia de um modelo interpretativo da economia amazônica calçada fundamentalmente na valoração do extrativismo em detrimento da produção agrícola” (MACÊDO, 2014, p. 36). Essa relação comercial entre capital e a zona bragantina se deu a partir da segunda metade do século XIX, mostrando-se propulsora economicamente para a província no período áureo da borracha, e, considerando, dessa forma, o porto de Belém como um ponto importante para os produtos interioranos no sentido de exportação e importação. Ou seja, o comércio com Belém era fundamental tanto para as províncias como para a própria capital que contava com os gêneros alimentícios, em especial os tidos como de primeira necessidade, como “carne verde, farinha, peixe seco ou fresco” (MACÊDO, 2014, p. 40). Aprofunda-se, de certa maneira, no contexto das trocas dos produtos da vila com a capital, sua mobilidade comercial adquirida pelas importações e a cultura material. Portanto, uma vez falar do hábito e consumo alimentar, é tratar igualmente do tema do abastecimento, incluindo a dimensão material e social. Tendo como função a locomotiva para o transporte dessas trocas mercantis.

Como Carlos Alberto Dória diria: “podemos dizer que um produto alimentar é um feixe de significados culturalmente desenvolvidos” (DÓRIA, 2009, p. 125). Ora, não apenas de significados se correspondem, mas, também, “os contextos historiográficos da história da alimentação estão repletos de casos de rebelião ou revolta popular contra o preço e a qualidade da alimentação” (DÓRIA, 2009, p. 126). Então, investigando os costumes e consumo do passado interiorano, além de ter como enfoco principal a estrada de ferro Belém-Bragan-

ça, notamos vestígios de animais, fauna, flora e dentre outros, sendo comercializados e distribuídos na capital, assim como, produtos exportados, direcionados para o interior, para a promoção das famílias europeias que mantinham seus hábitos e costumes alimentares ou até vestígios de alimentos de outras regiões do estado.

Assim, foi devido esse elo com o interior que os hábitos alimentares se sucederam e mantiveram alguns costumes perante as trocas comerciais. Segue abaixo um documento que exemplifica tanto o consumo quanto a prestação de contas da estrada de ferro perante as mercadorias extraviadas dos passageiros. Deixando registrada a evidência da passagem dos alimentos como a farinha de piracuí<sup>3</sup> e o milho, para a estação de Castanhal.

**FIGURA 4 - Contadoria da Estrada de Ferro de Bragança. Caixa a cargo do Tesoureiro. Exercício de 1915.**



**Fonte:** Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) –  
Obras Públicas – Estrada de Ferro de Bragança.

<sup>3</sup> A farinha de piracuí é uma iguaria da região do baixo tapajós, Pará. Tradicionalmente feito de um peixe salgado seco e triturado chamado de Acari, também sendo conhecido como tamuatá ou bodó. É uma típica farofa muito consumida na região amazônica, porém, o próprio peixe Acari é mais visto na região do baixo tapajós do que na região bragantina. Do Tupi: *pira* (peixe), e, *cui* (farinha).

Esses registros da contadoria da estrada de ferro Bragança são documentos de caráter práticos para quem busca compreender a movimentação das estações ferroviárias e o que os vagões de passageiros e de mercadorias estavam sujeitos – roubo, furto, extravio. Principalmente referente a um produto extraviado, como citado na imagem, e que conseqüentemente, a empresa deveria reembolsar o valor do produto para o passageiro. Além disso, são registros de alimentos que não encontramos na região nordeste paraense – pelo menos a farinha de piracuí, não muito comum – afinal, é uma farinha típica do baixo tapajós. Ou seja, podemos dialogar com a história da alimentação e com o patrimônio ferroviário expondo essa interligação alimentar e a rede de troca que a ferrovia proporcionava, atenuando distancias entre cidades. Diferentemente da viagem de barco que delongariam dias e, na maioria das vezes, dependendo do alimento fresco se estragava com mais rapidez.

Portanto, o fácil acesso ao meio de transporte de produtos comercializados na região interiorana, o fácil acesso de passageiros que poderiam se deslocar para a capital e vice-versa, em busca de iguarias internacionais, assim como a abordagem de alimentos de outras partes do estado – pelo menos adquiridos do mercado do Ver-o-Peso, perante outras embarcações fluviais. Na qual vale como hipótese, através do documento de contadoria da estrada de ferro Bragança, a cultura material e imaterial como artigos em ação, e não a inércia da sociedade de meados do século XX.

## CONCLUSÃO

A estrada de ferro Bragança, ou simplesmente, maria fumaça. Corroborou desde sua construção, a partir de ações governamentais, o crescimento populacional de núcleos familiares estrangeiros na região bragantina e novos ideais da moderni-

dade. Foram processos de longa duração devido a questões de infraestrutura para a manutenção da ferrovia, deslocamento de ferragens e demanda alimentícia, o que demandou anos para que o projeto se concretizasse até a cidade de Bragança.

Entretanto, o intuito da pesquisa era levantar esses processos de transformações do espaço que estão interligados com a ferrovia, e, a relação econômica-alimentar que se complementavam, como foi o caso da Vila do Apeú, distrito de Castanhal (PA). Justamente por se tratar de um meio de transporte do século XX, voltado para a modernidade/progresso, foram símbolos de uma referência de ideal da economia alavancada com seu poderio industrial. Além de que com a busca e procura, demandas do comércio, a cultura material e imaterial, estavam sujeitas a fazerem trajetos de Belém aos interiores, e vice-versa, para suprir a necessidade dos núcleos familiares e, de certa maneira, de famílias já presentes na região e não estavam isoladas.

Proximidade com produtos exportados, com o glamour exaltado – resquício da *Belle-Époque* – e, alimentos adquiridos de outras localidades dos estados da federação brasileira e do próprio estado, como: frutos, peixes de água doce, carnes, enlatados, e dentre outros. Poderiam ser encontrados através de escambos entre embarcações fluviais atracadas no porto de Belém. Facilitando o consumo do indivíduo que morava a km de distância e voltava para a região bragantina com o seu agrado alimentar. Era uma das portas de acesso para sua qualidade de vida devido o trajeto da locomotiva que exercia esse papel de diminuir distancias entre campo e cidade.

Em suma, os caminhos do trem denotavam o futuro da região e mudança socioeconômica para toda a sociedade paraense. Inclusive, denota para a comunidade da Vila do Apeú (PA), uma certa memória histórica ferroviária, expondo

narrativas orais sobre como o trem foi meio de chegada de pessoas, de horário de trabalho, de chegada de mercadorias e de abastecimento. Assim, percebe-se que o patrimônio ferroviário tem muito o que contribuir para a historiografia, principalmente pelo viés da história da alimentação. Viabilizando perspectivas de análise de cunho interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS

CANCELA, Cristina. Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica (Belém 1870-1920)**. Belém, Açai, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores pobres no Rio de Janeiro na belle-époque. São Paulo: Brasiliense, 1986

CRUZ, Ernesto. **A estrada de Ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: Falângola, 1955.

DÓRIA, Carlos Alberto. **A culinária materialista**: a construção racional do alimento e do prazer gastronômico. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LACERDA, Franciane Gama. Uma “artéria necessária” para o progresso: a Estrada de Ferro de Bragança (Pará, 1883-1908). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** – RBHCS, Vol. 10 Nº 19, janeiro – junho, 2018.

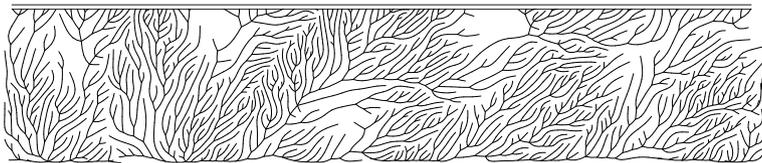
MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come**: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 1850 – 1900. São Paulo: Alameda, 2014.

SARQUIS, Giovanni Blanco (org.). **Estrada de ferro de Bragança**: memória social e patrimônio cultural: coletânea de artigos. Belém: IPHAN, 2017. 160 p.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil 3 – República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIQUEIRA, José Leônicio Ferreira de. **Trilhos**: o caminho dos sonhos (Memorial da Estrada de Ferro de Bragança). Bragança: Prefeitura Municipal de Bragança, 2008.

## CAPITALIDADES EM CONSTRUÇÃO – BRASIL, SÉCULO XIX



*Luís Henrique Junqueira de Almeida Rechdan*

---

---

**A**o tratarmos do tema das capitais nos nascentes Estados-nação latino-americanos, temos que ter presente o fato que se trata de uma nova concepção de espaço urbano fruto de determinadas circunstâncias históricas, econômicas e sociais, em um momento de (re)estruturação dos impérios europeus globais através do (re)estabelecimento de (novas) relações de poder tanto no interior da Europa quanto nas mais diversas regiões do globo. Momento não apenas de expansão marítima e colonial da Inglaterra e da França, como também de expansão territorial prussiana, russa e austríaca, sobre rotas e territórios até então pertencentes a outros impérios – globais ou não –, ora em retração, porém ainda temidos e fortes, quer pela extensão de seus domínios, quer pelas rotas comerciais ou pela força naval e/ou terrestre ainda dignas de respeito. Novas redes de poder construídas sobre um novo mundo tecido através de novos conceitos – toda uma nova terminologia jurídica, social, mercantil criada (ou seria melhor

afirmar: imposta?) pelas potências europeias (mas não somente...) do oitocentos –, criados por letrados dos impérios europeus em expansão, sobre conhecimentos acumulados ao longo dos séculos pelos povos que com eles se relacionavam supostamente sob uma política de cooperação e aliança. Diante deste quadro múltiplo – de profundas transformações no globo –, apresento alguns apontamentos a partir da apresentação e análise de dois textos de José Bonifácio relacionados à criação e/ou transferência da cidade-capital dos Estados do Brasil<sup>1</sup> para o interior do território da América portuguesa meridional. Ou seja, propomos uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas cidades-capitais no momento de afirmação dos Estados-nacionais e da expansão dos imperialismos europeus no século XIX. Trata-se de uma pesquisa em andamento, da qual trago para esta exposição recentes questionamentos temáticos e metodológicos e não resultados propriamente ditos.<sup>2</sup>

Foram inúmeros os projetos de criação e/ou transferência da capital dos Estados do Brasil apresentados nas primeiras décadas do oitocentos anteriores, inclusive, à transferência da família real portuguesa para suas colônias americanas em 1808, fixando-se no Rio de Janeiro, então sede do vice-reinado do Brasil<sup>3</sup>. Dentre os autores destes projetos, encontra-se o

---

<sup>1</sup> MELLO MORAES, A. J. de. *História da Trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807 e 1808*. Rio de Janeiro: E. Dupont, 1875.

<sup>2</sup> Nesse sentido, não apenas a Guerra dos Sete Anos, mas também as múltiplas guerras de sucessão europeias, as guerras coloniais europeias no Subcontinente indiano, as guerras de independência americanas em um contexto de redefinição dos poderes imperiais e relações econômicas no globo. Trata-se de temas muito amplos, os quais serão brevemente esboçados no decorrer deste artigo a partir da análise de dois textos de José Bonifácio sobre a transferência da capital do Brasil para o interior do território dos estados do Brasil.

<sup>3</sup> Varnhagen, em 1877, elencou as propostas, elaboradas entre 1808 e 1823, na seguinte ordem: 1º – Memória elaborada pelo ministro do Império do Brasil José Bonifácio lida pelo deputado França na sessão do dia 09 de junho de 1823 na Assembleia Constituinte; 2º – Discurso atribuído ao ministro inglês Pitt no qual propõe a fundação da Nova Lisboa no interior do Brasil (o teor desse discurso em VARNHAGEN, 1857, p.355; Idem, 1877, p.1191-1192); 3º – Propostas elaboradas pelo “talentoso patriota Hipólito, em duas passagens”; 4º – Proposta da comissão nomeada pelo governo provisório da província de São

letrado ilustrado José Bonifácio, em dois textos redigidos entre 1821 e 1823, ou seja, logo após seu retorno à sua cidade natal, após longa – e bem sucedida – carreira técnico-administrativa na Europa, e rápida ascensão no Reino do Brasil.

Nascido em 1763, na pequena vila de Santos, José Bonifácio vinha à luz no seio de rica e influente família paulista, detentora de cargos de prestígio e privilégios na estrutura burocrático-administrativa do império português<sup>4</sup>. Além disso, os irmãos Andrada não apenas se bacharelaram na Universidade de Coimbra, como também conquistaram cargos de prestígio e grande influência. Para tanto se valeram das amplas redes mercantis, familiares e clientelares construídas pelos Andradas no decorrer dos setecentos, as quais lhes possibilitaram obter bolsas de estudo e pesquisas em grandes centros letrados europeus e americanos. Em um momento de centralização do poder no reino peninsular, a alta burocracia reinol necessitava de pessoal técnico-administra-

---

Paulo, em outubro de 1821, da qual fazia parte José Bonifácio (da qual o autor transcreve o §9 do cap.2); 5º – Memória sobre o melhoramento de São Paulo, elaborada em 1810, pelo “conselheiro e chanceler” Veloso de Oliveira; 6º – Aditamento ao Projeto de Constituição para fazê-la aplicável ao reino do Brasil, lido em 1822, por um deputado nas Cortes de Lisboa, “que não declarou seu nome” e posteriormente publicado, onde se lê no primeiro artigo, transcrito por Varnhagen juntamente com sua justificativa (VARNHAGEN, 1877, p.11).

Além dos escritos elencados acima, poderemos citar textos de outros autores, todos elaborados no decorrer das primeiras décadas do oitocentos: José Álvares Maciel, Manuel Ferreira da Câmara de Bittencourt e Sá, Alexandre Rodrigues Ferreira e Constantino Antônio Botelho de Lacerda Lobo.

Cumprir notar que, a partir da consolidação do império em meados do oitocentos, praticamente o tema foi abandonado. Tenho conhecimento apenas da proposta de Varnhagen apresentada/publicada em 1872. O tema – no tocante à localização da capital imperial – apenas retornaria ao debate público com a Proclamação da República no momento dos debates da Constituinte de 1890 os quais resultaram na elaboração do artigo??? da primeira constituição republicana.

O assunto, contudo, continuaria no centro do debate a nível provincial através da discussão e aprovação do artigo 10, § 1º do Ato Adicional, pelo qual se estabelecia a competência de as assembleias provinciais legislarem “sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva Província e mesmo sobre a mudança da sua Capital, para o lugar que mais convier.” Logo, ao propor a transferência das capitais das províncias, Varnhagen assumia uma possibilidade levantada pelas reformas liberais da década de 1830 ... mas, ao mesmo tempo, trazia o delicado assunto da localização da capital imperial...

<sup>4</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

tivo bem formado e com ampla circulação pelas elites letradas dos novos impérios em expansão no oitocentos. Assim, a escolha e os anos de residência de José Bonifácio na França e na Prússia, bem como seu périplo europeu e os cargos para os quais foi nomeado nas primeiras décadas do oitocentos, devem ser analisados de acordo com os interesses estratégicos das novas relações de poder em construção na Europa da segunda metade do setecentos e não apenas enquanto conquistas pessoais decorrentes de sua trajetória acadêmico-profissional em terras lusas.

Em *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo, para seus deputados*<sup>5</sup> redigido e apresentado por José Bonifácio em 1821, após seu retorno de sua longa residência em Portugal<sup>6</sup>, no momento em que ainda (re)tecia suas (novas) redes de poder nos territórios portugueses da América meridional, então denominados Reino do Brasil. Ou seja, se por um lado havia o saudado letrado português, por outro havia o ambicioso paulista em busca de reconhecimento e obtenção de privilégios e mercês típicos do estado português. Assim, a partir de sua experiência no continente europeu, bem como das relações tecidas por ele e seus irmãos com letrados europeus e americanos, o então conselheiro do rei e vice-presidente do governo provisório de São Paulo José Bonifácio expôs princípios e argumentos, destinados à balizar a atuação dos deputados paulistas eleitos para as Cortes de Lisboa<sup>7</sup>, tendo em vista as informações que se possuía nesse momento, na corte e

<sup>5</sup> NDRADA E SILVA, José Bonifácio. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo, para seus deputados*. Elaborado para ser apresentado e defendido pelos deputados paulistas nas Cortes de Lisboa, publicado por ordem do Príncipe Regente D. Pedro. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.

<sup>6</sup> José Bonifácio apenas obteria permissão para retornar a sua terra natal em agosto de 1819 – mais de trinta e seis anos de sua estada na Europa –, após se aposentar da cátedra de Metafísica na Universidade de Coimbra (1816) (DOLHNIKOFF, 2012).

<sup>7</sup> Nesse sentido, sua organização em três capítulos: o primeiro intitulado Negócios da União (no qual nele são abordados os temas referentes à organização de todo o Império luso-brasileiro); o segundo, Negócios do Reino do Brasil; e, o último, Negócios da Província de São Paulo.

províncias limítrofes, em relação aos últimos acontecimentos ocorridos em Portugal<sup>8</sup>. Assim, ao abordar o tema da edificação de uma cidade-capital no interior da América portuguesa, o governo provisório paulista, através do texto bonifaciano, visava não apenas convencer as demais deputações, da Europa ou do ultramar, da relevância da manutenção da unidade do Reino do Brasil – ao invés de múltiplos governos locais subordinados diretamente a Lisboa –, como também de se edificar uma “Cidade central” para nela abrigar todo o aparato burocrático-administrativo do reino sul-americano. Ou seja, não se vislumbra nesse texto a defesa propriamente da transferência da capital para outro local, na medida em que inexistia – até aquele momento – tal cidade nos Estados do Brasil, mas sim a proposta de edificação de uma cidade-capital interior respeitada por todos no interior da América meridional portuguesa. Destarte, o Rio de Janeiro, sede provisória da monarquia luso-brasileira desde que nela desembarcou o então príncipe-regente dom João, não se convertia, automaticamente, em capital do novo estado surgido nas Américas e, desse modo, solucionava o questionamento, de ambos os lados do Atlântico, acerca da capitalidade da urbe carioca.

Situação diversa encontramos em relação ao papel e objetivos de José Bonifácio, por ocasião da redação da *Memória sobre a necessidade e meios de se edificar no interior do Brasil uma nova capital para assento da corte, da assembleia legislativa, e dos tribunais superiores*<sup>9</sup>, inserida no momento de redação de uma constituição para o nascente Império do Brasil, recém-emancipado política-

---

<sup>8</sup> Contudo, cumpre notar que havia um considerável lapso temporal entre o um acontecimento e sua notícia do outro lado do Atlântico, aspecto que impactaria profundamente no desdobramento dos acontecimentos entre 1820 e 1823 (BERNARDES, 2006:345).

<sup>9</sup> ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Memória de José Bonifácio apresentada à *Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil pelo deputado França, lida na sessão de 9 de junho de 1823 mas não transcrita nos Anais*. Disponível para consulta em <http://doc.brazilia.jor.br/Historia-Projetos/Bonifacio-1823-capital-interior.shtml>. Último acesso 01 fev. 2023.

mente do Reino de Portugal, porém, ainda imerso em amplas redes de outros impérios globais em disputa e expansão no oitocentos. Trata-se de Memória oferecida pelo autor – então ministro do Império e estrangeiros e deputado geral por sua província natal – à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, lida por Manuel José de Souza França, na sessão do dia 09 de junho de 1823, e “recebida com agrado, e remetida à Comissão de Estatística, e depois à de Constituição para apresentarem seu parecer”<sup>10</sup>. E, neste texto, ao contrário do apresentado ao então príncipe regente em 1821, o autor abordou exclusivamente o tema da edificação da nova capital do Império no interior do Brasil. Além disso, cumpre sublinhar o fato de a Memória ter sido apresentada à constituinte e não ao imperador, o que reafirma o esforço construtivo em curso nos primeiros meses de 1823, através da reunião de representantes eleitos por todas as províncias (conquistadas ou aderentes?) ao poder central antes da arbitrária e violenta dissolução dessa assembleia por dom Pedro I em novembro do mesmo ano.

Para o ministro-deputado, tratava-se de uma medida “não só útil [tal como afirmara no texto de 1821], mas necessária” ao novo estado-nação em construção na América. A utilidade da medida – tal como teorizado por Le Maître em 1682<sup>11</sup> e efetivamente executado em diversas cidades-capitais europeias e americanas<sup>12</sup> – era ressaltada pelos mesmos motivos elencados no texto de 1821: segurança interna e externa, povoamento e comunicação terrestre entre províncias. A necessidade estava relacionada ao momento político-institucional do

<sup>10</sup> O texto, contudo, não foi transcrito nos Anais e, até a dissolução da Constituinte pelo imperador, em novembro de 1823, o assunto não foi mais objeto de discussão em plenário.

<sup>11</sup> LE MAÎTRE, *Le sieur. La Métropolitée ou de l'Établissement des villes capitales, de leur utilité passive et active, de l'union de leurs parties, de leur anatomie, de leur commerce*. Amsterdam: B. Boekholt, 1682.

<sup>12</sup> No extenso rol de cidades-capitais concebidas, do zero ou a partir da reformulação urbana de núcleos pré-existentes, desde o século XVI, podemos citar Roma, Paris, Madri, Lisboa, Berlim, Atenas, Cidade do México, Bogotá, Lima, Goa e Macau.

nascente Império em construção. Frente às rivalidades (pré-) existentes entre as diversas províncias, a proposta de edificação da nova capital se apresentava como a solução para “todas as rivalidades e pretensões que podem ter as capitais das diversas províncias, que não querem ceder o direito da corte ao Rio de Janeiro.” Naquele momento nada estava garantido, inclusive a futura (re)união das diversas províncias outrora reunidas no plano legal pela Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815, porém ainda longe de se efetivar de fato. Eventos passados, como a Revolução de 1817 em Pernambuco, e presentes, como a não adesão de algumas províncias americanas de Portugal ao novo Império articulado a partir do Rio de Janeiro, desvelavam o quanto eram precários os laços que uniam as diversas regiões do nascente Império. Aliás, mesmo no entorno da corte do Rio de Janeiro, não era consenso a definição desta cidade para ser a capital do novo estado que surgia. Enfim, o momento exigia constante atenção das autoridades centrais – empenhadas em defender suas amplas redes mercantis, familiares e clientelares fortalecidas com a presença da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro – que continuavam a enviar tropas às diversas regiões do Império, sempre que necessário. Ou seja, José Bonifácio não apenas dialogava com as propostas anteriores referentes à edificação de uma (nova) cidade-capital para o Brasil – Reino ou Império –, redigidas por letrados luso-brasileiros, como também apresentava uma possível solução para a realização da almejada reunião das antigas capitanias, ora tornadas províncias da América portuguesa, ainda em articulação no momento de redação do texto.

Aliás, MORAES SILVA (1813) nos auxilia na compreensão dos adjetivos utilizados por José Bonifácio em sua *Memória* de 1823: se, por um lado, “útil” é o “que tem algum uso, serviço, préstimo para algum fim”, por outro “necessário”

se refere “[a]o que não pode deixar de ser; [a]o que não pode ser de outro modo; (...) [a]o que é indispensável” à própria existência do novo estado em construção na América. Frente aos múltiplos conflitos em curso nas províncias do nascente Império, a definição de um local para ser edificada a futura capital se inseria neste esforço conjunto de construção e consolidação de um novo estado nas Américas. Ou seja, diante das necessidades e dos interesses específicos dos povos do Brasil, mister a discussão acerca da edificação de uma “nova capital para assento da corte, da assembleia legislativa, e dos tribunais superiores”<sup>13</sup>. E, para José Bonifácio, o esforço deveria ser de união de todos os povos do Brasil em defesa do novo Estado em construção, o qual ainda não estava garantido naquele momento histórico. Novos estados surgiam sob novas estruturas político-administrativas por todo o espaço atlântico e mediterrâneo. Diante do novo em construção, todo esforço era útil e necessário, sob pena de o novo se tornar o antigo travestido de novidade. Sua longa trajetória político-intelectual na Europa de 1783 a 1819 o alertava para os perigos do novo em construção e, dentro deste quadro mental é que devemos refletir sobre sua proposta de nova capital para o nascente Império do Brasil: a Brasília bonifaciana.

Quanto à localização, Andrada sugeria a “comarca de Paracatu”<sup>14</sup>, Minas Gerais, “aquela que a natureza indica pela sua latitude e posição geográfica, pela fertilidade do seu torrão, pela salubridade do seu clima e pelas mais vantagens que oferece ao comércio e à comunicação recíproca das diversas províncias

---

<sup>13</sup> ANDRADA E SILVA, 1823.

<sup>14</sup> O Arraial de Paracatu do Príncipe foi elevado a Vila em 1798, após o declínio da exploração aurífera, e a Cidade em 1840. Por sua localização, Paracatu era uma grande encruzilhada de estradas, caminhos, trilhas e picadas (i)legais que cruzavam o interior dos domínios americanos da coroa portuguesa, dentre os quais o caminho de Goiás. (GAMA, Alexandre de Oliveira. *Historiografia e memórias de Paracatu - Noroeste de Minas Gerais*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2015).

com a corte”. Sem definir, contudo, o local exato da futura cidade-capital, pois tal definição dependeria da realização de “trabalhos geodésicos e sanitários” por “uma comissão composta de engenheiros, médicos e arquitetos”, mas apenas sugerir alguns locais a serem posteriormente objeto de análise: “1º as vizinhanças da confluência do rio das Velhas com o de S. Francisco; 2º, as vizinhanças em que o rio Preto se reúne ao de Paracatu; 3º, finalmente, um local qualquer da península que formam os rios de S. Francisco, do Ouro e de Paracatu.” Quanto aos meios necessários para a execução do projeto, sugeria o dever de todas as províncias participarem da edificação dos bairros da nova capital, “ficando-se então livre de vender ou arrematar esses prédios urbanos conforme lhe parecer mais conveniente ou lucrativo”. Além disso, garantindo-se “vantagens certas” aos especuladores convidados a participar do empreendimento, o capital necessário à construção estaria garantido. Para concluir, alertava a todos os presentes, representantes das diversas províncias do Império em construção: “em um tempo em que os espíritos, pela exaltação em que se acham, desejam e precisam ser ocupados em empresas grandiosas e utilíssimas”.<sup>15</sup>

Para analisar estas propostas, além da compreensão do percurso político-intelectual de seu autor, suas amplas redes mercantis, familiares e clientelares, seu empenho em obter sua aposentadoria e permissão para retornar à sua província natal, mais próxima do então centro do poder régio lusitano, é necessário nos debruçarmos sobre o que significava ser uma cidade-capital no bojo dos estados-nação em construção no oitocentos. Conforme sublinhado no início destas anotações, tratava-se de nova concepção de espaço urbano, articulada por letrados europeus no decorrer do processo de centralização do poder régio desde meados do século XVI.

---

<sup>15</sup> ANDRADA E SILVA, 1823.

No que se refere ao impacto dessas transformações nas cidades, em especial na criação de uma constelação de cidades-capitais, a rivalizarem entre si e perante o globo suas respectivas esferas de poder, fundamental a análise empreendida por Giulio Carlo Argan em meados do século passado<sup>16</sup>. Ao tratar do urbanismo barroco, Argan nos mostra como o Estado nacional e o absolutismo monárquico, em construção nos séculos XVII e XVIII, impactaram no espaço urbano das (novas cidades-) capitais europeias. A partir da análise das reformulações urbanísticas de Roma, para se firmar como sede do papado, ele analisa como o espaço urbano se transformou enquanto espaço de representação do poder absoluto do rei. Não se tratava mais de ser, simplesmente, o local de residência ou de um dos palácios do soberano, mas de ser a cabeça (*caput – capitalis*) do Estado.

Cidade-cabeça, cidade-mãe, cidade da coroação... diversas foram as soluções adotadas nas diversas línguas europeias em relação a esta nova forma de cidade-sede do poder estatal em gestação no decorrer destes séculos. E diversas foram as soluções arquitetônico-urbanísticas elaboradas para dotar estes núcleos urbanos dos elementos necessários à representação do poder estatal: jardins, praças, avenidas, eixos monumentais, conjuntos escultóricos, palácios... todo um léxico arquitetônico-urbanístico elaborado ao longo de séculos, não apenas no continente europeu. E nesse sentido, a reformulação de Roma foi exordial – elaboração de novos espaços públicos urbanos de modo a sublinhar os poderes espiritual e supranacional da Igreja e do papa, delimitação de espaços

<sup>16</sup> O texto de Argan foi publicado no momento em que surgiam e rivalizavam na esfera pública novos atores globais – Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas –, os quais não apenas disputavam espaços de poder como também apresentavam propostas diversas no tocante a todos os aspectos da vida em sociedade, inclusive no planejamento urbano. Ao tratar do “urbanismo barroco”, Argan refletia sobre o momento em que vivia, além de nos fornecer instrumentos valiosos para a compreensão das cidades europeias dos séculos XIV ao XIX.

públicos voltados para a urbe, dotando-os de perspectiva e definindo-os arquitetonicamente pelos edifícios laterais, elaboração de grandes perspectivas urbanas, nas quais avultam a sucessão regular das janelas característico da arquitetura e urbanismo barrocos, ambos a exaltarem o poder estatal.

Como sublinha ARGAN, a partir de então, a ideia da cidade-capital enquanto expressão visível de uma autoridade superior e transcendente seria apropriado por vários soberanos no decorrer dos séculos seguintes. Nesse sentido as remodelações urbanas de Paris, Londres, Madrid, Turim e Lisboa (apenas para citarmos algumas dentre as diversas experiências europeias). E, a partir de Roma, diversas foram as soluções arquitetônico-urbanísticas elaboradas para as cidades-capitais. Neste sentido, Paris, Madri, Turim, Lisboa. Mas, também, Berlim, Atenas e o Rio de Janeiro no decorrer do oitocentos.<sup>17</sup>

Por fim, para analisar as cidades-capitais no decorrer do oitocentos de modo a efetivamente iniciarmos nossos questionamentos em relação aos modelos de interpretação eurocêntricos, impostos aos povos não europeus ao longo de déca-

---

<sup>17</sup> Em relação a este tema – a capitalidade do Rio de Janeiro –, a historiografia, direta ou indiretamente, se divide em duas interpretações contrastantes. De um lado, há historiadores que não vislumbram esta capitalidade na cidade do Rio de Janeiro do período joanino – nesse sentido, podemos, dentre outros, Sérgio Buarque de Holanda e Istvan Jancsó. Ou seja, havia, na América portuguesa, cidades com vastas redes mercantis, mas não uma cidade-capital propriamente dita, enquanto palco de representação do poder central. De outro, há a historiografia dedicada especificamente à história urbana do Rio de Janeiro que sublinha a capitalidade desta cidade desde o período anterior à sua elevação a sede do Vice-Reino do Brasil em 1763. Nesse sentido, podemos citar as historiadoras Maria Fernanda BICALHO e Marly da Silva MOTTA que vislumbram na urbe carioca o centro articulador de uma vasta rede territorial e aterritorial, ou seja, oceânica, na medida em que articulava um amplo espaço territorial – do estuário do Prata aos enclaves negreiros na África, além do papel reservado a seu porto no escoamento da produção aurífera das minas gerais. Assim, de acordo com esta corrente historiográfica, a transferência da sede do Vice-Reino para o Rio de Janeiro foi o reconhecimento por Portugal do papel que esta cidade já exercia na América portuguesa desde fins do século XVII. Neste debate, Laurent VIDAL elaborou o conceito de capitalidade incompleta, ou seja, de uma capitalidade que ocorria apenas em relação ao conjunto das cidades da América portuguesa, mas não frente à Lisboa, enquanto metrópole: do grego meter – a mãe – e polis – a cidade (VIDAL, 2011, p.7). Para este autor, situação diversa ocorria na cidade de Salvador, mesmo após deixar de ser a sede do Vice-Reinado do Estado do Brasil

das, mister refletir sobre os (novos) imperialismos europeus em disputa, retração e/ou expansão desde meados do setecentos. (Novos) impérios globais sobre rotas marítimas e terrestres, saberes compartilhados e amplas redes mercantis e familiares articuladas ao longo de séculos. Para este hercúleo trabalho, a historiografia, sobretudo a partir dos anos 1990, tem questionado interpretações tradicionais relacionadas a acontecimentos fundantes desta nova ordem global construída – não seria melhor dizer: imposta? – a partir da Europa<sup>18</sup>. Interpretações que apesar de, muitas vezes, tenderem a exaltar os atores europeus em suas narrativas, fornecem-nos elementos preciosos para compreendermos a sociedade e o estado-nação em formação a partir dos Estados do Brasil. Neste sentido, cumpre destacar as novas leituras propostas pela historiografia brasileira para os viajantes do XVIII e XIX, a partir das demandas

---

<sup>18</sup> Dentre estes acontecimentos fundantes, podemos citar as disputas entre as coroas castelhana e portuguesa em relação às fronteiras entre seus impérios, as quais resultaram na elaboração de novos conceitos e princípios – dentre os quais o do *Uti Possidetis* – até hoje centrais no direito internacional, veiculados por meio dos tratados de Madri (1750); El Pardo (1761 e 1778); Santo Ildefonso (1777); e El Pardo, 1778 e implementados (no caso de Portugal) através de viagens filosóficas de conhecimento do território. No universo português, não há como dissociar a história natural de seu papel na fixação das fronteiras imperiais. É a partir da reflexão acerca do contexto histórico em que atuaram não apenas como agentes do poder régio mas também em defesa de seus interesses pessoais e/ou familiares, que devemos abordar as obras de engenheiros militares, desenhadores de mapas e de história natural em trânsito e atuação efetiva no ultramar português. José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765); José Custódio de Sá e Faria (-1792); Antônio José Landi (1713-1791) - desenhador de mapas e de história natural, arquiteto, escultor, senhor de engenho e membro da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Além desse sistema de tratados em elaboração na segunda metade do setecentos, fundamental refletirmos sobre os impactos da Guerra dos Sete Anos (1756-1762) em relação aos impérios globais, em um momento no qual Portugal, Espanha e Holanda continuavam a ser as grandes potências europeias – com suas amplas redes mercantis e familiares –, a despeito das fragilidades internas de seus respectivos impérios. E os múltiplos sentidos das revoluções liberais atlânticas e independências das colônias europeias americanas neste momento de redefinições dos impérios globais. Cumpre notar que ao mesmo tempo em que ocorriam os processos de emancipação americanos, a partir de moldes gestados por letrados europeus e americanos, verificamos a disputa das (novas) potências europeias pelos demais territórios do globo. Ao mesmo tempo em que os castelhanos e os portugueses disputavam suas fronteiras imperiais, franceses e ingleses disputavam a conquista do sudeste asiático e agiam para destruir a ainda potente Sublime Porta, a partir da cisão dos múltiplos povos que a compunha.

coloniais e não apenas como simples corolário das políticas metropolitanas e embates entre os Impérios em expansão. Tratava-se do novo em construção, mas qual “novo” e para quem? A serviço de quais interesses?

## REFERÊNCIAS

---

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. **Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo, para seus deputados**. Elaborado para ser apresentado e defendido pelos deputados paulistas nas Cortes de Lisboa, publicado por ordem do Príncipe Regente D. Pedro. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.

\_\_\_\_\_. **Memória sobre a necessidade e meios de se edificar no interior do Brasil uma nova capital para assento da corte, da assembleia legislativa, e dos tribunais superiores**. Disponível para consulta em <http://doc.brazilia.jor.br/Historia-Projetos/Bonifacio-1823-capital-interior.shtml>. Último acesso 01 fev. 2023.

ARGAN, G. C. **L'Europe des capitales**, 1600-1700, Paris, Skira. 1964.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERNARDES, Denis A. de M. **O Patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec; Recife: UFPE, 2006. BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis. La ville médiévale. *In*: PINOL, Jean-Luc (dir.). *Histoire de l'Europe urbaine* t.1, De l'antiquité au XVIIIème siècle, genèse des villes européennes. Paris, Editions du Seuil, Pinol, 2003, p.285-594.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. *In*: \_\_\_\_\_. **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)**, Bicentário, Lisboa, Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, 15-49.

- DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- EHRENBERG, Ralph E. Mapping the Nation's Capital: The Surveyor's Office, 1791-1818. *In: Quarterly Journal of the Library of Congress*. v. 36, no. 3, Summer, 1979, p. 279-319.
- GAMA, Alexandre de Oliveira. **Historiografia e memórias de Paracatu** - Noroeste de Minas Gerais. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *In: MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. São Paulo: Senac, 2000, p.127-176.
- LE MAÎTRE, le sieur. **La Métropolitée ou de l'Établissement des villes capitales, de leur utilité passive et active, de l'union de leurs parties, de leur anatomie, de leur commerce**. Amsterdam: B. Boekholt, 1682.
- LÉVY, Claude. Un plan d'aménagement du territoire au XVIIe siècle. La Métropolitée, d'Alexandre Le Maître. *In: Population*, 12e année, n°1, 1957, p. 103-114.
- \_\_\_\_\_. **Un urbaniste tombé dans l'oubli. In: Croissance démographique et urbanisation politiques de peuplement et aménagement du territoire; séminaire international de Rabat** (15 - 17 mai 1990). Paris: Presses Univ. de France, 1993, p.63-65.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A Utopia do Poderoso Império**. Portugal e Brasil: Bastidores da Política. 1798- 1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MAXWELL, Kenneth. "A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro". *In: \_\_\_\_\_*. **Chocolate, Piratas e outros Malandros**. Ensaios Tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 180-91.
- MELLO MORAES, A. J. de. **História da Trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807 e 1808**. Rio de Janeiro: E. Dupont, 1875.
- MOTTA, Marly Silva da. **Cabeça da nação, teatro do poder: a cidade capital como objeto de investigação histórica**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982 (1ª edição em inglês: 1961).
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil:** José Bonifácio. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical:** Império, Monarquia e Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

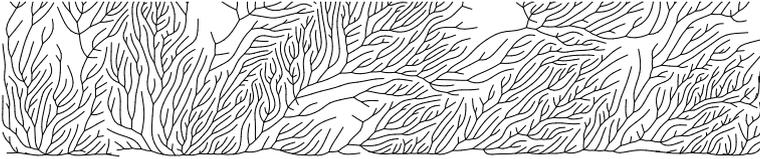
VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília:** a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: UnB, 2009.

ZELLER, Olivier. La ville moderne. *In:* PINOL, Jean-Luc (dir.). **Histoire de l'Europe urbaine** t.1, De l'antiquité au XVIIIème siècle, genèse des villes européennes. Paris, Editions du Seuil, Pinol, 2003, p.595-860.

# A “CIDADE-FLORESTA” DE CURRALINHO NA AMAZÔNIA MARAJOARA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E SOCIEDADE

---

---



*Admarino Gonçalves de Matos Junior*

---

---

“É possível compreender a Amazônia a partir de suas cidades, ou mais especificamente, das pequenas cidades localizadas às margens de seus rios?”. É a indagação que José Aldemir de Oliveira faz nas primeiras linhas de seu texto intitulado “A cultura, as cidades e os rios na Amazônia” buscando problematizar a importância de conhecer as cidades de beira de rio da Amazônia não ponto de vista econômico e político mas como “lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil” (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

A partir disso, este texto apresenta resultados iniciais de pesquisa sobre o processo de formação histórica da cidade marajoara de São João Batista de Curralinho, localizada Arquipélago do Marajó, na Amazônia marajoara, Estado do Pará, submetido as discussões no simpósio temático “Escritas da história urbana: viver e narrar a cidade em suas múltiplas

temporalidades” do XIII Encontro de História da Associação Nacional de História – seção Pará, onde buscou-se perceber como a cidade marajoara vai se traduzindo em “cidade-floresta” (PACHECO, 2006, p. 24).

A expressão “cidade-floresta” é utilizada pelo historiador Agenor Sarraf Pacheco que propõe pensar noções de urbanidade singular em que se elabora por saberes, linguagens, experiências sociais de uma população dentro de uma outra lógica de cidade, “onde antigos caminhos de roças cedem lugar à construção de ruas de chão batido, depois asfaltadas, assim como a permanência de práticas de viveres ribeirinhos nesses novos espaços de moradia” (PACHECO, 2006, p. 24).

De acordo com (PACHECO & BALIEIRO, 2015, p. 63), uma variedade de estudos e leituras têm sido frequente na produção acadêmica na área das ciências humanas tratando, nas últimas décadas, de temas como cidade e espaço urbano na Amazônia. Pesquisas que expressam olhares diversos sobre o espaço urbano, especialmente para a região que pretendemos tratar: a Ilha de Marajó, ou mais especificamente o “Marajó das Florestas” onde se apresenta “viveres e fazeres urbanos, em espaços pequenos e médios que hibridizam, mestiçam, intersticiam e interculturalizam” (PACHECO & BALIEIRO, 2015, p. 63).

O arquipélago do Marajó ou o “Marajó dos Campos e das florestas”<sup>1</sup>, assim definido por (PACHECO, 2018), é o maior arquipélago fluviomarina do mundo, cravado na foz do Rio Amazonas e aberto ao oceano Atlântico. O arquipélago

---

<sup>1</sup> (PACHECO, 2006) problematiza o termo “Ilha de Marajó”, o qual reproduz uma visão homogênea sobre a complexa região marajoara, invisibilizando diversas populações de diferentes matrizes étnico-raciais e seus contatos interculturais. Assim, sem negar relações, mas atento a especificidades e pluralidades de viveres na Amazônia em determinados contextos geohistóricos, ele opta por termos como “Amazônia Marajoara”, “Marajós”, “Marajó do Campos” e “Marajó das Florestas. Ver: ARAÚJO, Lucas Monteiro de; PACHECO, Agenor Sarraf. *A fauna marajoara em narrativas de viajantes do século XIX*. Iluminuras, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 248-269, ago/dez, 2016. p. 248.

é composto por 17 municípios com uma população estimada em mais de 500 mil habitantes, “oriunda de matrizes indígenas, africanas, sem esquecer lusitanos, judeus marroquinos, entre outros grupos e nacionalidades, assim como nordestinos diversos” (PACHECO, 2018, p. 64).

O Município de Curralinho, do Marajó das Florestas, na Amazônia marajoara, atualmente apresenta uma área territorial de 3.617,252 km<sup>2</sup> e uma população estimada em aproximadamente 35.530 habitantes forjada por saberes, culturas e modos de vidas que vão criando na cidade suas trajetórias cheias de histórias diante das dificuldades sociais e econômicas permeadas por um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,502. Constitui características e elementos semelhantes de outras cidades pequenas e de beira de rio da Amazônia como aponta (OLIVEIRA, 2006):

As atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança; a predominância de atividades caracterizadas como rurais. (OLIVEIRA, 2006, p. 27)

Para pensar a formação histórica da cidade marajoara de Curralinho e como os “Marajós” e suas “cidades-florestas” se encontram e onde se diferenciam ou como sugere (OLIVEIRA, 2006), pensar as cidades da Amazônia nas suas realidades e temporalidades como lugares em que pulsam modos de vida, de ser, estar e participar do espaço em que vivem, o uso dos periódicos presente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, os Anais da Fundação Biblioteca Nacional (RJ), os Relatórios de presidentes da Província do Pará, Anais presente no Arquivo Público do Estado do Pará são fundamentais.

Navegar pelos rios da Amazônia marajoara antes de 1850 era difícil. O transporte era demorado e comunicação

era lenta. A dificuldade do trânsito de pessoas, produtos e mercadorias realizada por barcos e canoas trafegando através de navegação a vela ou a remo era o desafio enfrentado. Para mudança desse cenário, após intensos debates governamentais desde o início do século XIX, foi estabelecido a navegação a vapor pela empresa Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas no ano de 1853. O barco a vapor acaba modernizando o transporte, provoca uma verdadeira revolução no serviço do comércio na medida que penetrava no interior dos rios onde antes não havia contato imediato e intenso (BRITO, 2017;2018).

Assim, após o surgimento de linhas de viagens que iam de Belém a Manaus, passando pelos diversos rios da Amazônia marajoara, como o Rio Pará, onde se avistava um aglomerado que formava o “povoado de Currallinho”, a movimentação e o transito de pessoas, produtos e mercadorias aumentaram por esse espaço. O rio torna-se uma rua, uma avenida onde os barcos são como automóveis passando por rodovias que provocam o aumento da circulação de pessoas ao longo das margens conduzindo um intenso movimento de ocupação do espaço.

Muitos barcos de linha, como o “Vapor Marajó”, “Vapor Gião” e tantos outros, seguiam para o furo de Breves e depois para o Rio Amazonas em um movimento que foi aumentando ao longo do tempo (DIARIO DE BELÉM, nº 41, 22/02/1872, p. 2). Desse modo, o porto do povoado de Currallinho tornou-se um importante ponto de parada para diversas embarcações, constituindo-se em uma posição muito apropriada para criação de um centro de população maior.

O porto é por onde se chega e se vai; ele contém a possibilidade do entendimento da cidade, pois a vida começa no porto, menos pelo movimento, mais pelo fato de ele encerrar quase tudo que a cidade possui e que nela falta.

O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade, lugar privilegiado dos enigmas amazônicos, transfigurados em enigmas do mundo, a nos interrogar sobre o nosso passado, presente e futuro (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Assim, o lugar denominado de Curralinho, na Amazônia marajoara, se desenvolveu a partir de uma fazenda particular denominada de “Fazenda do Curralinho”. Algumas fontes históricas apresentam a informação de que esta “Fazenda” era, inicialmente, de propriedade do Tenente Coronel João Antonio Lopes Pereira (BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 113, 1993, p. 365).

João Antonio Lopes Pereira foi criador de gado, uma atividade comum e próspera na região marajoara. Fazia parte da 2ª linha do Exército Brasileiro. Posteriormente, com o desenvolvimento econômico, político e administrativo dessa “fazenda particular”. Foi designado para atuar na região como Intendente, Presidente do Conselho Municipal, Presidente de Junta de Serviço Militar. Por sua influência política, econômica e administrativa e de outros comerciantes locais, a fazenda do Curralinho prosperou ganhando núcleo populacional a partir de seu porto que se tornou ponto de parada que levou o povoado a ganhar lugar no espaço administrativo da Província do Pará (ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, vol. 9, 1916, p.225).

O Álbum do Estado do Pará do ano de 1908, como veremos a seguir, apresenta algumas imagens de espaços urbano que estava em processo de desenvolvimento a medida que a população aumentava ocorria o crescimento da construção de casas ruas, calçadas e pontes que serviam de portos para embarcações.

**FIGURA 1 - Trecho da cidade de Currálinho**



**Fonte:** Álbum do Estado do Pará, 1908.

Desse modo, seja pela boa localização e fácil acesso dos rios, pela boa estrutura do terreno plano apropriada para crescimento populacional, seja pela influência política e econômica de seus proprietários de terras que dispunham de muitas relações de comércio, aliadas a circunstância de ser o porto da Fazenda do Currálinho uma escala quase obrigatória na subida e descida das embarcações, e do aumento do movimento dos famosos regatões que passavam e comercializavam seus produtos que prosperaram junto com a lavoura de arroz, farinha, café, algodão e cacau, seja por muitos outros fatores, o fato que se apresenta é que a partir dessa intensa movimentação desse espaço a então pequena Fazenda do Currálinho foi ganhando importância proporcionando a promulgação da Lei nº 172 de 30 de novembro de 1850 que elevou o povoado a categoria administrativa de Freguesia, com denominação de *Freguesia de São João Batista de Currálinho*.

Pelos rios, furos e igarapés da história, a formação da cidade de Currálinho continuava a prosseguir a medida que crescia a ocupação do espaço e com a intensificação de trocas e relações econômicas e políticas com outros lugares. Desse modo, a formação de Currálinho esteve relacionada com a

história da cidade de Oeiras do Pará<sup>2</sup>. Os dois lugares participaram de decisões políticas profundas que determinaram a constituição dos seus atuais territórios. De início, Curralinho funcionou como Freguesia durante 15 anos, entre 1850 a 1865. Nesse período, as relações e debates dos políticos de Belém, Capital da Província do Pará, com os políticos da Vila de Oeiras, foram conflituosos, intensos e divergentes.

**FIGURA 2 - Uma rua da cidade de Curralinho**



**Fonte:** Álbum do Estado do Pará, 1908.

Na medida em que as disputas e os interesses entre esses grupos foram aumentando, com o grupo político de Belém “querendo aniquilar certos elementos da Vila de Oeiras” (ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, vol. 9,

---

<sup>2</sup> O Município de Oeiras do Pará (PA) localiza-se entre as zonas da Ilha do Marajó e Tocantins. Possui uma área territorial de 3.852,291 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 33.182 habitantes. (IBGE, 2017). Por sua proximidade com o Município de Curralinho, a movimentação de pessoas e produtos é intensa entre as duas cidades. De acordo Decreto nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022, o Município de Oeiras do Pará passa a fazer parte da Região de Integração do Marajó, para efeito das ações e do processo de regionalização do território paraense.

1916, p.225) foi determinado que a Sede da Câmara Municipal da Vila de Oeiras fosse transferida para Currálinho.

Em 1864, por exemplo, em relatório apresentado a Assembleia Geral Provincial, o Secretário da Província, Domingos Soares Ferreira Pena, ao apresentar as informações das condições das localidades dos interiores, informava o grave estado que se encontrava a Vila de Oeiras. Estava em completo abandono diante de um incêndio ocorrido quatro anos antes, em 1860, que provocou, inclusive, a destruição de metade da Vila. “Não há ali casas de Câmara, nem cadeia, nem outro qualquer edifício público a exceção da Igreja”, relatou o Secretário da Província (PARÁ, 1864. P. 62).

Depois desse incêndio, os moradores nunca mais quiseram reedificar suas casas e a Vila de Oeiras se encontrava abandonada. O Secretário relatava que os moradores de Oeiras haviam pedido a transferência da sede da Vila para a localidade de Currálinho como o local mais apropriado para isso, mas “o velho Vigário fez oposição obstinada e constante a essa transferência”. Questão que teria prejudicado os moradores de Oeiras, segundo o Secretário de Governo da Província (PARÁ, 1864. P. 62).

Mas, coube ao Tenente Coronel João Antonio Lopes Pereira, importante proprietário de terras da região, ofereceu o espaço da então freguesia de Currálinho para servir de sede da Vila de Oeiras. Neste momento, com a transferência da Câmara, o Presidente da Província do Pará, José Vieira Couto de Magalhães, através da Lei n. 479 de 6 de março de 1865, determinou a elevação de Currálinho a condição de Vila. Esta Lei gerou uma troca na condição política administrativa dos dois lugares. A freguesia de Currálinho passou a condição de Vila, enquanto a Vila de Oeiras foi rebaixada a condição de freguesia, subordinada as decisões da nova vila de Currálinho. Houve certa demora nesse processo de transferência devido

Currallinho, que a pouco tempo atrás era um pequeno povoado e não dispunha naquele momento de local apropriado para funcionamento de casa da Câmara, nem edifício para cadeia, também não tinha cemitério público e tão pouco tinha Igreja para servir a Matriz, condições essenciais para que houvesse funcionamento administrativo de uma Vila (ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, vol. 9, 1916, p.226).

**FIGURA 3 - Uma vista da cidade de Currallinho.**



**Fonte:** Álbum do Estado do Pará, 1908

Somente em 23 de dezembro de 1865, quase 9 meses após Currallinho assumir a condição de Vila, é que foi instalado na nova sede municipal a primeira sessão da Câmara da Vila de Currallinho para o triênio de 1865 a 1868 ainda com a presença de alguns políticos de Oeiras, presidente da câmara Joaquim Gonçalves Ribeiro e os vereadores Eureliano Sociniano de Moraes Costa, Veríssimo Alves de Macedo, André da Costa Pequeno, Joaquim José Alves Barradas, João Vieiras Borges e Manoel da Costa de Miranda (DIÁRIO DO PARÁ, 07/01/1996, p. 4).

No entanto, em 1868, Oeiras conseguiu novamente a restituição a categoria de Vila através da Lei n. 584 de 23 de

outubro de 1868 que acabou separando o território de Oeiras ao da Vila de Currálinho, dando início a seu processo de emancipação e a formação dos dois municípios.

A separação entre Oeiras e Currálinho não ocorreu de forma imediata em 23 de outubro de 1868. A separação entre os dois territórios foi estabelecida em definitivo apenas em 4 de Julho de 1870, quando Currálinho se torna independente para eleger sua própria Câmara eletiva sem a presença de políticos de Oeiras com a seguinte vereação eleita para completar o quadriênio 1869 a 1872: Olympio José Barreiros, Raymundo Ferreira Ribeiro, Raphael Archanjo da Costa, Bernardo Gonçalves da Costa, João Vieira Borges, Joaquim Fernandes de Mello, Narcizo Manoel de Carvalho (DIARIO DO PARÁ, 07/01/1996, p. 4).

No mesmo período, para o mesmo quadriênio de 1869 a 1872, Oeiras formou sua câmara eletiva com os políticos Joaquim Gonçalves Ribeiro, Clarindo Ferreira Ribeiro da Costa, Joaquim Antonio Martins, Raimundo Ferreira Ribeiro, João Maria dos Navegantes e Olympio José Barreiros que havia sido eleito presidente da Câmara de Currálinho, mas negou assumir o cargo para aceitar ser vereador em Oeiras (DIARIO DO PARÁ, 07/01/1996, p. 4).

A separação definitiva entre os dois territórios se concretizou em 4 de julho de 1870. Data que seria, posteriormente, considerada a certidão de nascimento da cidade marajoara de Currálinho por conquistar sua emancipação política e administrativa.

Uma cidade à margem do rio banhada por águas doces, claras, barrentas, escuras, águas que “carregam” saberes, culturas, práticas, modos de vivências e que permitem a luta de homens e mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos que vivem em comunidades, vilas ou povoados ao longo dos rios da Amazônia marajoara para sustentar, trabalhar, criar e festejar suas vidas (PACHECO, 2018) na região do “Marajó das

Florestas” onde começou com pequeno povoado. Depois passou a ser chamado de ‘Fazenda de Currealinho que com o desenvolvimento econômico e crescimento populacional passou a categoria de Freguesia, depois Vila e Município autônomo.

Mas, a cidade não se forma apenas pelos parâmetros políticos, econômicos e administrativos como buscamos apresentar nas linhas gerais escritas deste texto, mas também por sua história social “oriunda de matrizes indígenas, africanas, afro-indígenas, sem esquecer lusitanos, judeus marroquinos, entre outros grupos e nacionalidades, assim como nordestinos diversos” (PACHECO, 2018, p. 64) que também constroem e transformam o espaço em que vivem.

Assim, pensar o social e o cultural dos sujeitos que ocuparam e transformaram o espaço significa uma incursão por território pouco explorado ou quase desértico para serem pesquisadas e escritas em outros momentos, onde os limites, impasses e as implicações dessa experiência podem revelar outras (novas) histórias para o estudo desta cidade à margem do Rio Pará, na Amazônia marajoara.

## REFERÊNCIAS

---

ARAÚJO, Lucas Monteiro de; PACHECO, Agenor Sarraf. A fauna marajoara em narrativas de viajantes do século XIX. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 248-269, ago/dez, 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Anais da Biblioteca. **Brasil**: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1916.

BRITO, Roberta Kelly Lima de. A introdução da navegação a vapor na Amazônia no século XIX: o processo de formação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Vapores de Mauá: a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871)**. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Anais da Biblioteca Nacional**. Volume 113, Rio de Janeiro, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2023.

JORNAL DIÁRIO DE BELÉM, nº 41, 22/02/1872.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ, 07/01/1996.

OLIVEIRA, José Aldemir. A Cultura, as Cidades e os Rios na Amazônia. **Revista Ciência e Cultura (SBPC)**, set. 2006, vol. 58, nº 3, p. 27-29.

\_\_\_\_\_, As Cidades da Natureza, A Natureza das Cidades e o Controle do Território. In: TRINDADES j. Sant-Clair & TAVARES, Maria Goretti da. **Cidades Ribeirinhas: mudanças e Permanências**. Belém: EDUPA, 2008, p. 15-28.

PACHECO, Agenor Sarraf. **À Margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” Melgaço-Pa**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

\_\_\_\_\_. Cartografia & fotoetnografia das águas: modos de vida e de luta na amazônia marajoara. In: **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 63-98, jan/jul, 2018.

PACHECO, Agenor Sarraf & BALIEIRO, Maria Nely Pereira. A cidade-floresta na pintura da memória: teias visuais e orais em Maria Nely Balieiro. **Revista Moara – Edição 43 – jan – jun. Estudos Linguísticos**, 2015.

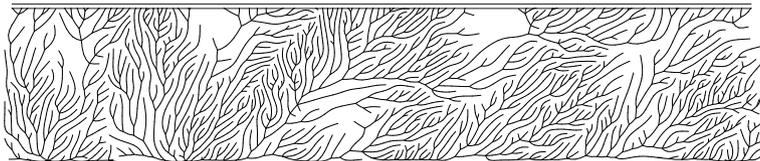
PARÁ. Estado do. **Álbum do Estado do Pará**, 1908.

PARÁ. **Relatório do Secretário da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial**. 1864.

SCHAAN, Denise Pahl, PACHECO, Agenor Sarraf e BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Remando por Campos e Florestas: Memórias & Paisagens dos Marajós – Ensino Fundamental**. Rio Branco: GKNoronha, 2011.

SEÇÃO DE OBRAS RARAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL TANCREDO NEVES (CENTUR)

# A MEMÓRIA DOS GALPÕES: A PAISAGEM URBANA INDUSTRIAL E A MEMÓRIA OPERÁRIA EM UBÁ/MG (1980-2020)



*Emiliano Alves Bovolento*

---

---

## INTRODUÇÃO

Um estudo da Zona da Mata mineira justifica-se pela importância que esta região apresentou durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, através de seu “complexo agroexportador”, e posteriormente, através de uma diversificada estrutura urbana industrial. É importante destacarmos a diferenciação entre as regiões da Zona da Mata. Em 1951, Elza Coelho de Souza realizou uma distinção entre três sub-regiões norte, central e sul, ao analisar os dados do censo de 1940 (SOUZA, 1951). Estas sub-regiões apresentam diferentes processos de ocupação, distintos padrões de propriedade fundiária e de processos de produção do espaço, que desenvolveram assim características próprias a cada região, refletidas não só no campo econômico mais também social, político e cultural.

O enfoque principal é o município de Ubá, localizado na microrregião central da Zona da Mata, que teve a base de sua economia na produção agrícola desde o seu surgimento. E como outras microrregiões matenses, durante muito tempo, o café foi o seu principal produto. Diferentemente das demais microrregiões, ao longo do século XIX, a porção central da Mata mineira passou por uma significativa transformação em sua estrutura fundiária. E em Ubá, o parcelamento e concentração de solo se tornou uma característica do município. Segundo Carrara, a par da expansão agrária nesta área, ocorria uma incipiente industrialização e um processo de urbanização que ali se presencia até fins dos Oitocentos (CARRARA,1999).

Na década de 1920, a crise da cafeeicultura brasileira trouxe consequências à economia matense. Em Ubá, a produção do fumo ganhou destaque a partir deste período, tornando-se gradativamente a atividade predominante no município (MORAIS, 1988). Por volta dos anos 1950, o fumo começa a perder status de principal produto em Ubá. Este fato explica-se pela qualidade particular do produto cultivado nesta região, que não atendia às necessidades da crescente indústria tabagista nacional.

Com o declínio da produção de fumo, Ubá passou por um período de estagnação econômica, assim como todo o conjunto da Zona da Mata. A partir do momento que o “complexo agroexportador” dessa região entrou em crise, a economia deste território jamais conseguiu recuperar sua representatividade dentro do Estado, transformando-se em uma das regiões mais pobres de Minas Gerais, com um dos menores índices de crescimento econômico e de desigualdade social. Mas, diferentemente dos demais municípios, Ubá apresentou uma nova e particular alternativa de desenvolvimento, através

de sua especialização na produção de móveis. Esta alternativa *sui generis* foi responsável pela formação de um dos mais importantes polos de produção moveleira em nosso país.

Conforme descrito anteriormente, o parcelamento fundiário foi fator determinante para uma significativa presença de imigrantes italianos no município. Conseqüentemente, estes podem ser apontados como responsáveis pela existência de uma atividades marceneira desde os primeiros anos do século XX.

Tradicionalmente, a origem da indústria moveleira em Ubá relaciona-se diretamente à família Parma, de origem italiana. José Francisco Parma, inicia em 1953 a fabricação de esquadrias, carrocerias, rodas de carroça e móveis sob encomenda. Outro importante nome da família é José Parma, citado como um dos pioneiros na fabricação de móveis em série na cidade (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Chama-nos a atenção, o fato do polo moveleiro de Ubá ter se estruturado de forma bastante peculiar em relação a outros importantes polos nacionais. Em Ubá, não houve a iniciativa da criação de um distrito industrial. Dessa forma, a pulverização das indústrias pela área urbana trouxe consigo conseqüências que serão identificadas.

A percepção do aumento do número de trabalhos científicos que abordam o tema do patrimônio industrial nos últimos anos em outras regiões, a excepcionalidade das características do espaço e tempo delimitados, justificam a originalidade dessa pesquisa e sua importância para o estudo das cidades. O estudo arqueológico dos vestígios materiais da industrialização no Brasil podem trazer contribuições relevantes de processos tecnológicos, fluxos de mercadorias ou hábitos de consumo; mas, principalmente, talvez ajude a explicar a própria expansão do processo de industrialização, de

como se iniciou e a particularidade do seu desenvolvimento nas condições locais (OLIVEIRA, 2017).

Preocupados em reconhecer as diversidades e especificidades presentes nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais de formação das cidades e, conseqüentemente das paisagens culturais constituídas e do patrimônio cultural existente, entendemos a necessidade de um enfoque interdisciplinar e teórico-metodológico de base empírica capaz de identificar as memórias do passado dos indivíduos que se relacionam com o meio em que se inserem e, mais detidamente com o patrimônio industrial presente na cidade de Ubá.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando a paisagem como aspecto fundamental ao estudo das cidades, e reafirmando a historicidade da paisagem que, de maneira dinâmica e instável, transforma-se ao longo do tempo em objeto de conhecimento histórico e passível de narrativa, o geógrafo Ulpiano Bezerra de Menezes relatou (MENESES, 2002):

A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores, ao longo do tempo. Mais do que um palimpsesto (as escritas superpostas que são constantemente encontradas nos manuscritos sobre pergaminho), a paisagem, na expressão do historiador Fernand Braudel (1986-87) é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas.

De forma indissolúvel, a paisagem contém em si uma dimensão material, simbólica e funcional. Espaço delimitado em que se reconhece a existência de um lugar onde a memória

se cristaliza e onde se insere a constituição de uma memória coletiva. Sobre essa relação entre memória coletiva e espaço, Maurice Halbwachs escreveu:

É sobre o espaço, sobre nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, em que todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Nesse sentido, considerando o *ethos* constituído e os aspectos da paisagem de nosso objeto de estudo, a cidade de Ubá, se faz necessário um olhar atento sobre o patrimônio industrial.

De certo modo, é recente o interesse pelo estudo e preservação do patrimônio industrial. Com ênfase nos aspectos memoriais e simbólicos, devemos entender o patrimônio industrial como dotado de demandas que envolvem contribuições de diferentes campos do saber. Sobre o termo veja o que escreve Beatriz Mugayar Kühl (KÜHL, 2006):

Ao patrimônio industrial estão associadas diversas questões como modos de organização da produção no espaço, transmissão dos saberes, condições de trabalho, manifestações culturais e também lutas e conquistas, como greves para reivindicar melhores condições de trabalho e de remuneração, a exemplo da primeira greve geral em São Paulo (...)

Diante do exposto, emerge a necessidade de se estabelecer um diálogo entre o patrimônio industrial/cultural e as memórias e identidades individuais e coletivas que, de forma complexa e intencional, se ocultam diante de toda problemática epistemológica relativa ao estudo patrimonial. As reminiscências agem, formam individualmente e

de maneira coletiva uma memória que se compõe no espaço. Surge o que Pierre Nora denomina como lugar de memória (NORA, 1993):

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

Reconhecer a representação e a importância dos trabalhadores ubaenses na história da cidade, sua memória e identidade nesse espaço. Segundo Michel-Rolph Trouillot (TROUILLOT, 2016), a história é produzida em um contexto sócio-histórico específico em que atores históricos também são narradores e vice-versa. Assim, ele posiciona os indivíduos nesse processo social da seguinte forma:

A história, como processo social, envolve pessoas em três posições distintas: 1) como agentes ou ocupantes de posições estruturais; 2) como atores, em constante contato com o contexto; e 3) como sujeitos, ou seja, como vozes conscientes de sua vocalidade. Exemplos clássicos daquilo que chamo de agentes são os estratos e agrupamentos aos quais pertencem as pessoas, tais como classe e status, ou os papéis com eles associados. Trabalhadores, escravos, mães são agentes.

Como agentes, como sujeitos de uma sociedade historicamente construída em um determinado espaço. É sobre esse viés que se pretende estabelecer as bases para a realização do trabalho aqui proposto. Um reconhecimento dos agentes envolvidos, através de sua memória. Uma discussão sobre um patrimônio que tem sua relevância histórica e valor social. E uma análise multidisciplinar da constituição de uma paisagem urbana específica.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem desenvolvida é feita de forma direta, como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. O procedimento metodológico realiza-se através de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Considerando o objeto de investigação e o conjunto de hipóteses apresentadas, o trabalho se dividi nas seguintes etapas:

Na primeira etapa, foram identificadas e levantadas informações a partir de livros, artigos e outros materiais bibliográficos relacionados ao objeto de estudo.

Em segundo lugar, foi dado início à pesquisa das fontes elencadas para a pesquisa: levantamento e fichamento das fontes escritas disponíveis nos arquivos da prefeitura, dos sindicatos e fábricas e do acervo fotográfico. Dentre os documentos textuais e iconográficos, constam: registro dos bens identificados, por meio de fotografias, documentos, entrevistas, etc.

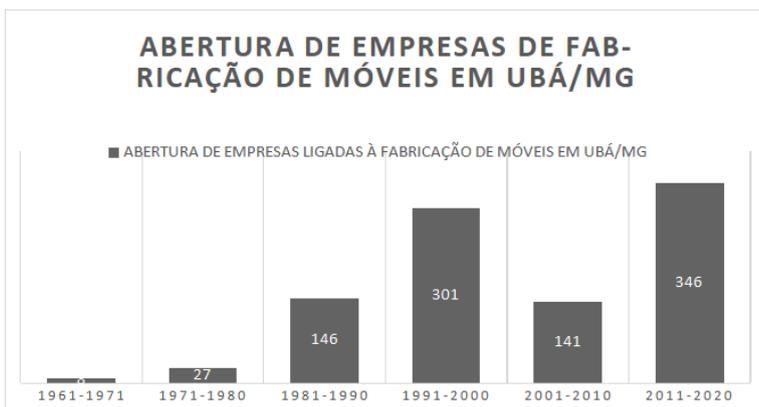
Outra parte importante do trabalho, realizada paralelamente à pesquisa nos arquivos, foi a pesquisa de campo, que consistiu na observação e registro de construções, espaços, objetos e rituais próprios das atividades industriais desenvolvidas na cidade de Ubá, bem como suas funções e significados. O objetivo dessa etapa é alcançar a percepção visual e simbólica das evidências investigadas.

Na última etapa da pesquisa serão realizadas ações que permitam contribuir para a apropriação dos bens culturais ligados às memórias e identidades operárias de Ubá. De acordo com os resultados alcançados, serão elaborados meios para se compreender quais bens relacionados à vida fabril e cotidiana dessa população operária são identificados por eles como importantes, envolvendo-os efetiva e afetivamente com estes bens

culturais referentes ao processo histórico de desenvolvimento de Ubá e às trajetórias e memórias dos seus trabalhadores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O recorte temporal destacado, entre os anos de 1980 e 2020, coincide com o período de consolidação da atividade industrial na cidade e a formação de um arranjo produtivo local reconhecido como fundamental ao desenvolvimento econômico regional. Ao mesmo tempo, percebe-se que foi durante este tempo, que o município apresentou transformações paisagísticas significativas, que serão apresentadas nesse artigo.



**Fonte:** Dados Públicos Extraídos Diretamente do Portal de Dados Abertos.

Pesquisa realizada em 07 de janeiro de 2023. Pelo link: <https://www.empresaquim.com.br/acesso/empresas?ModalAcao=&ModalCNAE=&ModalAcao=>

Do ponto de vista das transformações paisagísticas de Ubá, identifica-se que a produção espacial local se relaciona diretamente com a ausência de uma política de planejamento urbano e devido ao fomento à especulação imobiliária.

Através de uma pesquisa direcionada por filtros exclusivos, extraídos do portal Dados Abertos do governo federal, foi possível um levantamento do número de empresas do ramo moveleiro que iniciaram suas atividades a partir de 1960 e a localização dessas empresas no espaço urbano. Com esses dados em mãos foi elaborado o mapa a seguir.

**MAPA 1 - Localização das fábricas Ubá**



**Fonte:** Sistema de Projeção Geográfica: SIRGAS 2000. Google Earth.

Pela análise do mapa acima, podemos perceber que inicialmente, entre os anos de 1980 à 2000, as fábricas ocupavam galpões, de forma desordenada em áreas mais próximas à centralidade urbana. A partir do ano 2000, identificamos uma mudança nesse padrão. Os novos galpões foram construídos em regiões mais periféricas, evidenciando uma tendência que se observa até os dias atuais.

A ausência de um distrito industrial e a inoperância do poder público na garantia de uma infra-estrutura básica, contribuíram diretamente para esse crescimento desordenado.

Essa distribuição espacial como território produzido de forma consciente ou inconsciente está ligada aos problemas da segregação espacial, degradação ambiental e mobilidade urbana. A presença de uma paisagem industrial que ocupa o urbano, o tempo e o ritmo da vida urbana comandado pelo sinal das fábricas são consequências dessa peculiar construção espacial. Na medida em que as fábricas deslocaram-se de forma centrífuga, vários antigos galpões industriais foram ficando abandonados, subutilizados e/ou destruídos pelo avanço imobiliário.

**FIGURA 1 – Galpão onde funciona a UEMG**



**FIGURA 2 – Galpão da COPARMA**



A atividade industrial marcou indelevelmente a história da cidade de Ubá e as memórias operárias estão associadas à grande parcela da população mais humilde da cidade. Grupos sociais subalternizados associados à atividade industrial não são representados nos patrimônios institucionalizados pelo município, como revelou o trabalho de (VIEIRA,2017). Lugares de memória desses grupos que compõem parte expressiva da população do município, como as fábricas, os bairros populares e periféricos são diretamente afetados por uma política de patrimonialização que estigmatiza espaços empobrecidos.

A valorização dos saberes e cotidiano cultural dos trabalhadores, suas trajetórias de vida e de luta operária nunca foram privilegiados em pesquisas e na formulação de políticas públicas. Como já foi dito, os bens culturais patrimonializados ou registra-

dos no município, são na maioria representativos dos grupos dominantes da economia e política local. Nesse sentido, constata-se a presença marcante da desigualdade e da territorialidade do poder nas memórias e identidades operárias, que se expressam tanto na paisagem urbana, quanto nas memórias produzidas pelos trabalhadores. Por outro lado, percebe-se o protagonismo dos trabalhadores na produção da paisagem urbana, suas experiências, modos de vida e/ou saberes constituídos no cotidiano dos bairros e das fábricas. Assim, busca-se dar centralidade à relação tempo e espaço das vidas operárias, contribuindo para a valorização destes agentes históricos sob a paisagem local.

## CONCLUSÕES

O estudo da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo delimitado é objeto fundamental de investigação para compreensão da história das cidades, formação dos cidadãos e o ~~reconhecimento de sua memória~~. Sendo assim, este trabalho visa a apresentar os primeiros passos e resultados até então obtidos e analisados, referentes à pesquisa em andamento, no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. O objetivo do trabalho é analisar como o desenvolvimento da indústria moveleira transformou a paisagem cultural de Ubá, uma cidade em uma região tradicionalmente rural, suas identidades e memórias.

A presente pesquisa forneceu subsídios para o entendimento de como os bens vinculados à atividade industrial local (fábricas, sindicatos e bairros) foram relevantes na constituição de uma paisagem urbana específica.

Este artigo analisa o patrimônio industrial, sua relevância na constituição de uma paisagem urbana específica e,

principalmente, valoriza e identifica a memória dos agentes envolvidos nesse processo. Em especial, destaca os trabalhadores como grupo social, que se constitui, participa e contribui com sua memória para a formação de uma identidade social. O estudo do patrimônio industrial tem se consolidado nas últimas décadas e envolve um leque de possibilidades para análise. Abrange elementos de diversas origens, materiais e imateriais que, com abordagens qualitativas mais aprofundadas, permitirão identificar suas conexões com a história do município e a formação da paisagem urbana.

Preservar garantindo a função social do patrimônio industrial, garantindo os valores que Anele se consubstancia, parece urgente em contextos de especulação financeira do espaço urbano.

Quando nos deparamos com as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural nessa cidade, constata-se que, na maioria dos casos, optou-se por preservar patrimônios edificados. Esses, por sua vez, são como fragmentos de um passado de um grupo seletivo local e apaga a memória de significativa parcela da população local.

Como aponta Besse (BESSE, 2014), parafraseando John Brinckerhoff, as paisagens política e vernacular coexistem e se superpõem, às vezes nos mesmos locais, representando dois aspectos da mesma paisagem: a paisagem política que se define como fruto das decisões do poder, que se inscrevem no espaço do ordenamento e do controle; e a paisagem vernacular que se inscreve no universo da paisagem habitada, dos costumes e práticas vividas naquele espaço, fruto da espontaneidade e da criatividade, da adaptação humana e que resiste e coexiste com a paisagem política.

## REFERÊNCIAS

---

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. *In: O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem*. Tradução de Annie Cambé, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 103-140.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

KÜHL, Beatriz Mugayar. (2006). Algumas questões relativas ao patrimônio Industrial e sua preservação. **Patrimônio**: Revista Eletrônica do Iphan, Brasília, v. 4. Disponível em <http://www.iphan.gov>.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MORAIS, Raul de. **Ubá Imperial** – subsídios para a História. Editora Gráfica Gonçalves Ltda, Academia Ubaense de Letras. Ubá-MG: 1988.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História – PUC, 1993, p.7-28.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. de. **Instituição, espaço e desenvolvimento: o caso do Polo Moveleiro de Ubá, MG**. 2011. 153 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PELEGRINI, Sandra C.A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Revista patrimônio e memória**, Unesp, v. 3, n. 1, 2007.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 47-70, jan. /mar.1951.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Curitiba: Huya, 2016.

VIEIRA, Anderson Moreira. **Políticas públicas e patrimônio cultural em Ubá, Minas Gerais: usos de memória e processos de patrimonialização**. Viçosa, MG, 2017.

## SOBRE OS AUTORES



**ADMARINO GONÇALVES DE MATOS JUNIOR**, mestre em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteira na Amazônia, Belém, Pa. E-mail: [admarinodematos@gmail.com](mailto:admarinodematos@gmail.com)

**ADRIO GLEISON DOS SANTOS BARBOSA**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [adrio.santos.031@ufrn.edu.br](mailto:adrio.santos.031@ufrn.edu.br)

**ANDREIA RODRIGUES DE ANDRADE**, doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Bolsista Capes-DS. E-mail: [andreaandrade525@gmail.com](mailto:andreaandrade525@gmail.com).

**DÓRIS KAROLINE ROCHA DA COSTA**, Universidade Federal do Pará/Bolsista CAPES – [doris.costa@ica.ufpa.br](mailto:doris.costa@ica.ufpa.br).

**EMILIANO ALVES BOVOLENTO**, Universidade Federal De Viçosa – [emiliano.bovolento@ufv.br](mailto:emiliano.bovolento@ufv.br).

**IVAL DE ANDRADE PICANÇO NETO**, Universidade Federal do Pará – [ivalneto01@gmail.com](mailto:ivalneto01@gmail.com).

**KARINE MARIA LIMA LOPES**, licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e aluna do Mestrado Acadêmico em História pela mesma instituição, com vínculo ativo no Programa de Pós-Graduação “História & Espaços” (na condição de Bolsista/CAPES). E-mail institucional: [karine.lopes.102@ufrn.edu.br](mailto:karine.lopes.102@ufrn.edu.br).

**LUCIANA SILVA SALES**, bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Pós-Graduanda pelo Programa em Diversidade Sociocultural pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (PPGDS/MPEG). E-mail: sales\_luciana@hotmail.com

**LUÍS HENRIQUE JUNQUEIRA DE ALMEIDA RECHDAN**, doutor em história social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor de Sem lei de responsabilidade não há constituição: a articulação de mecanismos de controle dos atos ministeriais pela Assembleia Geral do Império do Brasil (1826-1829), no prelo (editora Appris). E-mail de contato: luis.rechdan@gmail.com.

**REGINALDO CERQUEIRA SOUSA**, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: reginaldo.cerqueira@unifesspa.edu.br.



[2023]  
EDITORA CABANA  
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)  
67130-130 — Ananindeua — PA  
Telefone: (91) 99998-2193  
cabanaeditora@gmail.com  
www.editoracabana.com

